

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	21
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	55
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	117
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	118
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	120
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	121

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.440.497
Preferenciais	157.727
Total	6.598.224
Em Tesouraria	
Ordinárias	644.050
Preferenciais	1.812
Total	645.862

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	71.608.542	57.126.068
1.01	Ativo Circulante	28.210.884	13.843.107
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.166.783	769.582
1.01.02	Aplicações Financeiras	191.492	185.307
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	191.492	185.307
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	191.492	185.307
1.01.03	Contas a Receber	5.589.174	3.350.284
1.01.03.01	Clientes	5.589.174	3.350.284
1.01.04	Estoques	215.021	188.276
1.01.06	Tributos a Recuperar	232.402	138.436
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	232.402	138.436
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.400.717	548.157
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19.415.295	8.663.065
1.01.08.03	Outros	19.415.295	8.663.065
1.01.08.03.01	Créditos com Controladas	2.682.237	2.616.447
1.01.08.03.02	Outros Tributos	567.955	679.337
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	845.062	933.644
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	6.437	22.866
1.01.08.03.05	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	1.522	793
1.01.08.03.06	Ativos Mantidos para Venda	13.869.236	3.527.711
1.01.08.03.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.152	7.175
1.01.08.03.08	Demais Ativos	1.431.694	875.092
1.02	Ativo Não Circulante	43.397.658	43.282.961
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.673.143	19.586.449
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9.551	2.612
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	9.551	2.612
1.02.01.07	Tributos Diferidos	5.665.670	5.665.670
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.665.670	5.665.670
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	756.417	138.462
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	8.069.470	9.210.285
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	8.069.470	9.210.285
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.172.035	4.569.420
1.02.01.10.03	Outros Tributos	581.005	269.882
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.066.844	3.815.098
1.02.01.10.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	25.304	24.755
1.02.01.10.06	Demais Ativos	498.882	459.685
1.02.02	Investimentos	4.355.943	6.231.635
1.02.02.01	Participações Societárias	4.355.943	6.231.635
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.334.953	6.209.496
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	20.990	22.139
1.02.03	Imobilizado	15.572.482	13.937.490
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.461.299	10.526.541
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.934.109	2.516.814
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.177.074	894.135

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.04	Intangível	3.796.090	3.527.387
1.02.04.01	Intangíveis	3.796.090	3.527.387
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	3.221.941	3.407.185
1.02.04.01.03	Software	502.130	59.633
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	10.464	0
1.02.04.01.05	Outros	61.555	60.569

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	71.608.542	57.126.068
2.01	Passivo Circulante	13.291.670	6.948.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	237.278	246.384
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	237.278	246.384
2.01.02	Fornecedores	5.100.052	2.688.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.100.052	2.688.581
2.01.02.01.01	Fornecedores	4.998.729	2.069.380
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial	101.323	619.201
2.01.03	Obrigações Fiscais	906	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	906	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	906	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.655.175	436.240
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.655.175	436.240
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.328.819	366
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	326.356	435.874
2.01.05	Outras Obrigações	4.827.508	3.162.914
2.01.05.02	Outros	4.827.508	3.162.914
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.763	825.334
2.01.05.02.04	Outros Tributos	1.448.562	285.756
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	97.378	87.353
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	125.902	13.830
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	66.241	0
2.01.05.02.08	Arrendamentos a Pagar	632.585	501.229
2.01.05.02.09	Cessão de Créditos	131.147	180.327
2.01.05.02.10	Demais Obrigações	2.319.930	1.269.085
2.01.06	Provisões	470.751	413.881
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	470.751	413.881
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	151.115	153.387
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	86.213	73.962
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	233.423	186.532
2.02	Passivo Não Circulante	57.281.671	50.933.742
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	26.875.209	22.913.743
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	26.875.209	22.913.743
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	10.760.776	8.981.405
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	16.114.433	13.932.338
2.02.02	Outras Obrigações	25.078.432	23.597.465
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.581.783	2.083.239
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	2.581.783	2.083.239
2.02.02.02	Outros	22.496.649	21.514.226
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial	3.925.625	3.543.424
2.02.02.02.04	Programa de Refinanciamento Fiscal	152.601	158.546
2.02.02.02.05	Outros Tributos	1.002.027	645.741
2.02.02.02.06	Provisão para Patrimônio Líquido Negativo	7.179.388	8.522.071
2.02.02.02.07	Arrendamentos a Pagar	2.430.211	2.101.487
2.02.02.02.08	Demais Obrigações	7.806.797	6.542.957

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.04	Provisões	5.328.030	4.422.534
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.328.030	4.422.534
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.064.831	729.672
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	763.488	760.587
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	842.175	813.401
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.657.536	2.118.874
2.03	Patrimônio Líquido	1.035.201	-755.674
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.538.937
2.03.02	Reservas de Capital	3.904.164	3.895.011
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-33.315	-33.315
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.383.807	1.379.234
2.03.02.10	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.13	Remuneração Baseada em Ações	26.135	21.555
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-34.992.140	-36.774.102
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-801.073	-801.073
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	385.313	385.553

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.271.234	930.271
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.239.714	-791.312
3.03	Resultado Bruto	31.520	138.959
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	570.091	-2.793.694
3.04.01	Despesas com Vendas	-423.124	-159.608
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-295.294	-214.157
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	258.824	229.976
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-56.444	-40.883
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.086.129	-2.609.022
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	601.611	-2.654.735
3.06	Resultado Financeiro	1.298.252	-840.671
3.06.01	Receitas Financeiras	3.350.596	284.521
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.052.344	-1.125.192
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.899.863	-3.495.406
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.899.863	-3.495.406
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-117.901	412.171
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-117.901	412.171
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.781.962	-3.083.235
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,3	-0,52
3.99.01.02	PN	0,3	-0,52
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,3	-0,52
3.99.02.02	PN	0,3	-0,52

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	1.781.962	-3.083.235
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-240	5.519
4.02.01	Resultado na Contabilidade de Hedge	-1.132	5.524
4.02.02	Ganho Atuarial	32	32
4.02.03	Ajuste de Conversão de Investimentos no Exterior	860	-37
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.781.722	-3.077.716

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-348.760	-858.855
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-92.155	397.564
6.01.01.01	Lucro antes das Tributações	1.899.863	-3.495.406
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias e Cambiais	-8.030.013	2.413.519
6.01.01.03	Amortização do desconto das dívidas e variações monetárias e cambiais	6.132.346	-1.460.793
6.01.01.04	Ajuste a Valor Justo de Fornecedores	-86.412	9.179
6.01.01.05	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	164.397	-35.355
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	873.412	435.296
6.01.01.07	Perdas Esperadas em Contas a Receber de Clientes	44.667	2.301
6.01.01.08	Provisões/(Reversões)	-32.577	850
6.01.01.09	Equivalência Patrimonial	-1.086.129	2.609.022
6.01.01.10	Resultado com Alienações e Baixa de Ativos	7.823	-134.022
6.01.01.11	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	27.393	12.096
6.01.01.12	Participação de Empregados e Administradores	11.469	19.342
6.01.01.13	Recuperação de Tributos	-45.321	-3.423
6.01.01.14	Atualização Monetária de Provisões/(Reversões)	4.918	28.853
6.01.01.15	Outros	22.009	-3.895
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	259.995	-805.500
6.01.02.01	Contas a Receber	318.097	-455.296
6.01.02.02	Estoques	-16.040	-1.780
6.01.02.03	Tributos	236.643	85.901
6.01.02.04	Acréscimos/Decréscimos em Aplicações Financeiras	3.169	996
6.01.02.05	Fornecedores	-137.234	-220.748
6.01.02.06	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-34.053	-25.378
6.01.02.07	Provisões	-96.678	-52.153
6.01.02.08	Variação de Ativos e Passivos Mantidos para Venda	581	0
6.01.02.09	Outras Contas Ativas e Passivas	-14.490	-137.042
6.01.03	Outros	-516.600	-450.919
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos - Dívida	-468.939	-443.314
6.01.03.02	Encargos Financeiros Pagos - Arrendamentos	-35.299	-7.605
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-12.362	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-324.419	-536.281
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-355.808	-159.162
6.02.02	Créditos com Partes Relacionadas e Debêntures - Recebimentos/Liberações	-19.066	100
6.02.03	Recursos Obtidos na Venda de Investimentos e Ativos Fixos	4.878	140.925
6.02.05	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-47.653	-15.045
6.02.06	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	93.230	62.336
6.02.07	Aumento de Capital em Controladas	0	-565.435
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.022.358	-21.643
6.03.01	Pagamento de Principal de Empréstimos e Financiamentos	-166	-1.022
6.03.02	Recebimentos/(Pagamentos) de Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	-59.029	25.321
6.03.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	-20.173	-13.434

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.03.04	Arrendamentos	-127.329	-32.508
6.03.05	Caixa e Equivalentes de Caixa Adquiridos por Incorporação	1.229.055	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	48.022	3.186
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	397.201	-1.413.593
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	769.582	1.952.680
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.166.783	539.087

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	32.538.937	3.895.011	0	-36.774.102	-415.520	-755.674
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	32.538.937	3.895.011	0	-36.774.102	-415.520	-755.674
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.153	0	0	0	9.153
5.04.08	Remuneração Baseada em Ações	0	9.153	0	0	0	9.153
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.781.962	-240	1.781.722
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.781.962	0	1.781.962
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-240	-240
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-240	-240
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	32.538.937	3.904.164	0	-34.992.140	-415.760	1.035.201

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.538.937	3.873.456	0	-28.257.917	-402.984	7.751.492
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.538.937	3.873.456	0	-28.257.917	-402.984	7.751.492
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.197	0	0	0	7.197
5.04.08	Remuneração Baseada em Ações	0	7.197	0	0	0	7.197
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.083.235	5.519	-3.077.716
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.083.235	0	-3.083.235
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.519	5.519
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.519	5.519
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.538.937	3.880.653	0	-31.341.152	-397.465	4.680.973

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	3.061.024	1.360.783
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.859.568	1.139.716
7.01.02	Outras Receitas	246.123	223.368
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-44.667	-2.301
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.312.419	-492.130
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-46.916	-12.036
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.243.285	-467.011
7.02.04	Outros	-22.218	-13.083
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.748.605	868.653
7.04	Retenções	-999.896	-79.301
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-873.412	-435.296
7.04.02	Outras	-126.484	355.995
7.04.02.01	Provisões/Reversões	27.659	-29.703
7.04.02.02	Resultado de Operações Descontinuadas	-117.901	412.171
7.04.02.03	Outras Despesas	-36.242	-26.473
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	748.709	789.352
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.436.725	-2.324.501
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.086.129	-2.609.022
7.06.02	Receitas Financeiras	3.350.596	284.521
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.185.434	-1.535.149
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.185.434	-1.535.149
7.08.01	Pessoal	140.108	96.148
7.08.01.01	Remuneração Direta	99.430	72.558
7.08.01.02	Benefícios	34.701	15.835
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.771	5.663
7.08.01.04	Outros	3.206	2.092
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	477.523	164.230
7.08.02.01	Federais	-1.369	869
7.08.02.02	Estaduais	462.011	156.401
7.08.02.03	Municipais	16.881	6.960
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.785.841	1.287.708
7.08.03.01	Juros	2.065.757	1.112.203
7.08.03.02	Aluguéis	720.084	175.505
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.781.962	-3.083.235
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.781.962	-3.083.235

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	78.696.790	77.950.476
1.01	Ativo Circulante	47.859.290	46.426.067
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.546.549	2.917.251
1.01.02	Aplicações Financeiras	191.492	188.566
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	191.492	188.566
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	191.492	188.566
1.01.03	Contas a Receber	4.408.144	4.264.954
1.01.03.01	Clientes	4.408.144	4.264.954
1.01.04	Estoques	321.128	311.622
1.01.06	Tributos a Recuperar	293.893	297.035
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	293.893	297.035
1.01.07	Despesas Antecipadas	642.202	577.803
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	40.455.882	37.868.836
1.01.08.03	Outros	40.455.882	37.868.836
1.01.08.03.01	Outros Tributos	592.548	897.338
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.012.066	1.181.457
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio	251	25
1.01.08.03.04	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	1.522	2.175
1.01.08.03.05	Ativos Mantidos para Venda	38.047.807	35.043.996
1.01.08.03.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.152	7.175
1.01.08.03.07	Demais Ativos	790.536	736.670
1.02	Ativo Não Circulante	30.837.500	31.524.409
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.097.569	11.299.429
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9.551	9.423
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	9.551	9.423
1.02.01.07	Tributos Diferidos	5.758.295	5.758.295
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.758.295	5.758.295
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	267.549	342.698
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.062.174	5.189.013
1.02.01.10.03	Outros Tributos	582.419	711.144
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.082.046	4.038.913
1.02.01.10.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	25.304	24.755
1.02.01.10.06	Demais Ativos	372.405	414.201
1.02.02	Investimentos	37.046	27.072
1.02.02.01	Participações Societárias	37.046	27.072
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	20.986	22.139
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	16.060	4.933
1.02.03	Imobilizado	15.884.638	16.192.523
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.456.066	11.804.717
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.984.283	2.905.232
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.444.289	1.482.574
1.02.04	Intangível	3.818.247	4.005.385
1.02.04.01	Intangíveis	3.818.247	4.005.385
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	3.178.357	3.399.635

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.04.01.03	Software	397.131	417.110
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	4.230	2.216
1.02.04.01.05	Outros	238.529	186.424

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	78.696.790	77.950.476
2.01	Passivo Circulante	28.921.261	26.397.031
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	534.939	553.850
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	534.939	553.850
2.01.02	Fornecedores	3.960.868	4.029.297
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.960.868	4.029.297
2.01.02.01.01	Fornecedores	3.870.814	3.374.114
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial	90.054	655.183
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.154	14.776
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.154	14.776
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13.154	14.776
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.655.175	2.900.410
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.655.175	2.900.410
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.328.819	2.181.564
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	326.356	718.846
2.01.05	Outras Obrigações	21.092.298	18.181.934
2.01.05.02	Outros	21.092.298	18.181.934
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.763	5.762
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	125.902	13.830
2.01.05.02.05	Outros Tributos	1.496.030	1.538.180
2.01.05.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	99.984	97.888
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	66.241	62.553
2.01.05.02.08	Arrendamentos a Pagar	669.381	676.074
2.01.05.02.09	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	16.602.125	13.569.773
2.01.05.02.10	Cessão de Créditos	131.147	180.327
2.01.05.02.11	Demais Obrigações	1.895.725	2.037.547
2.01.06	Provisões	664.827	716.764
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	664.827	716.764
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	151.115	187.889
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	279.616	271.186
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	234.096	257.689
2.02	Passivo Não Circulante	48.711.004	52.276.426
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	27.624.974	30.082.708
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	27.624.974	30.082.708
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	10.760.776	10.450.722
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	16.864.198	19.631.986
2.02.02	Outras Obrigações	15.375.066	16.430.428
2.02.02.02	Outros	15.375.066	16.430.428
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial	3.945.124	3.779.116
2.02.02.02.04	Outros Tributos	1.033.735	930.344
2.02.02.02.05	Arrendamentos a Pagar	2.438.022	2.332.100
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	152.601	172.506
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	7.805.584	9.216.362
2.02.04	Provisões	5.710.964	5.763.290
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.710.964	5.763.290

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.086.731	1.036.739
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.096.729	1.147.676
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	842.175	813.401
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.685.329	2.765.474
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.064.525	-722.981
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.538.937
2.03.02	Reservas de Capital	3.904.164	3.895.011
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-33.315	-33.315
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.383.807	1.379.234
2.03.02.10	Juros Sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.13	Remuneração Baseada em Ações	26.135	21.555
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-34.992.140	-36.774.102
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-801.073	-801.073
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	385.313	385.553
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	29.324	32.693

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.486.943	2.637.125
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.883.957	-2.129.178
3.03	Resultado Bruto	602.986	507.947
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-972.353	-270.710
3.04.01	Despesas com Vendas	-550.691	-624.634
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-454.120	-576.282
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	237.821	1.249.593
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-204.437	-319.584
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-926	197
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-369.367	237.237
3.06	Resultado Financeiro	2.271.718	-3.728.128
3.06.01	Receitas Financeiras	4.373.217	145.396
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.101.499	-3.873.524
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.902.351	-3.490.891
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-503	-8.525
3.08.01	Corrente	-503	-8.525
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.901.848	-3.499.416
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-117.901	412.171
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-117.901	412.171
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.783.947	-3.087.245
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.781.962	-3.083.235
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.985	-4.010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,3	-0,52
3.99.01.02	PN	0,3	-0,52
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,3	-0,52
3.99.02.02	PN	0,3	-0,52

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.783.947	-3.087.245
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.594	7.419
4.02.01	Resultado na Contabilidade de Hedge	-1.132	5.524
4.02.02	Ganho Atuarial	32	32
4.02.03	Ajuste de Conversão de Investimentos no Exterior	-4.494	1.863
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.778.353	-3.079.826
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.781.722	-3.077.716
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3.369	-2.110

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	828.699	-449.090
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.859.791	1.897.173
6.01.01.01	Lucro antes das Tributações	1.902.351	-3.490.891
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias e Cambiais	-4.888.786	4.703.860
6.01.01.03	Amortização do desconto das dívidas e variações monetárias e cambiais	1.889.986	-607.642
6.01.01.04	Ajuste a Valor Justo de Fornecedores	141.437	31.414
6.01.01.05	Operação com Instrumentos Financeiros Derivativos	164.397	-35.355
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	982.902	1.024.286
6.01.01.07	Perdas Esperadas em Contas a Receber de Clientes	45.162	48.419
6.01.01.08	Provisões/(Reversões)	-15.066	48.090
6.01.01.09	Equivalência Patrimonial	926	-197
6.01.01.11	Resultado com Alienações e Baixa de Ativos	11.934	-999.516
6.01.01.12	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	33.297	18.407
6.01.01.13	Participação de Empregados e Administradores	32.772	58.486
6.01.01.14	Recuperação de Tributos	-51.432	-13.224
6.01.01.15	Atualização Monetária de Provisões/(Reversões)	36.833	95.628
6.01.01.16	Outros	-42.842	2.209
6.01.01.18	Fluxo de Caixa das Operações Descontinuadas	1.615.920	1.013.199
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-299.900	-1.743.906
6.01.02.01	Contas a Receber	-188.353	128.681
6.01.02.02	Estoques	39.812	-39.943
6.01.02.03	Tributos	431.665	171.463
6.01.02.04	Acréscimos/Decréscimos em Aplicações Financeiras	3.207	1.636
6.01.02.05	Fornecedores	33.614	-578.696
6.01.02.06	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-42.530	-49.642
6.01.02.07	Provisões	-109.664	-156.260
6.01.02.08	Variação de Ativos e Passivos Mantidos para Venda	-152.849	-596.445
6.01.02.09	Outras Contas Ativas e Passivas	-314.802	-624.700
6.01.03	Outros	-731.192	-602.357
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos - Dívida	-676.563	-526.597
6.01.03.02	Encargos Financeiros Pagos - Arrendamentos	-39.521	-31.028
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-2.746	-5.791
6.01.03.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-12.362	-38.941
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.824.078	-551.690
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-442.966	-663.313
6.02.02	Recursos Obtidos na Venda de Investimentos e Ativos Fixos	4.865	861.758
6.02.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-98.061	-72.651
6.02.05	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	100.308	120.538
6.02.06	Fluxo de Caixa das Operações Descontinuadas	-1.388.224	-798.022
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-517.862	-362.075
6.03.02	Pagamento de Principal de Empréstimos e Financiamentos	-290	-1.216
6.03.03	Recebimentos/(Pagamentos) de Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	-59.029	25.321

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.03.04	Programa de Refinanciamento Fiscal	-20.672	-20.136
6.03.05	Arrendamentos	-273.289	-150.868
6.03.06	Fluxo de Caixa das Operações Descontinuadas	-164.582	-215.176
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	142.539	3.906
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.370.702	-1.358.949
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.917.251	4.107.941
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.546.549	2.748.992

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.538.937	3.895.011	0	-36.774.102	-415.520	-755.674	32.693	-722.981
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.538.937	3.895.011	0	-36.774.102	-415.520	-755.674	32.693	-722.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.153	0	0	0	9.153	0	9.153
5.04.08	Remuneração Baseada em Ações	0	9.153	0	0	0	9.153	0	9.153
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.781.962	-240	1.781.722	-3.369	1.778.353
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.781.962	0	1.781.962	1.985	1.783.947
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-240	-240	-5.354	-5.594
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-240	-240	-5.354	-5.594
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.538.937	3.904.164	0	-34.992.140	-415.760	1.035.201	29.324	1.064.525

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.538.937	3.873.456	0	-28.257.917	-402.984	7.751.492	18.418	7.769.910
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.538.937	3.873.456	0	-28.257.917	-402.984	7.751.492	18.418	7.769.910
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.197	0	0	0	7.197	0	7.197
5.04.08	Remuneração Baseada em Ações	0	7.197	0	0	0	7.197	0	7.197
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.083.235	5.519	-3.077.716	-2.110	-3.079.826
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.083.235	0	-3.083.235	-4.010	-3.087.245
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.519	5.519	1.900	7.419
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.519	5.519	1.900	7.419
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.538.937	3.880.653	0	-31.341.152	-397.465	4.680.973	16.308	4.697.281

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	3.341.478	4.549.593
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.165.037	3.365.835
7.01.02	Outras Receitas	221.603	1.232.177
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-45.162	-48.419
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.306.585	-1.582.974
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-34.931	-36.473
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.227.485	-1.513.401
7.02.04	Outros	-44.169	-33.100
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.034.893	2.966.619
7.04	Retenções	-1.157.517	-841.107
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-982.902	-1.024.286
7.04.02	Outras	-174.615	183.179
7.04.02.01	Provisões/Reversões	-21.767	-143.718
7.04.02.02	Resultado de Operações Descontinuadas	-117.901	412.171
7.04.02.03	Outras Despesas	-34.947	-85.274
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	877.376	2.125.512
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.372.291	145.593
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-926	197
7.06.02	Receitas Financeiras	4.373.217	145.396
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.249.667	2.271.105
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.249.667	2.271.105
7.08.01	Pessoal	361.847	428.031
7.08.01.01	Remuneração Direta	255.823	316.040
7.08.01.02	Benefícios	78.666	78.207
7.08.01.03	F.G.T.S.	19.767	23.268
7.08.01.04	Outros	7.591	10.516
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	695.805	748.826
7.08.02.01	Federais	89.671	92.424
7.08.02.02	Estaduais	557.512	588.426
7.08.02.03	Municipais	48.622	67.976
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.408.068	4.181.493
7.08.03.01	Juros	2.085.177	3.807.703
7.08.03.02	Aluguéis	322.891	373.790
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.783.947	-3.087.245
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.781.962	-3.083.235
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.985	-4.010

1T22

divulgação de resultados

oi

Relações com Investidores

28 de junho de 2022

OIBR

B3 LISTED N1



Comentário do Desempenho

OIT22 DESTAQUES

Divulgação de Resultados

28 de junho de 2022

Videoconferência em Inglês

29 de junho de 2022

11:00h (Brasília)

10:00h (NY) / 15:00h (UK)

ZOOM: [clique aqui](#)

Videoconferência em Português

29 de junho de 2022

11:00h (Brasília)

10:00h (NY) / 15:00h (UK)

TRADUÇÃO
SIMULTÂNEA

TEAMS: [clique aqui](#)

Informações e Resultados Consolidados (Não Auditados)

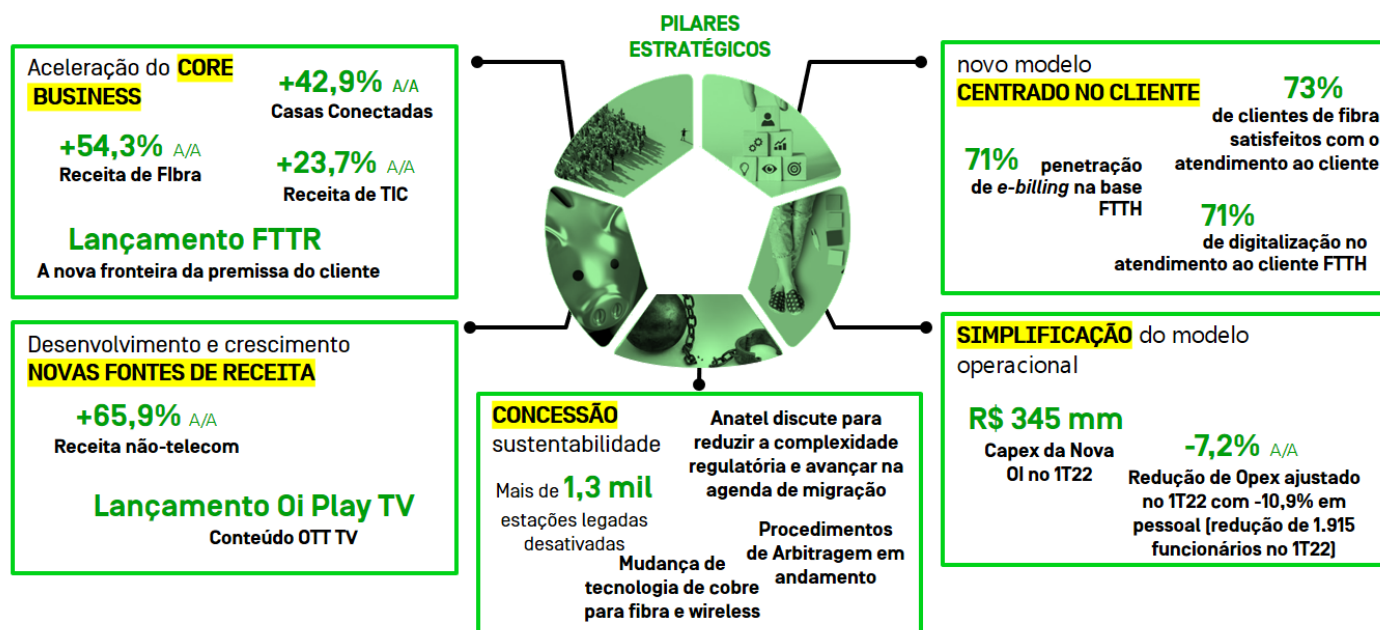
Este relatório contempla o desempenho operacional e financeiro da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi S.A.” ou “Oi” ou “Companhia”) – e de suas subsidiárias no primeiro trimestre de 2022.



Comentário do Desempenho



Destaques das operações brasileiras



Novo Plano / Crescimento da Fibra / AGC / Torres / DCs / Móvel / V.ta / BNDES / Novo pagamento de Dívida / Nova Oi



Comentário do Desempenho

DESTAQUES

Sumário

Tabela 1 – Destaques

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	1T22	1T21	4T21	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A. Consolidado					
Receita Líquida Total	4.415	4.453	4.571	-0,9%	-3,4%
EBITDA de Rotina	1.252	1.139	1.612	9,9%	-22,3%
Margem EBITDA de Rotina (%)	28,4%	25,6%	35,3%	2,8 p.p.	-6,9 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido atribuído aos acionistas controladores	1.782	-3.038	-1.669	-158,7%	-206,7%
Dívida Líquida	31.420	25.172	32.573	24,8%	-3,5%
Caixa Disponível	1.983	3.027	3.288	-34,5%	-39,7%
CAPEX	363	1.863	1.951	-80,5%	-81,4%
BRASIL					
Receita Líquida Total	4.383	4.395	4.525	-0,3%	-3,1%
EBITDA de Rotina	1.220	1.128	1.489	8,1%	-18,1%
Margem EBITDA de Rotina (%)	27,8%	25,7%	32,9%	2,2 p.p.	-5,1 p.p.
CAPEX	345	1.859	1.948		
EBITDA de Rotina - CAPEX	875	-731	-459		



Comentário do Desempenho

01 1122 RELATÓRIO TRIMESTRAL

Receita Líquida

Tabela 2 – Composição da Receita Líquida

R\$ Milhões	1T22	1T21	4T21	Δ Ano	Δ Tri.
Receita Líquida Total Consolidada	4.415	4.453	4.571	-0,9%	-3,4%
Brasil	4.383	4.395	4.525	-0,3%	-3,1%
Operações Continuadas	2.455	2.578	2.539	-4,8%	-3,3%
Residencial	1.287	1.311	1.261	-1,8%	2,1%
B2B	820	880	919	-6,8%	-10,8%
TV DTH	331	365	342	-9,3%	-3,2%
Outros serviços	17	23	17	-26,1%	0,0%
Operações Descontinuadas	1.928	1.816	1.987	6,2%	-2,9%
Operações Internacionais	32	59	46	-45,7%	-29,9%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] – Mil	56.063	53.801	56.414	4,2%	-0,6%
Operações Continuadas	13.985	15.237	14.372	-8,2%	-2,7%
Residencial	9.541	10.402	9.819	-8,3%	-2,8%
B2B	3.420	3.546	3.460	-3,6%	-1,2%
TV DTH	900	1.146	965	-21,4%	-6,7%
Telefones Públicos	124	144	128	-13,7%	-3,4%
Operações Descontinuadas	42.078	38.564	42.041	9,1%	0,1%
Móvel	42.078	38.564	42.041	9,1%	0,1%

Neste 1T22, a receita líquida consolidada totalizou R\$ 4.415 milhões, apresentando uma redução de 3,4% em relação ao 4T21 e 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A receita líquida das operações brasileiras (“Brasil”) totalizou R\$ 4.383 milhões no período [-3,1% em comparação com o 4T21 e -0,3% em relação ao 1T21].

A receita líquida das operações continuadas no Brasil totalizou R\$ 2.455 milhões, uma redução de 4,8% na comparação anual e de 3,3% em relação ao 4T21.

A receita líquida das operações internacionais totalizou R\$ 32 milhões, queda de 29,9% quando comparada ao 4T21 e de 45,7% em relação ao 1T21.



Tabela 3 – Resultados Consolidados da Fibra

	1T22	1T21	4T21	Δ Ano	Δ Tri.
FTTH [Residencial + PME]					
Casas Passadas – HPs (milhões)	15.645	10.521	14.565	48,7%	7,4%
Casas Conectadas – HCs (milhões)	3.534	2.473	3.381	42,9%	4,6%
Receita Líquida (R\$ Milhões)	913	592	858	54,3%	6,4%

A Companhia encerrou o 1T22 com 15,6 milhões de casas passadas com Fibra (*Homes Passed – HPs*), foram adicionados aproximadamente 1,1 milhão de *HPs*. Esse foi 11º trimestre consecutivo com mais de 1 milhão de *HPs* somados à infraestrutura da V.tal.

Desde o início de 2022, a operação de infraestrutura foi integralmente segregada, atuando com governança própria, preservando a neutralidade, isonomia e confidencialidade nas relações *intercompany*. Com o fechamento da alienação do controle da V.tal (ver eventos subsequentes), comunicado ao mercado em 09 de junho de 2022, o novo controlador assumiu integralmente as atividades de gestão dessa infraestrutura.

A Companhia finalizou o 1T22 com 3.534 mil casas conectadas com Fibra (*Homes Connected – HCs*) – sendo 3.293 mil acessos no segmento Residencial. As adições líquidas de HCs totalizaram cerca de 154 mil acessos no 1T22 (~85% no segmento Residencial) e nos últimos 12 meses foram adicionadas 1.061 mil HCs.

A desaceleração das adições líquidas observada desde os últimos meses de 2021, foi um fenômeno também presente neste primeiro trimestre de 2022. Os resultados são decorrentes principalmente de ajustes na gestão do crescimento da base, derivados das condições macroeconômicas e seus impactos no *churn* involuntário e inadimplência. A Companhia seguiu reforçando e sofisticando seus modelos de crédito, para garantir um crescimento com qualidade e rentabilidade, que em primeiro momento impacta diretamente o volume de vendas, mas com expectativa de redução do nível de *churn* ao longo do segundo semestre. Adicionalmente, a Oi vem trabalhando em novas ações e estratégias comerciais, como o modelo de precificação por cidades e aumento da capilaridade de canais de maior qualidade (ex: porta a porta e televendas), que aliados à expansão da rede, deverão trazer as adições líquidas aos níveis médios observados no ano anterior.

Assim, a Companhia segue priorizando a qualidade da base entrante (ex: venda de planos ≥ 400 mbps), aliada a um volume saudável de crescimento com foco na rentabilidade do produto. No 1T22, 23,2% dos clientes de Fibra (+9,0 p.p. tri contra tri) já possuíam planos de 400 mbps ou superior. No período, o incremento de clientes nesta faixa foi 347 mil acima da quantidade de novos clientes, em linha com a estratégia de aumentar qualidade do perfil entrante, bem como o *upselling* para clientes com objetivo de maior rentabilidade e, principalmente, blindagem e defesa da base.

No consolidado, a receita de Fibra alcançou R\$ 913 milhões no 1T22, sendo R\$ 851 milhões provenientes de clientes residenciais e R\$ 62 milhões do segmento de pequenas e médias empresas, com crescimento anual de 54,3% e sequencial de 6,4%. A receita de Fibra já se encontra em um patamar anualizado próximo a R\$ 3,7 bilhões.

Residencial

Tabela 4 – Receita Líquida e UGRs do segmento Residencial [Operações Continuadas]

Comentário do Desempenho

01 1T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



	1T22	1T21	4T21	Δ Ano	Δ Tri.
Residencial					
Receita Líquida [R\$ Milhões]	1.287	1.311	1.261	-1,8%	2,1%
Fibra	851	560	801	51,9%	6,3%
Cobre	436	750	460	-41,9%	-5,3%
Voz Fixa Cobre	305	509	267	-40,1%	14,2%
Banda Larga Cobre	131	241	193	-45,8%	-32,2%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] - Mil	9.541	10.402	9.819	-8,3%	-2,8%
Fibra	6.560	4.663	6.325	40,7%	3,7%
Banda Larga	3.257	2.299	3.126	41,7%	4,2%
Voz Fixa	3.227	2.272	3.116	42,0%	3,6%
IPTV	76	92	84	-17,0%	-8,9%
Cobre	2.981	5.739	3.494	-48,1%	-14,7%
Voz Fixa Cobre	2.061	3.870	2.382	-46,7%	-13,5%
Banda Larga Cobre	920	1.869	1.112	-50,8%	-17,3%
Casas Conectadas - FTTH	3.293	2.339	3.163	40,8%	4,1%

A receita líquida do segmento Residencial totalizou R\$ 1.287 milhões no 1T22, um incremento de 2,1% na comparação sequencial e redução de 1,8% no comparativo anual.

Ao final do período, a Oi registrou 9.541 mil UGRs no segmento residencial, redução trimestral de 2,8% e queda anual de 8,3%. As UGRs de Fibra do segmento residencial alcançaram 6.560 mil [+40,7% ano contra ano] e já representam 69% das UGRs do segmento.

Fibra Residencial

As receitas ligadas aos serviços de Fibra encerraram o 1T22 em R\$ 851 milhões [+6,3% no comparativo trimestral e +51,9% no comparativo anual]. As receitas de Fibra alcançaram 66% de participação no *mix* da receita do segmento Residencial [+23,4 p.p. ano contra ano]. Este desempenho vem consistentemente mais do que compensando a queda dos serviços legados de cobre, mantendo a tendência de crescimento das receitas do segmento, o que reforça a direção acertada da estratégia adotada pela Companhia, com foco no negócio de Fibra na alta capacidade de execução operacional.

Legado (Telefonia Fixa por Cobre, Banda Larga Cobre e Outros)

A Companhia encerrou o 1T22 com 2.061 mil clientes de voz fixa por cobre no segmento Residencial, redução 13,5% em relação ao 4T21 e de 46,7% em comparação ao 1T21. Na banda larga de cobre, a Companhia registrou 920 mil UGRs, uma queda de 17,3% no trimestre e redução de 50,8% na comparação anual.

O serviço de cobre segue a tendência de retração, alinhada à: (i) mudança estrutural do setor, com redução da demanda decorrente do processo de substituição fixo-móvel, priorização do *on demand* na distribuição do conteúdo e de tecnologias mais avançadas, com menor latência e maior velocidade, como o caso da Fibra na banda larga; e (ii) redução do foco comercial da Companhia nesses serviços, com as vendas no cobre sendo realizadas pontualmente sob demanda, e aceleração da migração para tecnologias alternativas com menor custo de serviço.



B2B

Tabela 5 – Receita Líquida e UGRs do segmento B2B [Operações Continuadas]

	1T22	1T21	4T21	Δ Ano	Δ Tri.
B2B					
Receita Líquida [R\$ Milhões]	820	880	919	-6,8%	-10,8%
Oi Soluções [Corporativo]	571	588	578	-2,8%	-1,2%
TI Core	106	85	100	23,7%	5,5%
Telecom Core	338	345	343	-2,0%	-1,6%
Não-Core	128	158	135	-18,9%	-5,1%
Pequenas Empresas	200	204	214	-2,3%	-6,9%
Fibra	62	31	57	96,6%	8,4%
Legado	138	173	157	-20,3%	-12,5%
Atacado	49	88	126	-44,0%	-61,0%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] - Mil	3.420	3.546	3.460	-3,6%	-1,2%
Fibra	451	230	398	96,1%	13,3%
Voz Fixa Cobre	2.770	3.010	2.841	-8,0%	-2,5%
Banda Larga Cobre	199	306	220	-34,9%	-9,6%

No 1T22, a receita líquida da operação continuada do segmento B2B totalizou R\$ 820 milhões, redução de 10,8% na comparação sequencial e de 6,8% na comparação anual.

A Companhia finalizou o primeiro trimestre de 2022 com 3.420 mil UGRs no segmento B2B, queda de 1,2% em comparação ao trimestre anterior e de 3,6% no comparativo anual.

Oi Soluções [Corporativo]

Neste 1T22, a receita líquida da operação continuada do segmento Oi Soluções totalizou R\$ 571 milhões, uma redução de 1,2% em relação ao 4T21 e de 2,8% na comparação anual.

As receitas de TI Core, que são o foco da companhia para o *turnaround* do segmento, totalizaram R\$ 106 milhões no trimestre, apresentando crescimento trimestral de 5,5% e anual de 23,7%. As receitas de Telecom Core totalizaram R\$ 338 milhões, queda na comparação trimestral de 1,6% e 2,0% na comparação anual. As receitas Não-Core totalizaram R\$ 128 milhões, recuando 5% na comparação trimestral e 18,7% em relação ao 1T21.

A tendência de recuperação da receita no segmento ainda vem ocorrendo de forma gradual e é esperado que seja mais lenta e sujeita a mais volatilidade. No curto prazo, esta dinâmica é fortemente impactada pelo cenário macroeconômico desafiador do país, refletido nas reduções de preços de renegociações de contratos de produtos legados com empresas e governos. Por outro lado, o crescimento das receitas de TI é suportado por ações de médio prazo, como a evolução do portfólio para comercialização de serviços de valor adicionado e o incremento na exposição da base às novas soluções digitais. Neste sentido, a plataforma Oi Soluções tem demonstrando importantes reconhecimentos no mercado e ampliado a gama de produtos e serviços.

Pequenas Empresas [PME]



Comentário do Desempenho

01 1T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

A receita líquida da operação continuada de Pequenas Empresas totalizou R\$ 200 milhões no trimestre, uma redução de 6,9% em relação ao 4T21 e de 2,3% em relação ao 1T21.

As receitas ligadas aos serviços de Fibra, totalizaram R\$ 62 milhões neste 1T22, e seguem crescendo em linha com a estratégia de FTTH. O crescimento apresentado foi de 8,4% frente ao trimestre anterior e de 96,6% na comparação anual. Por sua vez, as receitas de serviços legados recuaram 12,5% na comparação trimestral e 20,3% na anual e totalizaram R\$ 138 milhões neste 1T22.

A expansão da penetração da Fibra no segmento continua a ser a principal alavanca da estratégia empresarial para o segmento de pequenas e médias empresas (PME). Este resultado continua impulsionado pela sinergia da ativação dos canais do varejo com foco na expansão da capilaridade e vendas. A aceleração comercial dos serviços de fibra combinada a uma maior resiliência dos serviços legados, devido ao perfil do cliente empresarial, geram um menor nível de *churn* no segmento quando comparado ao segmento Residencial.

A estratégia da Companhia para o segmento segue no caminho de massificar a comercialização da Fibra, regionalizando a sua atuação e intensificando as ações comerciais, seja do ponto de vista de canais ou de ofertas. Do ponto de vista de ofertas, o foco da Companhia se traduz em uma abordagem simplificada e atrativa, aliando velocidades elevadas, alavancadas por um portfólio complementar de soluções padronizadas dedicadas às necessidades do segmento (marketing digital, vendas online, segurança, soluções verticais, Oi Expert e etc.). No último trimestre, na esteira desta evolução do ecossistema de parcerias, a Oi passou a oferecer benefícios cruzados no bundle da Fibra, através de uma parceria com um Banco Digital e seus serviços financeiros, proporcionando maior conveniência e um diferencial na oferta aos clientes PME.

Atacado Legado

A receita líquida da operação continuada do Atacado, que se refere às receitas provenientes da infraestrutura de cobre para serviços regulados e que permanecerão na Nova Oi, foi de R\$ 49 milhões no 1T22, redução de 61,0% na comparação com o 4T21 e de 44,0% em relação ao 1T21. Esta queda está relacionada à migração de clientes para velocidades maiores do que do serviço regulado pela Anatel.

Informações Adicionais [Operações Descontinuadas]

Desde o 4T20, a Companhia passou a divulgar contabilmente as UPIs previstas no Aditamento ao PRJ como operações descontinuadas, por representarem ativos disponíveis para venda. Desta forma, nas seções anteriores, em termos de receita, procuramos fornecer maiores detalhes acerca da parte continuada do negócio da Companhia. A fim de facilitar a análise do mercado, nesta seção fornecemos uma informação complementar sobre o segmento de Mobilidade Pessoal, que contabilmente passou a integrar o total das receitas de operações descontinuadas.

Mobilidade Pessoal

No 1T22, a receita líquida de Mobilidade Pessoal das operações descontinuadas, totalizaram R\$ 1.533 milhões, apresentando uma redução de 8,0% em relação ao 4T21 e de 0,5% na comparação anual.

A base total de clientes móveis da Oi (Mobilidade Pessoal + B2B) foi 42.078 mil UGRs ao fim do 1T22 [+9,1% ano contra ano]. O segmento de Mobilidade Pessoal apresentou 39.062 mil UGRs ao fim do trimestre, aumento de



Comentário do Desempenho

01 11 22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

10,3% da base quando comparado ao 1T21, o equivalente a 3.641 mil adições líquidas, sendo 1.925 mil adições no pós-pago e 1.716 mil adições no pré-pago. O B2B terminou o período com 3.016 mil UGRs [-4,0% ano contra ano].

A receita de clientes (que exclui interconexão e aparelhos), acumulou R\$ 1.483 milhões no trimestre, uma redução de 7,5% em relação ao 4T21 e crescimento de 1,1% na comparação anual. A receita do pós-pago apresentou redução em relação ao 4T21 [-6,7%] e crescimento na comparação anual [+2,7%].

No primeiro trimestre de 2022, a receita de uso de rede totalizou R\$ 48 milhões, representando uma queda de 12,3% em relação ao 4T21 e de 20,1% na comparação anual.

No dia 20 de abril de 2022, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 28 de janeiro de 2021, nesta data ocorreu o fechamento da alienação da UPI Ativos Móveis às Compradoras, que foram vencedoras do procedimento competitivo realizado em 14 de dezembro de 2020, em conformidade com o Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial.

Reposicionamento da Marca

Em abril de 2022, a Oi apresentou o reposicionamento de marca com lançamento de campanhas e ação nas redes sociais, tendo como mote a transformação do modelo de atuação da companhia e seu objetivo de se tornar líder em conexões por fibra ótica e uma grande viabilizadora da vida digital. Para marcar este novo posicionamento, duas campanhas foram lançadas, com veiculações na TV e no digital, além de anúncios em mídia impressa e exterior.

A primeira, uma campanha institucional reforçando o novo perfil de atuação da empresa no mercado a partir da conclusão da operação de venda da sua unidade de telefonia móvel. A campanha relaciona a reinvenção da Oi com as transformações vividas e demandadas pelos próprios clientes.

O projeto resultou na incorporação de novos elementos gráficos, com destaque para um halo em verde representando a fibra, e na criação da tagline “Simples. Poder. Fazer”, resgatando a essência da marca e incorporando atributos que remetem ao empoderamento e à determinação.

No dia 28 de abril foi iniciada a segunda campanha, focada em fibra ótica e protagonizada pelo influenciador Whindersson Nunes, parceiro da companhia desde 2015, e nesse período acompanhou o processo de transformação da companhia. O filme tem relação direta com a campanha institucional e usa o halo, novo asset da marca, como forma de representação visual. A campanha reforça os atributos de qualidade, velocidade e estabilidade da Oi Fibra e apresenta a oferta de 400 Mega + Oi Expert.

Custos e Despesas Operacionais

Tabela 6 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais de Rotina



Comentário do Desempenho

01 1T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

R\$ Milhões	1T22	1T21	4T21	Δ Ano	Δ Tri.
Custos e Despesas Operacionais de Rotina					
Brasil	3.163	3.266	3.037	-3,2%	4,2%
Pessoal	517	580	558	-10,9%	-7,3%
Interconexão	85	96	97	-11,3%	-11,9%
Serviços de terceiros	1.295	1.326	1.385	-2,3%	-6,5%
Serviço de manutenção da rede	199	206	177	-3,1%	12,5%
Custos de aparelhos e outros	9	17	17	-48,3%	-50,7%
Publicidade e Propaganda	70	102	79	-30,9%	-11,7%
Aluguéis e seguros	658	647	609	1,6%	8,0%
Provisão para devedores duvidosos	83	70	11	18,5%	685,0%
Contingências, Tributos e outros	247	222	103	11,0%	139,0%
Operações Internacionais	0	48	-77	-100,1%	-100,0%
OPEX de rotina	3.163	3.314	2.959	-4,6%	6,9%

Os custos e despesas operacionais (Opex) consolidados de rotina, incluindo as operações internacionais, totalizaram R\$ 3.163 milhões neste 1T22, incremento de 6,9% na comparação sequencial e redução de 4,6% na comparação anual. O Opex de rotina das operações brasileiras totalizou R\$ 3.163 milhões, incremento de 4,2% no trimestre e uma redução de 3,2% na comparação anual.

Como parte do plano estratégico, a Oi continua atuando fortemente nas frentes de redução de custos, simplificação de processos, eficiência e transformação digital, garantindo a implementação de uma das mais importantes etapas operacionais do plano de transformação e a transição para um modelo que resultará em uma Companhia mais leve, ágil e centrada na experiência do cliente.

As iniciativas de eficiência de custos em curso são refletidas nas principais linhas que impactam a operação da Companhia, como Pessoal e Serviços de Terceiros, por exemplo. Por outro lado, essa redução foi parcialmente compensada por aumentos de custos relacionados aos contratos de aluguel de infraestrutura, na linha de Aluguéis e Seguros, em função da aplicação de reajustes atrelados à inflação. Com o fechamento das operações da Móvel e InfraCo, que terão seus resultados totalmente desconsolidados da operação a partir do 3T22, a Companhia entrará em uma nova fase do seu programa de transformação e espera acelerar a redução dos custos e despesas operacionais de rotina.

Pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 517 milhões no 1T22, redução de 7,3% na comparação trimestral e de 10,9% contra o 4T21. Essa redução, tanto na visão trimestral quanto no comparativo anual, segue ocorrendo em função dos movimentos de readequação de seu quadro de funcionários, em linha com os objetivos de transformação e reestruturação da Companhia. No 1T22, o total de colaboradores da Oi apresentou uma redução de -17,0% no T/T e de 27,2% no A/A. Como consequência deste processo, a Companhia incorreu em menores despesas com salários, encargos, rescisões e benefícios.

Interconexão

**Comentário do Desempenho****01 1T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL**

No 1T22, os custos de interconexão das operações brasileiras totalizaram R\$ 85 milhões, uma redução de 11,9% na comparação com o 4T21 e de 11,3% em relação ao 1T21. A redução sequencial ocorreu devida principalmente à redução do tráfego. Na comparação anual, esta redução se dá em função de termos de quitação com operadoras e redução com custos relacionados a ações antifraude de SMS.

Serviços de Terceiros

Os custos e despesas com serviços de terceiros no Brasil totalizaram R\$ 1.295 milhões, apresentando uma redução de 6,5% em relação ao 4T21 e de 2,3% comparado ao ano anterior.

Essa redução ocorreu principalmente em função da queda de gastos com (i) assessorias jurídicas e consultorias, (ii) aquisição de conteúdo de TV decorrente da redução da base de clientes e (iii) custos de TI – impactado pelo projeto extraordinário de implementação da plataforma *multitenant* na UPI InfraCo no trimestre passado, conforme previsto no acordo de investimentos. A eficiência nessa linha foi parcialmente compensada por maiores custos com energia elétrica e a migração das tarifas bancárias de faturamento, tratadas como resultado financeiro até o 4T21.

Adicionalmente, a Companhia continua focada nas iniciativas de redução de custos via automação e digitalização dos processos [ex: 71% dos clientes da Fibra já possuem e-billing, +43pp A/A], influenciando diretamente à frente de Relacionamento com Clientes e Faturamento.

Serviços de Manutenção de Rede

Os custos e despesas com serviços de manutenção de rede acumularam R\$ 199 milhões no trimestre, incremento de 12,5% na comparação sequencial e redução de 3,1% na comparação anual. O incremento na comparação sequencial é decorrente de renegociações contratuais com fornecedores de Rede.

A companhia segue com iniciativas de redução de custos, ampliando ações como: (i) o contínuo esforço para aumento da eficiência das operações de campo e da digitalização de processos e atendimento – o crescente uso do aplicativo técnico virtual, para solução de problemas, é um grande exemplo de redução de custos nessa linha – atualmente os pedidos de assistência técnica na Fibra pode ser realizados através da ferramenta; e (ii) o crescimento e expansão da Fibra, substituindo as redes legadas, mais antigas e deterioradas e que demandam mais reparo.

Custos de Aparelhos e Outros

No 1T22, os custos de aparelhos das operações brasileiras totalizaram R\$ 9 milhões, uma queda de 50,7% na comparação com o trimestre anterior e de 48,3% na comparação anual. O principal fator para a performance é uma consequência do processo de readequação da estrutura da Companhia, com a redução da atividade comercial do negócio de mobilidade.

Publicidade e Propaganda

As despesas com publicidade e propaganda totalizaram R\$ 70 milhões no trimestre, representando uma redução de 11,7% em relação ao 4T21, e de 30,9% na comparação com o 1T21. Os principais fatores destas reduções são (i) a realização das campanhas de Fibra de forma mais eficiente e diretas, priorizando mídias



alternativas à veiculação na TV aberta, [ii] além de menores despesas em campanhas de mobilidade em linha com redução da atividade comercial.

Aluguéis e Seguros

No 1T22, as despesas com aluguéis e seguros das operações brasileiras totalizaram R\$ 658 milhões, um aumento de 8,0% na comparação sequencial de 1,6% em relação ao 1T21. Tais incrementos decorrem do efeito de reajustes dos contratos existentes, suavizados pela redução de despesas atreladas às lojas fechadas em função da venda da operação móvel.

Provisões para Devedores Duvidosos (PDD)

As provisões para devedores duvidosos totalizaram R\$ 83 milhões no 1T22, um incremento de 685,0% em relação ao 4T21 e de 18,5% em relação ao 1T21. O aumento da PDD nesse trimestre é decorrente tanto de uma piora no perfil da inadimplência quanto do menor volume de recuperações de perdas.

Vale ressaltar que as novas estratégias das políticas de crédito, que já vêm sendo executadas desde o final do ano passado, têm incrementado a qualidade da base entrante, que, aliado ao trabalho de melhoria na performance de cobrança, contribuíram para atenuar o impacto na inadimplência. Entretanto, como processo de provisionamento do valor para devedores duvidosos é realizado por *aging*, o reconhecimento de 100% do impacto destas ações no resultado pode levar entre 5-6 meses.

Contingências, Tributos e Outros

As contingências, tributos e outros, nas operações brasileiras, totalizaram R\$ 247 milhões no trimestre, um aumento de 139,0% na comparação com o 4T21 e de 11,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. O incremento em relação ao trimestre anterior decorre principalmente do menor volume de recuperação de despesas no período.

Operações internacionais

No 1T22, o saldo das despesas das operações internacionais foi R\$ 0 no consolidado. As despesas incorridas pelas operações internacionais foram da ordem de R\$ 22 milhões no 1T22. Este valor foi compensado por outras receitas operacionais no mesmo montante. O ajuste ao resultado é derivado da anulação do efeito das amortizações ao longo do período em que a empresa Timor Telecom esteve classificada como detida para venda.



Comentário do Desempenho

01 1T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

EBITDA

Tabela 7 – EBITDA e Margem EBITDA

	1T22	1T21	4T21	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A.					
EBITDA de Rotina (R\$ milhões)	1.252	1.139	1.612	9,9%	-22,3%
Brasil	1.220	1.128	1.489	8,1%	-18,1%
Operações Internacionais	32	11	123	-191,4%	74,0%
Margem EBITDA de Rotina (%)	28,4%	25,6%	35,3%	2,8 p.p.	-6,9 p.p.
Brasil	27,8%	25,7%	32,9%	2,2 p.p.	-5,1 p.p.
Operações Internacionais	100,1%	18,7%	269,5%	81,4 p.p.	-169,3 p.p.
Itens Não Rotina (R\$ milhões)	4	1.229	-1.021	n.m.	n.m.
EBITDA (R\$ milhões)	1.256	2.368	591	-47,0%	112,6%
Brasil	1.224	2.357	468	-48,1%	161,6%
Operações Internacionais	32	11	123	191,4%	-74,0%
Margem EBITDA (%)	28,4%	53,2%	12,9%	-24,7 p.p.	15,5 p.p.

O EBITDA consolidado de rotina totalizou R\$ 1.252 milhões no trimestre, apresentando redução de 22,3% em relação ao 4T21 e melhora de 9,9% na comparação com o 1T21.

O EBITDA de rotina das operações brasileiras totalizou R\$ 1.220 milhões, queda de 18,1% no comparativo sequencial e incremento de 8,1% em comparação com ano anterior. A margem EBITDA de rotina das operações brasileiras foi de 27,8% uma redução trimestral de 5,1 p.p. e melhora anual de 2,2 p.p.

Em relação às operações internacionais, o EBITDA de rotina totalizou R\$ 32 milhões no 1T22, comparado aos R\$ 123 milhões no 4T21 e aos R\$ 11 milhões no 1T21.

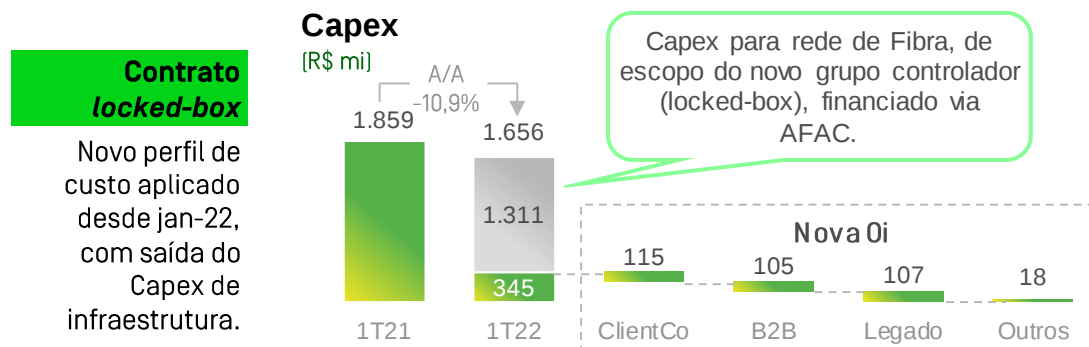
Os itens não rotina totalizaram de R\$ 4 milhões no 1T22.

Investimentos

Tabela 8 – Investimentos

R\$ Milhões	1T22	1T21	4T21
Investimentos			
Brasil	345	1.859	1.948
Operações Internacionais	18	4	2
Total	363	1.863	1.951

Gráfico 1 – Investimentos Proforma



Neste primeiro trimestre de 2022, em função acordo *locked-box* para a operação da V.tal, que entrou em vigor a partir de 01/01/2022, a Companhia deixou de ser responsável pelos investimentos na rede de fibra. Durante o período, a continuidade dos investimentos no desenvolvimento desta infraestrutura foi garantida pela AFAC [Antecipação para Futuro Aumento de Capital] realizada pelo novo controlador na V.tal.

O Capex consolidado da Companhia (excluindo o Capex realizado pela V.tal), totalizou R\$ 363 milhões, sendo as operações brasileiras responsáveis por um investimento de R\$ 345 milhões, enquanto as operações internacionais responderam por um investimento da ordem de R\$ 18 milhões.

Os investimentos nas operações da ClientCo totalizaram R\$ 115 milhões no 1T22. O foco desses investimentos foi atrelado à qualidade do serviço para aprimoramento da experiência do cliente, que passou a se tornar um diferencial competitivo dada a mudança no modelo operacional.

Os investimentos nas operações de Oi Soluções somaram R\$ 105 milhões no trimestre. O foco desses investimentos foi relacionado à evolução do portfólio (i) para comercialização de serviços de valor adicionado, aumentando a exposição da nossa base às soluções digitais como Cloud, segurança digital, IOT, Big Data, etc.; e (ii) para implementação de projetos customizados para clientes corporativos.

Os investimentos na rede legada foram de R\$ 107 milhões no trimestre. Os investimentos neste segmento foram destinados à otimização da rede existente, em conformidade com as atuais regras regulatórias e ao adensamento das redes já instaladas, por meio da oferta de produtos e serviços para os nossos clientes, permitindo ganhos de escala e de eficiência.



Comentário do Desempenho

01 T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

Fluxo de Caixa Operacional (EBITDA de rotina – Capex)

Tabela 9 – Fluxo de Caixa Operacional

R\$ Milhões	1T22	1T21	4T21
Oi S.A.			
EBITDA de Rotina	1.252	1.139	1.612
Capex	363	1.863	1.951
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina (EBITDA – Capex)	889	-724	-339

Tabela 10 – Fluxo de Caixa Operacional das Operações Brasileiras

R\$ Milhões	1T22	1T21	4T21
Oi S.A.			
EBITDA de Rotina	1.220	1.128	1.489
Capex	345	1.859	1.948
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina (EBITDA – Capex)	875	-731	-459

Neste 1T22, o fluxo de caixa operacional consolidado de rotina foi positivo em R\$ 889 milhões. Nas operações brasileiras, o fluxo de caixa operacional foi positivo em R\$ 875 milhões *versus* uma geração negativa nos períodos anteriores. Estas expressivas melhoras do fluxo de caixa operacional derivam majoritariamente da redução do Capex. Entretanto, vale ressaltar que os números ainda não refletem completamente o modelo operacional da Nova Oi, uma vez que ainda consolidam os resultados da operação móvel, alienada em abril de 2022, e ainda não contabilizam a contrapartida da redução dos investimentos na rede de fibra – os valores pagos para uso da infraestrutura da V.tal e que foram objeto do encontro de contas dos resultados de caixa do acordo *locked-box*.

Depreciação / Amortização

Tabela 11 – Depreciação e Amortização

R\$ Milhões	1T22	1T21	4T21	Δ Ano	Δ Tri.
Depreciação e Amortização					
Total	983	1.172	818	-16,1%	20,2%

As despesas com depreciação e amortização da Companhia totalizaram R\$ 983 milhões no 1T22, incremento de 20,2% em relação ao 4T21 e redução de 16,1% na comparação com o 1T21.



Resultados Financeiros

Tabela 12 – Resultado Financeiro

R\$ Milhões	1T22	1T21	4T21
Oi S.A. Consolidado			
Juros Líquidos (s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.)	-899	-564	-937
Amortização do ajuste a valor justo	242	-476	-342
Resultado Cambial Líquido (s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financiamentos)	2.358	-1.375	-401
Outras Receitas / Despesas Financeiras	172	-1.530	-1.621
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	1.874	-3.945	-3.301

A Oi S.A. apresentou receitas financeiras líquidas consolidadas de R\$ 1.874 milhões no 1T22, uma reversão das despesas financeiras de R\$ 3.301 milhões no 4T21 e de R\$ 3.945 no mesmo trimestre do ano anterior. Tal reversão é explicada pela valorização do Real frente ao Dólar de 15,10% no trimestre *versus* desvalorização de 2,59% e 9,63% no 4T21 e 1T21, respectivamente.

No trimestre, houve a contabilização de receitas de R\$ 2.358 milhões no item “Resultado Cambial Líquido” em função da referida apreciação. Os itens “Amortização do ajuste a valor justo” e “Outras Receitas / Despesas Financeiras” também foram beneficiados pela valorização do Real no período. Este último item registrou um impacto positivo de variação cambial sobre os passivos onerosos, além de menores despesas com contingências no trimestre.

Apesar do impacto positivo de menores juros *accruados* no trimestre nas dívidas atreladas à moeda estrangeira quando denominadas em Reais, decorrente da moeda mais apreciada, o item “Juros Líquidos” foi negativamente impactado por maior CDI e TJLP no período. No comparativo anual, os juros superiores ocorreram em função dos desembolsos realizados a partir do segundo trimestre de 2021, detalhados na seção de Endividamento Consolidado.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Tabela 13 – Lucro (Prejuízo) Líquido [Oi S.A. Consolidado]

R\$ Milhões	1T22	1T21	4T21	Δ Ano	Δ Tri.
Lucro (Prejuízo) Líquido					
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT)	273	1.196	-227	-77,2%	220,3%
Resultado Financeiro	1.874	-3.945	-3.301	147,5%	156,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-363	-293	1.885	23,7%	-119,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado	1.784	-3.042	-1.643	158,7%	208,6%
-atribuído aos acionistas controladores	1.782	-3.038	-1.669	158,7%	206,7%
-atribuído aos acionistas não controladores	2	-4	26	149,5%	-92,5%

-atribuído aos acionistas não controladores: se refere aos minoritários de empresas da África (em que a Oi é a Controladora)



Comentário do Desempenho

01 11 22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

No 1T22, o resultado operacional da Companhia antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT) foi positivo em R\$ 273 milhões, comparado ao resultado negativo de R\$ 227 milhões no 4T21 e ao resultado de R\$ 1.196 milhões do 1T21. No trimestre, a Companhia registrou resultado financeiro líquido positivo de R\$ 1.874 milhões e uma despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$ 363 milhões. Como resultado, a Companhia registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 1.784 milhões no período.

Liquidez & Endividamento

Tabela 14 – Posição de Caixa [Operações Brasileiras]

R\$ Milhões

Posição Inicial de Caixa	3.288
Ebitda de rotina	1.220
IFRS16	-573
Capex	-345
Capex V.tal	-1.311
AFAC	1.098
Capital de giro	206
Passivo oneroso	-73
Esfera legal	11
Operações financeiras	-1.010
Pagamento a Fornecedores RJ	-550
Efeito caixa <i>non core</i>	22
Posição Final de Caixa	1.983

A companhia encerrou o trimestre com caixa consolidado de R\$ 1.983 milhões, uma redução de 39,7% em relação ao 4T21 e de 34,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

O fluxo de caixa foi positivamente impactado pelo resultado das operações e Capital de Giro, cuja dinâmica é alavanca para gestão de liquidez da Companhia. As linhas de esfera legal e *non-core* também contribuíram na mesma direção, em uma menor escala, em função do resgate de depósitos judiciais e venda de imóveis, respectivamente.

A redução no caixa do trimestre foi proveniente do resultado negativo das operações financeiras – efeito combinado da redução das receitas financeiras do caixa em moeda estrangeira e pagamento de juros como BNDES e, principalmente, os pagamentos dos juros semestrais do “Bond” Qualificado e do “Bond” sênior, além dos pagamentos de obrigações a credores, como a última parcela dos fornecedores parceiros prevista no Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Comentário do Desempenho

01 1T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

Tabela 15 – Endividamento

R\$ Milhões	1T22	1T21	4T21	% Dívida Bruta
Endividamento				
Curto Prazo	5.777	4.180	5.778	17,3%
Longo Prazo	27.625	24.020	30.083	82,7%
Dívida Total	33.402	28.199	35.860	100,0%
Exposição moeda nacional	16.099	9.673	15.503	48,2%
Exposição moeda estrangeira	17.191	18.534	20.351	51,5%
Swap	113	-7	6	0,3%
(-) Caixa	-1.983	-3.027	-3.288	-5,9%
(=) Dívida Líquida	31.420	25.172	32.573	94,1%

A dívida bruta consolidada registrou um saldo de R\$ 33.402 milhões no 1T22, representando uma redução de 6,9% ou R\$ 2.458 milhões em relação ao registrado no 4T21. Já no comparativo anual, por sua vez, houve um aumento do endividamento de 18,5% ou R\$ 5.203 milhões. A redução no trimestre é decorrente, principalmente da valorização do Real versus Dólar de 15,10%, somada à amortização dos juros do “Bond” qualificado e do “Bond” sênior no valor de R\$ 645 milhões.

Ano contra ano, além do *accrual* de juros, amortização do Ajuste a Valor Presente [AVP] e da desvalorização do Real vs Dólar de 3,0%, a elevação da dívida foi consequência, principalmente, dos desembolsos realizados no período, a saber, a debênture privada 2ª emissão no valor de R\$ 2,0 bilhões, o “Bond” sênior no valor de US\$ 880 milhões, ambas na Oi Móvel, além da debênture privada na V.tal no valor de R\$ 2,5 bilhões. Há que se ressaltar que, grande parte dos recursos provenientes do “Bond” sênior foram utilizados para o pré-pagamento da debênture privada 1ª emissão da Oi Móvel, em julho de 2021, compensando, em parte a elevação no período.

Com isso, sua dívida líquida totalizou R\$ 31.420 milhões no período corrente, R\$1.153mm ou 3,5% menor quando comparada ao 4T21.



Comentário do Desempenho

01 1T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

Tabela 16 – Composição da Dívida Bruta

R\$ Milhões

Composição da Dívida Bruta - 1T22	Valor de Face	Ajuste a Valor Justo (AVJ)	Valor Justo
BNDES	4.653	-	4.653
Bancos Locais	9.879	[3.793]	6.086
ECAs	8.225	[4.141]	4.084
Bonds Qualificados	7.975	[529]	7.446
Facility "Não Qualificados"	485	[119]	366
Oferta Geral	5.145	[4.094]	1.052
Deb. Conversíveis V.Tal	3.011	-	3.011
Empréstimo Ponte Oi Móvel	2.314	-	2.314
Bond 2026	4.372	-	4.372
Outros	18	-	18
Dívida Bruta Total	46.078	[12.675]	33.402

Após o encerramento do trimestre, com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, em 20 abril de 2022, foi realizada a quitação integral das dívidas da companhia junto ao BNDES no valor de R\$ 4,6 bilhões, foi feito o pagamento antecipado das debêntures 2ª emissão no valor de R\$ 2,4 bilhões e, por último, nesta data foi encerrada a oferta pública mandatária para o "Bond" sênior, com adesão de 98,71% do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões. Há que se destacar, ainda, que a debênture 1ª emissão da V.tal também foi pré-paga no closing da UPI InfraCo, realizada no dia 09 de junho de 2022.

Ao final do 1T22, a parcela da dívida em moeda estrangeira representava 51,5% da dívida a valor justo. O prazo médio consolidado permaneceu em aproximadamente 7,5 anos no trimestre.



Comentário do Desempenho

01 1122 RELATÓRIO TRIMESTRAL

Informações Adicionais e Complementares

Tabela 17 – Demonstração do Resultado do Exercício [Oi S.A. Consolidado]

R\$ Milhões	1T22	1T21	4T21
Receita Operacional Líquida	4.415	4.453	4.571
Custos e Despesas Operacionais	-3.159	-2.085	-3.980
Pessoal	-523	-592	-654
Interconexão	-86	-97	-97
Serviços de terceiros	-1.301	-1.341	-1.483
Serviço de manutenção da rede	-200	-206	-207
Custo de aparelhos e outros	-9	-19	-19
Publicidade e propaganda	-70	-102	-80
Aluguéis e seguros	-663	-651	-707
Provisões para contingências	15	-48	-84
Provisão para devedores duvidosos	-84	-71	-10
Tributos e outras receitas (despesas)	-238	1.042	-639
EBITDA	1.256	2.368	591
Margem %	28,4%	53,2%	12,9%
Depreciações e Amortizações	-983	-1.172	-818
EBIT	273	1.196	-227
Despesas Financeiras	1.878	-4.130	-3.490
Receitas Financeiras	-4	185	189
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos	2.147	-2.748	-3.528
Imposto de Renda e Contribuição Social	-363	-293	1.885
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	1.784	-3.042	-1.643
Margem %	40,4%	-78,8%	-35,9%
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	1.782	-3.038	-1.669
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	2	-4	26

Comentário do Desempenho

01 11 22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

Tabela 18 – Balanço Patrimonial [Oi S.A. Consolidado]

R\$ Milhões	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2021
TOTAL DO ATIVO	78.697	77.950	72.952
Ativo Circulante	13.450	14.003	14.598
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.782	3.090	2.823
Aplicações Financeiras	191	189	194
Instrumentos Financeiros Derivativos	11	7	16
Contas a Receber	5.772	5.289	4.866
Estoques	360	364	430
Tributos Correntes e a Recuperar	303	307	396
Outros Tributos	807	1.048	1.515
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.013	1.183	1.737
Ativos Mantidos para Venda	704	705	115
Outros Ativos	2.506	1.822	2.505
Ativo Não Circulante	65.247	63.947	58.354
Realizável a Longo Prazo	12.210	12.277	11.518
.Tributos Diferidos e a Recuperar	6.257	6.234	3.671
.Outros Tributos	944	1.014	1.647
.Aplicações Financeiras	10	9	10
.Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.129	4.076	4.902
.Outros Ativos	870	943	1.288
Investimentos	37	27	125
Imobilizado	48.444	46.852	42.238
Intangível	4.556	4.792	4.473



Comentário do Desempenho

01 11 22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

TOTAL DO PASSIVO	78.697	77.950	72.952
Passivo Circulante	20.669	18.811	16.674
Fornecedores	5.725	5.431	4.895
Arrendamentos a Pagar	2.123	2.020	1.716
Empréstimos e Financiamentos	5.665	5.771	4.187
Cessão de Crédito - Sistel	131	180	197
Instrumentos Financeiros	126	14	7
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	611	645	939
Provisões	666	717	823
Tributos a Recolher e Diferidos	15	15	55
Outros Tributos	2.298	1.799	1.815
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	6	6	21
Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	0	0	35
Autorizações e Concessões a Pagar	70	63	102
Outras Contas a Pagar	3.233	2.150	1.883
Passivo Não Circulante	56.964	59.863	51.535
Fornecedores	3.945	3.779	3.769
Arrendamentos a Pagar	8.687	8.301	6.940
Empréstimos e Financiamentos	27.625	30.083	24.020
Cessão de Crédito - Sistel	0	0	131
Tributos a Recolher e Diferidos	1.830	1.446	288
Outros Tributos	1.038	934	1.320
Provisões	4.937	5.014	5.021
Provisões para Fundo de Pensão	842	813	728
Outras Contas a Pagar	8.059	9.492	9.317
Patrimônio Líquido	1.065	-723	4.743



Comentário do Desempenho

01 1T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

Tabela 19 – Conciliação da Demonstração do Resultado do Exercício (Oi S.A. – Operações Continuadas)

Para fins contábeis, a UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo foram classificadas como operações descontinuadas, por representarem ativos disponíveis para venda. Dessa forma, seguindo as regras contábeis, as Informações Trimestrais apresentadas no ITR referem-se apenas à operação continuada da Companhia.

Para facilitar a análise da evolução dos resultados da Companhia, em linha com as informações que vinham usualmente sendo divulgadas em anos anteriores, a tabela abaixo apresenta uma recomposição das informações consolidadas, que contempla o somatório dos resultados das operações continuadas com o resultado das operações descontinuadas. Para fins de manutenção de comparabilidade, este Press Release utiliza as informações consolidadas em suas análises. Mais informações na nota explicativa 31 do ITR.

Cabe destacar que o resultado das operações continuadas considera que os negócios que serão alienados não são parte do resultado das operações nas datas dos reportes, pois segrega o resultado das UPIs que serão alienadas, e não deve ser utilizada como uma aproximação do que serão os resultados da Companhia após a conclusão das vendas das UPIs, uma vez que, por se tratar de uma peça contábil, esta demonstração não considera todos os movimentos que acontecerão na operação e no negócio da Companhia durante o seu processo de transformação, que se encontra em curso.

R\$ Milhões	1T22		
	Consolidado	Operação Descontinuada	Operação Continuada
Receitas de vendas e/ou serviços	4.415	1.928	2.487
Custos e Despesas Operacionais	-3.159	-1.286	-1.873
Pessoal	-523	-121	-402
Interconexão	-86	-56	-30
Serviços de terceiros	-1.301	-419	-882
Serviço de manutenção da rede	-200	-97	-103
Custo de aparelhos e outros	-9	-5	-4
Publicidade e propaganda	-70	-21	-50
Aluguéis e seguros	-663	-340	-323
Provisões para contingências	15	0	15
Provisão para devedores duvidosos	-84	-38	-45
Tributos e outras receitas (despesas)	-238	-189	-49
EBITDA	1.256	642	614
Margem %	28,4%	33,3%	24,7%
Depreciação e amortização	-983	0	-983
EBIT	273	642	-369
Receitas (despesas) financeiras	1.874	-398	2.272
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos	2.147	244	1.902
Imposto de Renda e Contribuição Social	-363	-362	-1
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	1.784	-118	1.902

Eventos Subsequentes



Alienação da UPI Ativos Móveis

- Em 13 de abril de 2022, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado em geral que nesta data, a Companhia e a Telefônica Brasil S.A., TIM S.A. e Claro S.A., signatárias do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, que tem por objeto a alienação da UPI Ativos Móveis, trocaram notificações confirmando o cumprimento ou dispensa, conforme o caso, de todas as condições precedentes para a conclusão da Operação. As partes marcaram a data de fechamento da Operação para 20 de abril de 2022.
- Em 20 de abril de 2022, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 28 de janeiro de 2021, nesta data ocorreu o fechamento da alienação da UPI Ativos Móveis às Compradoras, que foram vencedoras do procedimento competitivo realizado em 14 de dezembro de 2020, em conformidade com o Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial. O preço de fechamento ajustado da Operação UPI Ativos Móveis foi de R\$ 15,9 bilhões correspondendo ao preço base da Operação UPI Ativos Móveis de R\$ 15,7 bilhões, acrescido de ajustes positivos de R\$ 178 milhões ("Preço de Fechamento Ajustado da Operação UPI Ativos Móveis"), na forma do Contrato UPI Ativos Móveis, para refletir, entre outros, o montante da dívida líquida e do capital de giro de cada uma das UPIs Móveis transferidas às Compradoras, bem como a redução ou acréscimo, conforme o caso, de valores individualmente acordados entre a Companhia e as Compradoras. Com o fechamento da Operação, as Compradoras realizaram, na referida data, o pagamento em dinheiro de um montante, em conjunto, de R\$ 14,5 bilhões ["Preço da Operação" - valor recebido no fechamento] equivalente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação menos o valor de R\$ 1,5 bilhão ["Valor Retido"], equivalente a 10% do Preço da Operação, retido pelas Compradoras por até 120 dias, na forma do Contrato, para possíveis compensações de valores que a Oi possa ter que vir a pagar às Compradoras em função de eventuais ajustes pós-fechamento e de outras obrigações de indenização previstas no Contrato.

Alienação do controle da UPI InfraCo [V.taI]

- Em 5 de maio de 2022, a ANATEL, em deliberação na 912ª Reunião do Conselho Diretor, concedeu anuência prévia à Operação UPI InfraCo, sujeita ao cumprimento de determinadas condicionantes comumente estabelecidas pela ANATEL.
- Em 9 de junho de 2022, após o cumprimento (ou dispensa temporária) das CPs previstas no Contrato UPI InfraCo, ocorreu o fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo para a Globenet Cabos Submarinos S.A. ["Investidor"], com a interveniência da BrT Multimídia, BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP, na qualidade de acionistas do Investidor.
- O fechamento da Operação UPI InfraCo ocorreu após extensas negociações entre as partes sobre os termos e condições finais da Operação UPI InfraCo, que foram refletidas no termo de fechamento celebrado na mesma data ["Termo de Fechamento"]. Neste Termo de Fechamento, as partes concordaram em ajustar o contrato de provimento de capacidade FTTH para refletir condições comerciais mais favoráveis à Oi no preço mensal por HC e no índice de reajuste aplicável, tornando, em contrapartida, os serviços mais competitivos.
- O fechamento da Operação UPI InfraCo contemplou, na data de fechamento, a contribuição das seguintes parcelas:



Comentário do Desempenho

01 11 22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

- i. Parcela Primária: nesta data houve a subscrição e integralização pelo Investidor de novas ações ordinárias representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 1.776 milhões;
- ii. Parcela Secundária: nesta data houve a aquisição pelo Investidor de ações ordinárias detidas pela Oi representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante pagamento de um montante em dinheiro de R\$ 8.010 milhões, a ser pago pelo Investidor em até 3 parcelas, sendo R\$ 4.262 milhões, pagos na data de fechamento e o restante a ser pago até 2023.
- Desta forma, imediatamente após o fechamento, a Globenet passou a deter 51% das ações representativas do capital social total da BrT Multimídia, e a Oi, 49% das mesmas ações.
- Numa segunda etapa, em até 90 dias após a data de fechamento, serão realizadas ainda, as seguintes contribuições adicionais à BrT Multimídia pela Globenet, tal como previstas no Contrato UPI InfraCo:
 - iii. Parcela Primária Adicional – I: imediatamente antes da incorporação da Globenet, subscrição e integralização pela Globenet de novas ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 1.258 milhões;
 - iv. Incorporação do Investidor: imediatamente após o Aumento de Capital – Parcela Primária Adicional I, incorporação da Globenet pela BrT Multimídia, com a emissão de novas ações ordinárias pela BrT Multimídia, representativas do capital social votante da BrT Multimídia. O valor justo da Globenet considerado para fins da incorporação foi de R\$ 1.519 milhões, atestado por relatórios de avaliação econômico-financeira elaborados por empresas de avaliação independente contratadas pela Globenet e pela Oi, na forma do Edital Público, nos termos da Cláusula 3.9.4.2 do Aditamento ao PRJ; e
 - v. Parcela Primária Adicional – II: imediatamente após a incorporação da Globenet, subscrição e integralização pela Globenet de novas ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 360 milhões.
- Adicionalmente às contribuições da Globenet na BrT Multimídia, e também até 90 dias, após a data de fechamento, a Companhia receberá o seguinte pagamento:
 - vi. Pagamento Dividendo Telemar – a BrT Multimídia efetuou o pagamento dos Créditos Dividendos Telemar, em montante correspondente a R\$ 2.736 milhões, em valores de 23 de junho de 2022.
- Em decorrência da implementação das etapas acima, os acionistas da Globenet passarão a deter, antes de quaisquer ajustes de preço, ações representativas de 57,9% do capital social votante e total da BrT Multimídia, permanecendo a Companhia e suas afiliadas com a participação restante no capital votante e total.
- O Contrato UPI InfraCo e seus instrumentos correlatos contemplam ainda a celebração entre a BrT Multimídia e a Oi e/ou suas afiliadas de contratos de provimento de capacidade e outros contratos operacionais, bem como de acordo de acionistas da BrT Multimídia, entre a Globenet e a Oi.
- As partes, ainda no referido Termo de Fechamento, realizaram as verificações e cálculos necessários sobre cada um dos componentes financeiros e operacionais, previstos no Contrato UPI InfraCo (tais como



endividamento, capital de giro, número de HPs e HCs entregues, OPEX e CAPEX realizados, entre outros], para fins de determinação do ajuste de preço cabível, a ser aplicado através do exercício de bônus de subscrição pelo Investidor, na forma da Clausula 6 do Contrato. Como resultado destas negociações, as partes concordaram em efetuar ajustes de preços limitados a 7,38% do total de ações representativas do capital social total e votante da BrT Multimídia, a serem realizados em favor da participação da Globenet ["Ajuste de Participação"], tal como descritos a seguir.

- Como resultado das referidas negociações, as partes concordaram que o Ajuste de Participação seja implementado da seguinte forma: (i) em até 30 dias, contados desta data, um ajuste de participação de 3,65% do capital social total e votante da BrT Multimídia; e (ii) em 31 de julho de 2023, um ajuste de participação de até 3,73% do capital social total e votante da BrT Multimídia, em função da aplicação e apuração das condições mais favoráveis para a Oi negociadas no contrato FTTH, como acima mencionado, durante este período, o que resultará, imediatamente após a consumação das etapas descritas acima, em uma participação da Globenet de até 65,27% na BrT Multimídia.
- Foi detalhada também, no Termo de Fechamento, a manutenção de determinados ativos (equipamentos de casa cliente) na Oi, em função da otimização do modelo operacional com a BrT Multimídia, com a eliminação de ajustes de participação futuros relativos a esses ativos anteriormente previstos no Contrato UPI InfraCo.
- Além de ajustes feitos na data de fechamento, foram realizados também, conforme previsão da Cláusula 10.9 do Contrato UPI InfraCo, ajustes adicionais de caixa, relativos à contabilização das operações da BrT Multimídia no modelo "locked-box" (resultados de caixa atribuídos à Globenet a partir do início do exercício 2022), já realizados via aporte de caixa da Oi na BrT Multimídia no valor de ~R\$ 1,2 bilhão.
- O valor da Operação UPI InfraCo, considerando o somatório da Parcela Primária; da Parcela Secundária; das Parcelas Primárias Adicionais; e do valor justo da incorporação da Globenet, totaliza um montante de R\$ 12.923 milhões.

Dívidas liquidadas com o fechamento das operações envolvendo as UPIs Ativos Móvel e InfraCo (V.tal)

- Como parte do recebimento dos recursos da UPI Ativos Móveis, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatária para o "Bond" sênior 2026, conforme previsto em sua "indenture", com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões). Tais pré-pagamentos marcaram o início da redução da alavancagem da Companhia, em linha com o que consta no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, transformando sua estrutura de capital e perseguindo a sustentabilidade financeira da Nova Oi.
- Com a conclusão da Operação UPI InfraCo, ocorreu na mesma data, a quitação integral de todos os compromissos das debêntures conversíveis em ações preferenciais, da espécie com garantia real, para colocação privada, da 1ª emissão da BrT Multimídia ("Debêntures"), no valor total atualizado de R\$ 3.526 milhões, cujo pagamento foi efetuado com recursos provenientes da Parcela Secundária, que foram aportados pela Oi na BrT Multimídia, e utilizados para a recompra das ações preferenciais da BrT Multimídia



que passaram a ser detidas pelos Debenturistas após a conversão das debêntures em ações da BrT Multimídia, em linha com o disposto na Escritura de Emissão das Debêntures.

Alienação de outros ativos non-core

- Em 28 de abril de 2022, a Companhia celebrou o *Term Sheet* com a SKY para (i) permitir eventual transferência da integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH, em continuidade à sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH; e (ii) a utilização da infraestrutura de IPTV da Oi e a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura pela SKY, com o compartilhamento das receitas auferidas entre Oi e SKY.
- De acordo com o Instrumento, e sujeito ao implemento das condições precedentes para o fechamento da Operação TVCo, as quais serão previstas nos Contratos Definitivos da Operação TVCo, a Sky se comprometeu a adquirir a Base DTH da Oi e a Oi concordou em transferir a Base DTH para a Sky, bem como concordou em prestar à Sky os serviços relacionados à Infraestrutura IPTV. Os termos e condições exatos da Operação TVCo estarão contidos nos contratos definitivos a serem discutidos entre a Oi e a Sky.
- A efetiva conclusão da Operação TVCo está sujeita, ainda, à obtenção da autorização do Juízo da Recuperação Judicial da Companhia para a transferência da Base DTH e à obtenção de aprovação do CADE, bem como ao cumprimento das CPs TVCo.
- O fechamento da Operação TVCo, o qual deverá ocorrer somente após cumprimento das CPs TVCo, garantirá ao Grupo Oi a execução de sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH, ao mesmo tempo em que possibilitará a manutenção de uma participação importante na geração de receitas de conteúdo a partir da prestação de serviços de TV por assinatura via protocolo IP (IPTV), com base em plataformas e equipamentos com tecnologia IPTV que permanecerão de propriedade da Companhia e/ou de empresas que detém participação.

Outros Temas

- Em 31 de maio de 2022, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que, recebeu nesta data, o Ofício B3 207/2022-DIE ["Ofício"] da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ["B3"], informando o deferimento do novo pedido de reconsideração apresentado pela Companhia com relação ao Ofício 61.2022-SLS, pelo qual a B3 havia solicitado a divulgação dos procedimentos e cronograma para enquadramento da cotação das ações da Companhia em valor igual ou superior a R\$1,00. Dessa forma, informamos que permanece sem efeito a determinação do Ofício 61.2022-SLS, sendo que a partir de 01 de julho de 2022 será iniciado um novo período para eventual apuração de 30 [trinta] pregões ininterruptos com a cotação das ações da Companhia abaixo de R\$1,00.
- Em 31 de maio de 2022 a Companhia celebrou com a ANATEL, um instrumento de repactuação e transação acerca de débitos não tributários, inscritos em dívida ativa da união até a data de celebração do instrumento, no valor de R\$ 20,2 bilhões, nos termos da Lei nº 13.988/2020 combinada com a Lei nº 14.112/2020, incluindo multas, encargos e juros de mora aplicáveis. O instrumento de repactuação e transação, que abrange tanto o saldo dos débitos não tributários, objeto do termo de transação assinado em 27 de novembro de 2020, quanto a repactuação dos novos débitos junto à ANATEL, prevê desconto de 54,99% sobre o valor de cada um desses débitos, incluindo o valor do principal devido, de forma que o débito total a ser pago pela Companhia passa a ser de R\$ 9,1 bilhões. Do referido valor será deduzido o



Comentário do Desempenho

01 11 22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

montante quitado pela Companhia por meio dos depósitos judiciais já convertidos em renda e apropriados pela ANATEL, resultando no saldo devedor de R\$ 7,3 bilhões, que deverá ser quitado em 126 parcelas não lineares, a primeira delas com vencimento no mês da assinatura do acordo e a segunda após o decurso o período de 6 meses de carência. Com isso, o vencimento da última parcela ocorrerá em abril de 2033, representando um alongamento significativo do prazo de pagamento estabelecido na transação anterior, que chegaria ao final em outubro de 2027. Mediante o pagamento das parcelas, a ANATEL conferirá a Companhia ampla, completa, geral, rasa e irrevogável quitação em relação aos débitos não tributários não pagos e/ou objeto das execuções fiscais, conforme listados no instrumento de repactuação e transação. O referido instrumento representa o cumprimento de mais uma importante etapa do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, viabilizando o encerramento de um grande número de processos judiciais. Para maiores detalhes em relação ao cronograma de amortização, [clique aqui](#).

RESOLUÇÃO CVM 44/2021, ART. 12: Acionistas controladores direta ou indiretamente e acionistas que elegem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer outra pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo como um grupo ou que representem os mesmos interesses, que atingem um interesse direto ou indireto representando patamares de [5%] cinco por cento, [10%] dez por cento, 15% [quinze por cento], e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações do capital social de uma sociedade anônima de capital aberto, devem notificar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia do fato, de acordo com o artigo acima.

A Oi recomenda que seus acionistas cumpram com os termos do artigo 12 da Resolução CVM 44/2021, mas não assume qualquer responsabilidade pela divulgação ou não de aquisições ou alienações de terceiros de interesse correspondentes a 5% ou mais de qualquer tipo ou classe de sua participação ou de direitos sobre essas ações ou outros valores mobiliários de sua emissão.

Tabela 20 – Ações do Capital Social da Companhia

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Em circulação
Ordinárias	6.445.310.218	644.049.685	5.801.260.533
Preferenciais	157.727.241	1.811.755	155.915.486
Total	6.603.037.459	645.861.440	5.957.176.019

Composição acionária em 31/03/2022.

Em tempo

As principais tabelas divulgadas neste Relatório de Resultados em formato Excel estarão disponíveis no *website* da Companhia (www.oi.com.br/ri), na seção “Informações Financeiras / Resultados Trimestrais”.

As definições de termos utilizados neste Relatório de Resultados também estão disponíveis no glossário do website da Companhia: <https://ri.oi.com.br/glossario/>



Comentário do Desempenho

DISCLAIMER

Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ["Oi S.A." ou "Oi" ou "Companhia"] e suas controladas diretas e indiretas em 31 de março de 2022 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Em função da sazonalidade do setor de serviços de telecomunicações em seus resultados trimestrais, a Companhia irá focar a comparação dos seus resultados financeiros com o mesmo período do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

Este relatório contém projeções e/ou estimativas de eventos futuros. As projeções aqui disponíveis foram preparadas de maneira criteriosa, considerando a atual conjuntura baseadas em trabalhos em andamento e suas respectivas estimativas. O uso dos termos "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera", entre outros, pretende sinalizar possíveis tendências e declarações prospectivas que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, sendo que os resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. Estas declarações baseiam-se em diversos pressupostos e fatores, inclusive nas condições econômicas, de mercado e do setor, além de fatores operacionais. Quaisquer alterações nesses pressupostos e fatores podem levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve confiar plenamente nessas declarações prospectivas.

Declarações prospectivas se aplicam somente à data em que foram preparadas, não se obrigando a Companhia a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros. A Oi não se responsabiliza por operações que sejam realizadas ou por decisões de investimentos que sejam feitos com base nessas projeções e estimativas. As informações financeiras contidas neste documento não foram auditadas, e, portanto, podem diferir dos resultados finais.

Oi – Relações com Investidores

www.oi.com.br/ri

+55 (21) 3131-2918 | +55 (21) 3131-2586 | +55 (21) 3131-1315

invest@oi.net.br

Notas Explicativas

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua, desde julho de 1998, nas Regiões I e II do PGO - Plano Geral de Outorgas, exceto os Setores 03, 20, 22 e 25, nas modalidades local e de longa distância nacional, bem como autorizada do STFC na Região III do PGO e nos Setores 03, 20, 22 e 25, nas modalidades local e longa distância nacional. A Companhia também presta serviços de longa distância internacional nas Regiões I, II e III do PGO, com base em autorização outorgada pela Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações (“ANATEL” ou “Agência”).

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Oi ainda possui a autorização para a prestação do SCM – Serviço de Comunicação Multimídia, e do SeAC - Serviço de Acesso Condicionado, em ambos os casos em todo território brasileiro, sendo esta em decorrência da incorporação da sua controlada Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”), que ocorreu em 22 de fevereiro de 2022.

As autorizações para prestação de serviços de telefonia móvel detidas pela Oi Móvel foram objeto de renúncia previamente a essa incorporação.

No exterior, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente a sua subsidiária Timor Telecom.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob os códigos OIBR3 e OIBR4. Os ADR’s - “*American Depositary Receipts*” representativos de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão estão sendo negociados no mercado de balcão nos Estados Unidos sob os códigos de negociação “OIBZQ” e “OIBRQ”, respectivamente.

Autorização Societária

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 28 de junho de 2022, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração ocorrida no dia 27 de junho de 2022.

Recuperação Judicial

No âmbito do processo de recuperação judicial que corre perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Recuperação Judicial” e “Juízo da Recuperação Judicial”, respectivamente), após a aprovação dos credores da Companhia e suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel (incorporada pela Companhia em fevereiro de 2022), Telemar (incorporada pela Companhia em maio de 2021), Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (incorporada pela Telemar em janeiro de 2019), Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (incorporada pela Companhia em março de 2019), Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (todas em conjunto “Empresas Oi” ou “Recuperandas”), do termo de aditamento ao plano de recuperação judicial (“Aditamento ao PRJ), em assembleia geral realizada em 8 de setembro de 2020, tendo sido homologado pelo juízo da recuperação judicial (“Juízo da Recuperação Judicial”), por meio de decisão

Notas Explicativas

proferida em 5 de outubro de 2020 e publicada em 8 de outubro de 2020, destacamos os seguintes acontecimentos ocorridos ao longo do primeiro trimestre de 2022:

Em 28 de março de 2022, em vista da proximidade do encerramento do período de supervisão e da singularidade da recuperação judicial das Recuperandas, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão determinando que fossem adotadas certas medidas preparatórias necessárias para orientar a conclusão ordenada do processo. A referida decisão, publicada em 30 de março de 2022, determinou, entre outros pontos, (i) que o Administrador Judicial apresentasse o Quadro Geral de Credores (“QGC”), em até 60 (sessenta) dias, no qual deveriam constar todos os incidentes de habilitação e impugnações de crédito sentenciados até 28 de março de 2022; e (ii) que as Recuperandas criassem procedimento administrativo para que os credores concursais retardatários que não tenham ingressado com a correta distribuição por dependência do seu pedido de habilitação ou impugnação, realizem habilitação administrativa (o “Formulário Digital para Credores”, o qual está disponível no www.recjud.com.br). O Juízo da Recuperação Judicial também esclareceu que os incidentes que não tivessem sido decididos até a homologação do QGC e do encerramento da recuperação judicial deveriam prosseguir normalmente e, depois de decididos, serão inseridos na lista de credores pelas próprias Recuperandas.

Em 27 de junho de 2022, o Administrador Judicial apresentou ao Juízo da Recuperação Judicial o Relatório Circunstanciado previsto no art. 63, III, da Lei 11.101/2005, bem como o QGC, conforme artigo 10, §7º, da Lei nº 11.101/2005, os quais encontram-se disponíveis, para fins de consulta, no endereço eletrônico www.recjud.com.br.

Aditamento ao PRJ

Para maiores informações sobre os objetivos do Aditamento ao PRJ, bem como sobre a composição de cada UPI prevista no Aditamento ao PRJ e os termos e condições aplicáveis à sua alienação, inclusive àquelas relativas à estrutura e ao preço mínimo, favor consultar o Aditamento ao PRJ disponibilizado, para fins de consulta, no endereço eletrônico www.recjud.com.br.

O Aditamento ao PRJ prevê a possibilidade de ajustes nas condições de pagamento de credores concursais e também mecanismos que permitem ou obrigam a Companhia a pagar determinados créditos sujeitos ao Plano em prazo menor do que o previsto no PRJ Original.

Não houve mudanças no primeiro trimestre de 2022 em relação às informações relacionadas ao Aditamento ao PRJ divulgadas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Incorporação da Oi Móvel pela Companhia, nos termos do PRJ

Em 27 de janeiro de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Oi, na qual foi aprovada a operação de incorporação da Oi Móvel pela Companhia, condicionada (i) concessão pela ANATEL de anuência prévia para a operação e a publicação pela ANATEL, no Diário Oficial da União, do ato de transferência, para a Oi, da outorga do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) detida pela Oi Móvel e consolidação da outorga de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) com aquela já detida pela Oi; e (ii) obtenção da autorização do Debenturista da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória em Série única, para Colocação Privada, da Oi Móvel.

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL, em deliberação na 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor concedeu anuência prévia para a operação societária de incorporação da Oi Móvel pela

Notas Explicativas

Companhia, com a transferência das outorgas detidas pela Oi Móvel para a Companhia para a prestação do SeAC e do SCM, após o cumprimento de determinadas condicionantes. Tal anuência estava sujeita, ainda, à renúncia da outorga do Serviço Móvel Pessoal (SMP), pela Oi Móvel.

Em 18 de fevereiro 2022, foi obtida a autorização do Debenturista da 2ª Emissão de Debêntures Simples.

Em 22 de fevereiro de 2022, foi publicado pela ANATEL o Ato nº 2802/2022, pelo qual foi transferida para a Oi a outorga de exploração de SeAC detida pela Oi Móvel, e autorizada a consolidação da outorga de SCM da Oi Móvel com aquela já detida pela Oi.

Em 22 de fevereiro de 2022, foram integralmente verificadas as condições para a incorporação da Oi Móvel pela Companhia, que foi implementada e tornou-se efetiva na mesma data.

Com a referida Incorporação, o acervo líquido da Oi Móvel, avaliado em R\$ 1.073.719, conforme laudo de avaliação de seu patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2021, foi incorporado ao patrimônio da Companhia. No entanto, por tratar-se de incorporação de companhia cujas ações são integralmente detidas pela Oi, a referida Incorporação não resultou em aumento do patrimônio líquido da Oi, tendo em vista que a Oi já possuía o registro consolidado da Oi Móvel nas suas demonstrações financeiras consolidadas, por equivalência patrimonial, de modo que a Companhia não teve seu capital social alterado em decorrência da Incorporação Oi Móvel.

As mutações patrimoniais ocorridas na Oi Móvel no período compreendido entre a data do balanço que serviu de base para a determinação do acervo líquido cindido e a data da aprovação da operação foram apropriadas pela Oi Móvel, exceto a equivalência patrimonial do mencionado período, que foi apropriada pela Companhia, conforme Protocolo e Justificação.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos da Oi Móvel em 22 de fevereiro de 2022 decorrentes da incorporação, estão resumidos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa	1.229.055
Aplicações financeiras	10.086
Contas a receber	2.603.897
Estoques	27.007
Tributos a recuperar	659.633
Dividendos e juros sobre capital próprio	802.916
Depósitos e bloqueios judiciais	287.596
Despesas antecipadas	757.734
Investimentos	7.578.476
Imobilizado	2.411.716
Intangível	481.121
Empréstimos e financiamentos	(9.252.113)
Fornecedores	(3.075.758)
Tributos a recolher	(1.622.956)
Arrendamentos a pagar	(239.481)
Provisões	(1.061.165)
Outros ativos e passivos	(2.796.056)
Acervo líquido incorporado	(1.198.292)

A incorporação da Oi Móvel na controladora não afeta as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

Notas Explicativas

Íntegra do Aditamento ao PRJ

A íntegra do Aditamento ao PRJ encontra-se à disposição dos acionistas da Companhia na sede da Companhia e em seus “websites” (www.oi.com.br/ri ou <http://www.recjud.com.br/>), no Sistema Empresas.NET da CVM (www.cvm.gov.br), além do “website” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Continuidade das operações

As Informações Trimestrais do período findo em 31 de março de 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requerimentos, termos e condições previstos no Aditamento ao PRJ, bem como dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial previstos na Lei nº 11.101/2005. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi, sendo que tal continuidade foi reforçada com a aprovação do Aditamento ao PRJ e depende, em última análise, do êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas no processo de recuperação judicial e da implementação do Plano Estratégico da Companhia.

A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas substanciais sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Ressaltamos que, eventos recentes e relevantes previstos no Aditamento ao PRJ foram concretizados até a data de divulgação dessas Informações Trimestrais, como as alienações das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo, dentre outros eventos, descritos na Nota 32 – Eventos subsequentes.

Em 31 de março de 2022, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido era de R\$ 1.064.525 (R\$ 1.035.201 na controladora), o lucro consolidado do período era de R\$ 1.783.947 (R\$ 1.781.962 na controladora) e o capital circulante líquido era de R\$ 18.938.029 (R\$ 14.919.214 na controladora). Em 31 de dezembro de 2021, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido negativo era de R\$ 722.981 (R\$ 755.674 na controladora), o prejuízo consolidado do exercício era de R\$ 8.492.526 (R\$ 8.516.185 na controladora) e o capital circulante líquido era de R\$ 20.029.036 (R\$ 6.895.107 na controladora).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o IAS 34 *Interim Financial Reporting* (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) Demonstrações Intermediárias) dos padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das Informações Trimestrais, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Notas Explicativas

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

(a) Base de elaboração

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 31 março de 2022 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2021, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2021, conforme item (b) desta nota explicativa.

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas no Brasil é o real (“R\$”), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação (“moeda funcional”). A Companhia possui controladas que atuam em ambiente econômico internacional, principalmente na Europa e Ásia, cuja a moeda funcional é o Euro e Dólar Norte Americano, respectivamente.

Essas Informações Trimestrais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. Todas as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado abrangente.

Quando uma operação no exterior é total ou parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas no resultado do exercício.

As principais taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter suas operações no exterior foram:

Moeda	Fechamento		Média	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/03/2021
Euro	5,2561	6,3210	5,8726	6,6033
Dólar Norte Americano	4,7378	5,5805	5,2299	5,4833

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas e julgamentos contábeis críticos que possuem risco significativo

Notas Explicativas

de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a: (i) Reconhecimento de receita e contas a receber; (ii) Perdas esperadas em contas a receber de clientes; (iii) Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida; (iv) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração; (v) Arrendamentos; (vi) Valor justo de passivos financeiros; (vii) Provisões; (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos; (ix) Benefícios a empregados e (x) Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas.

Reapresentações de saldos contábeis do período comparativo

A Companhia efetuou alguns ajustes e reclassificações no período comparativo, decorrente: (i) da alteração no plano de venda da UPI TVCo que deixou de ser classificada como ativos mantidos para venda e passivos associados a mantidos para venda no balanço patrimonial e operação descontinuada na demonstração do resultado, conforme determinado pelo CPC 31/IFRS 5, a entidade deve efetuar a reclassificação incluindo tais operações no resultado das operações continuadas em todos os períodos apresentados inclusive os montantes relativos aos períodos anteriores. Mediante alteração do plano de venda, a Companhia manteve alguns ativos classificados como mantidos para venda (vide Nota 27 (b)) e (ii) de ajustes e reclassificações entre os perímetros de operações continuadas e descontinuadas na demonstração do resultado, substancialmente proveniente da UPI InfraCo, (iii) de reclassificações entre contas do resultado financeiro e (iv) a demonstração dos fluxos de caixa, para melhor comparabilidade, compreensão dessas transações e saldos nas Informações Trimestrais. Abaixo destacamos os respectivos ajustes e reclassificações:

Demonstração de resultados

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/03/2021			31/03/2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual
Receitas de vendas e/ou serviços	930.271		930.271	2.238.340	398.785	2.637.125
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(791.312)		(791.312)	(1.886.339)	(242.839)	(2.129.178)
Lucro bruto	138.959		138.959	352.001	155.946	507.947
Receitas (despesas) operacionais						
Resultado de equivalência patrimonial	(2.547.251)	(61.771)	(2.609.022)	197		197
Despesas com vendas	(155.143)	(4.465)	(159.608)	(561.179)	(63.455)	(624.634)
Despesas gerais e administrativas	(214.157)		(214.157)	(576.282)		(576.282)
Outras receitas operacionais	229.976		229.976	1.248.603	990	1.249.593
Outras despesas operacionais	(40.883)		(40.883)	(320.093)	509	(319.584)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.588.499)	(66.236)	(2.654.735)	143.247	93.990	237.237
Receitas financeiras	3.106.021	(2.821.500)	284.521	1.262.810	(1.117.414)	145.396
Despesas financeiras	(3.951.157)	2.825.965	(1.125.192)	(4.835.177)	961.653	(3.873.524)
Resultado financeiro	(845.136)	4.465	(840.671)	(3.572.367)	(155.761)	(3.728.128)
Prejuízo antes das tributações	(3.433.635)	(61.771)	(3.495.406)	(3.429.120)	(61.771)	(3.490.891)
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente				(8.525)		(8.525)
Diferido						
Prejuízo das operações continuadas	(3.433.635)	(61.771)	(3.495.406)	(3.437.645)	(61.771)	(3.499.416)
Operações descontinuadas						
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	396.097	16.074	412.171	396.097	16.074	412.171
Prejuízo do período	(3.037.538)	(45.697)	(3.083.235)	(3.041.548)	(45.697)	(3.087.245)

Notas Explicativas

Demonstração dos fluxos de caixa

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/03/2021			31/03/2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual
Prejuízo antes das tributações	(3.433.635)	(61.771)	(3.495.406)	(3.429.120)	(61.771)	(3.490.891)
Encargos, rendimentos financeiros, atualizações monetárias e cambiais	3.437.603		3.437.603	4.548.099	155.761	4.703.860
Depreciação e amortização	435.296		435.296	1.171.996	(147.710)	1.024.286
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	2.301		2.301	30.013	18.406	48.419
Equivalência patrimonial	2.547.251	61.771	2.609.022	(197)		(197)
Outros	(4.353)		(4.353)	(34.089)	35.314	1.225
Outras atividades operacionais	(3.843.318)		(3.843.318)	(3.748.991)		(3.748.991)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais – Operações continuadas	(858.855)		(858.855)	(1.462.289)		(1.462.289)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais – Operações descontinuadas				1.013.199		1.013.199
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(858.855)		(858.855)	(449.090)		(449.090)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos – Operações continuadas	(536.281)		(536.281)	246.332		246.332
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos - Operações descontinuadas				(798.022)		(798.022)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(536.281)		(536.281)	(551.690)		(551.690)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos – Operações continuadas	(21.643)		(21.643)	(146.899)		(146.899)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos - Operações descontinuadas				(215.176)		(215.176)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	(21.643)		(21.643)	(362.075)		(362.075)
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	3.186		3.186	3.906		3.906
Fluxo de caixa do período	(1.413.593)		(1.413.593)	(1.358.949)		(1.358.949)

Demonstração do resultado abrangente

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/03/2021			31/03/2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual
Prejuízo do período	(3.037.538)	(45.697)	(3.083.235)	(3.041.548)	(45.697)	(3.087.245)
Resultado na contabilidade de “hedge”	5.524		5.524	5.524		5.524
Ganho (Perda) atuarial	32		32	32		32
Variação cambial sobre investimento no exterior	(37)		(37)	1.863		1.863
Resultado abrangente de operações continuadas	5.519		5.519	7.419		7.419
Total do resultado abrangente do período	(3.032.019)	(45.697)	(3.077.716)	(3.034.129)	(45.697)	(3.079.826)

Notas Explicativas

(b) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2022:

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 37	Contrato oneroso - Classificação dos custos relacionados ao cumprimento de contrato oneroso.	1 de janeiro de 2022
IAS 16	Imobilizado - Classificação de itens antes do imobilizado estar em condições de operação	1 de janeiro de 2022
IFRS 3	Estrutura conceitual	1 de janeiro de 2022
Aprimoramento de normas	IFRS 1 - Aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9 - Critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16 - Exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41 - Aspectos de mensuração a valor justo	1 de janeiro de 2022
IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1 de janeiro de 2023
IFRS 4	Contrato de seguros - Isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras	1 de janeiro de 2023
IFRS 17	Nova norma para Contratos de Seguros em substituição do IFRS 4	1 de janeiro de 2023

A Companhia não espera ter impacto relevante nas Informações Trimestrais em razão dessas alterações nas normas contábeis.

Notas Explicativas

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2022			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Contas bancárias	Valor justo	118.927	118.927	469.398	469.398
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.047.856	1.047.856	1.077.151	1.077.151
Aplicações financeiras	Valor justo	201.043	201.043	201.043	201.043
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	11.152	11.152	11.152	11.152
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	10.751.707	10.751.707		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	5.589.174	5.589.174	4.408.144	4.408.144
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	6.437	6.437	251	251
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo	37.791	37.791	37.791	37.791
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	9.025.677	9.025.677	7.905.992	7.905.992
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	10.769.408	10.769.408	11.519.173	11.519.173
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2.581.783	2.581.783		
Debêntures públicas	Custo amortizado	4.715.475	4.715.475	4.715.475	4.715.475
Debêntures privadas	Custo amortizado	2.310.472	2.310.472	2.310.472	2.310.472
“Senior Notes”	Custo amortizado	11.735.029	10.596.235	11.735.029	10.596.235
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	125.902	125.902	125.902	125.902
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.763	5.763	5.763	5.763
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	3.062.796	3.062.796	3.107.403	3.107.403

Notas Explicativas

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Contas bancárias	Valor justo	197.605	197.605	697.123	697.123
Equivalentes de caixa	Valor justo	571.977	571.977	2.220.128	2.220.128
Aplicações financeiras	Valor justo	187.919	187.919	197.989	197.989
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	7.175	7.175	7.175	7.175
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	11.826.732	11.826.732		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	3.350.284	3.350.284	4.264.954	4.264.954
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	22.866	22.866	25	25
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo	42.793	42.793	42.793	42.793
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	6.232.005	6.232.005	7.808.413	7.808.413
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	9.845.135	9.845.135	12.169.843	12.169.843
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2.083.239	2.083.239		
Debêntures públicas	Custo amortizado	4.514.282	4.514.282	4.514.282	4.514.282
Debêntures privadas	Custo amortizado			2.179.950	2.179.950
“Senior Notes”	Custo amortizado	8.990.566	8.901.059	14.119.043	14.403.514
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	13.830	13.830	13.830	13.830
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	825.334	825.334	5.762	5.762
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	2.602.716	2.602.716	3.008.174	3.008.174

Para o fechamento do período findo em 31 de março de 2022:

(i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Os saldos de fornecedores, sujeitos a recuperação judicial, foram ajustados a valor justo, na data da novação dos passivos e estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas (Nota 18).

(ii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com o BNDES, Bancos Locais e ECAs correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Os saldos de empréstimos e financiamentos relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional, para os quais existe mercado secundário, o valor de mercado difere do valor contábil. Cabe ressaltar que, no dia 20 de abril de 2022, como resultado da conclusão da venda da UPI Ativos Móveis a Companhia pré-pagou as dívidas com o BNDES, a debênture 2ª Emissão da Oi Móvel, bem como concluiu a oferta de recompra para o “Bond” 2026 com 98,71% de adesão dos “bondholders”.

Notas Explicativas

(iii) Os arrendamentos a pagar estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas, ajustadas a valor presente.

O nivelamento dos ativos/passivos financeiros do caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são detalhados abaixo:

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos					
Contas bancárias	Nível 1	118.927	197.605	469.398	697.123
Equivalentes de caixa	Nível 1	1.047.856	571.977	1.077.151	2.220.128
Aplicações financeiras	Nível 1	201.043	187.919	201.043	197.989
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	11.152	7.175	11.152	7.175
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	125.902	13.830	125.902	13.830

Não ocorreram transferências entre níveis nos períodos de 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

(a) Equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América e em Euros.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente o risco de taxa de câmbio. Na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2022, tais instrumentos incluem contratos de “Non Deliverable Forward (NDF)”.

Notas Explicativas

Cabe ressaltar que a Companhia não utiliza derivativos para outros fins, que não a proteção destes riscos e o método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos contratados são o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período.

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O processo de gestão de riscos na Companhia é realizado em três níveis, considerando sua estrutura consolidada: estratégica, tática e operacional. Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acorda com o Conselho de Administração, Diretrizes de Risco a serem seguidas em cada ano fiscal. Cabe a um Comitê de Gestão Riscos Financeiros supervisionar o enquadramento da Oi às Políticas. No nível operacional, o gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros reúne-se mensalmente e atualmente é composto pela Diretora de Finanças e Relações com Investidores, Diretora de Governança, Riscos e Conformidade, Diretor de Tesouraria, além de no máximo mais dois diretores adicionais da Diretoria de Finanças e no mínimo um Diretor ex-Finanças.

As Políticas de “*Hedge*” e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. Em linha com os pilares da Política de “*Hedge*”, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos “*covenants*” financeiros, se aplicável.

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de março de 2022, para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 57,2% (31/12/2021 – 62,0%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas.

Notas Explicativas

Para minimizar esse tipo de risco, ao longo do período findo em 31 de março de 2022, a Companhia manteve a contratação de operações de proteção para a exposição cambial de fluxo de caixa de curto prazo, na modalidade contrato a termo em moeda para os juros do “Bond” Qualificado vencidos em fevereiro de 2022 e a vencer em agosto de 2022, bem como para a parcela relevante das despesas denominadas em Dólar até maio do ano de 2022. Adicionalmente, ao longo do primeiro trimestre e, em abril deste ano, a Companhia contratou derivativos para a proteção do pagamento dos juros do “Bond” 2026 vencidos em janeiro de 2022, além dos valores objeto da oferta de recompra destas notas. Para esta oferta, a proteção da exposição cambial vinha sendo realizada via “hedge” natural, NDFs e através de uma operação de “hedge” contingente. Através da operação contingente a Companhia fixou o câmbio de uma parcela da oferta mandatória, mas que só se tornaria efetivo na concretização da venda da UPI Ativos Móveis. Com isso, o total de “hedge” para o “tender offer” do “Bond” 2026 chegou a 60% do valor total. Em função da conclusão da oferta o “hedge” contingente foi liquidado e os NDFs atrelados a esta operação não foram rolados.

O percentual de cobertura cambial para os efeitos da exposição cambial no resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados é de 34,8%. Neste percentual estão incluídos os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo.

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo para os valores da Controladora):

	CONTROLADORA			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Contas bancárias	111.516	111.516	132.046	132.046
Créditos com partes relacionadas	8.076.940	8.076.940	9.243.796	9.243.796
Instrumentos financeiros derivativos	11.152	11.152	7.175	7.175
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	19.025.271	19.025.271	16.450.279	16.450.279
Instrumentos financeiros derivativos	125.902	125.902	13.830	13.830

	CONSOLIDADO			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Contas bancárias	456.869	456.869	546.036	546.036
Equivalentes de caixa			687.279	687.279
Instrumentos financeiros derivativos	11.152	11.152	7.175	7.175
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	17.190.554	17.190.554	20.350.832	20.350.832
Instrumentos financeiros derivativos	125.902	125.902	13.830	13.830

Notas Explicativas

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					
	Notional (US\$)	Vencimento (anos)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			Valor justo		Valor justo	
			Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
			31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Contratos de “Non Deliverable Forward” USD/R\$ (NDF)	2.798	< 1 ano	(1.350)	(218)	(1.350)	(218)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”					
	Notional (US\$)	Vencimento (anos)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			Valor justo		Valor justo	
			Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
			31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Contratos de “Non Deliverable Forward” USD/R\$ (NDF)	82.677	< 1 ano	(113.400)	(6.437)	(113.400)	(6.437)

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial eram principalmente:

Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas ou despesas operacionais em Dólar.

Em 31 de março de 2022, foram registrados como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	(164.397)	35.355	(164.397)	35.355
Operações de termo em moedas – resultado operacional	(1.594)	4.458	(1.594)	4.458
Total	(165.991)	39.813	(165.991)	39.813

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	(218)	(218)
Amortização dos “hedges” ao resultado	(1.132)	(1.132)
Saldo em 31/03/2022	(1.350)	(1.350)

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de risco cambial

De acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7, na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2022, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício.

No cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de março de 2022. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	31/03/2022	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	4,7378	0%
Euro	5,2561	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	5,9223	25%
Euro	6,5701	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	7,1067	50%
Euro	7,8842	50%

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira com terceiros, considerando derivativos e caixa “*offshore*”, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

		31/03/2022					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	22.116.846	27.646.057	33.175.269	22.852.717	28.565.897	34.279.076
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	112.650	202.833	518.317	112.650	202.833	518.317
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(64.010)	(80.012)	(96.015)	(157.711)	(197.139)	(236.566)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	214.905	268.631	322.357	3.142.459	3.928.074	4.713.688
Caixa em Euro	Queda do Euro	(47.347)	(59.184)	(71.021)	(285.542)	(356.927)	(428.312)
Ajuste a valor justo	Queda do Dólar/Euro	(5.802.378)	(7.252.972)	(8.703.567)	(8.716.038)	(10.895.048)	(13.074.057)
Total Ativo/Passivo atrelado ao câmbio		16.530.666	20.725.353	25.145.340	16.948.535	21.247.690	25.772.146
Total (ganho) perda			4.194.687	8.614.674		4.299.155	8.823.611

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. A maior parte da carteira dos fundos exclusivos é composta de Operações Compromissadas com remuneração atrelada à taxa SELIC.

Notas Explicativas

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, no CDI, na Taxa Referencial e no IPCA, para as dívidas expressas em Reais. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2022, aproximadamente 35,4% (31/12/2021 – 31,6%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.047.856	1.047.856	571.977	571.977
Aplicações financeiras	201.043	201.043	187.919	187.919
Créditos com partes relacionadas	2.674.767	2.674.767	2.582.937	2.582.937
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	13.060.815	13.060.815	8.976.796	8.976.796

	CONSOLIDADO			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.077.150	1.077.150	1.532.849	1.532.849
Aplicações financeiras	201.043	201.043	197.989	197.989
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	13.063.515	13.063.515	12.605.425	12.605.425

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI. O risco está associado à elevação desta taxa. Cabe ressaltar que, com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis no dia 20 de abril de 2022, as dívidas indexadas à TJLP foram integralmente pré-pagas, não representando, portanto, risco de taxa de juros para a Companhia a partir desta data. Quanto ao CDI, este indexador vem apresentando sucessivas altas desde março de 2021, após um longo período de estabilidade em 1,90% a.a.. Depois de sete aumentos sucessivos, o CDI encerrou o ano de 2021 em 9,15% a.a. Posteriormente, de janeiro a março de 2022, a taxa foi elevada para 11,65% a.a. e em maio, o CDI encontrava-se em 12,65% a.a..

De acordo com o CPC40 (R1) / IFRS 7, na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2022, a Administração estimou cenários de variação na taxa CDI Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período.

Notas Explicativas

As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

31/03/2022		
Cenários de taxas de juros		
Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	CDI	CDI
11,65%	14,56%	17,48%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos de dívidas com terceiros em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor justo desses passivos.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

		31/03/2022					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Descrição	Risco individual						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	7.358.419	9.251.207	11.160.501	7.358.419	9.251.207	11.160.501
Total Ativo/ Passivo atrelado a taxa de juros		7.358.419	9.251.207	11.160.501	7.358.419	9.251.207	11.160.501
Total (ganho) perda			1.892.788	3.802.082		1.892.788	3.802.082

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. As perdas esperadas em contas a receber de clientes estão adequadamente protegidas por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de março de 2022, aproximadamente 90,15% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Conforme já detalhado na Nota 29, em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis com pré-pagamento das seguintes dívidas: (i) BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões; Debentures e 2ª emissão no valor de R\$ 2.356 milhões e “Bond” sênior 2026 com adesão de 98,71% do total do

Notas Explicativas

principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões). Tais pré-pagamentos dão início da redução da alavancagem da Companhia, em linha com o que consta no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, transformando sua estrutura de capital e perseguindo a sustentabilidade financeira da Nova Oi.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações) e, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA..... entre 2x e 4,0x

Índice de cobertura de juros (*)..... maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

3.2.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

Ao final de 31 de março de 2022 não havia risco de vencimento antecipado das dívidas da Companhia.

Em linha com o estabelecido no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, com a alienação da UPI Ativos Móveis e o pré-pagamento do BNDES em abril de 2022, não há contratos de dívidas com “covenants” financeiros, conforme informado na Nota 19, na seção “Covenants”.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado
Receita bruta de vendas e/ou serviços	3.093.052	1.141.633	3.520.188	3.721.705
Deduções da receita bruta	(821.818)	(211.362)	(1.033.245)	(1.084.580)
Tributos	(588.334)	(209.445)	(678.094)	(728.710)
Outras deduções	(233.484)	(1.917)	(355.151)	(355.870)
Receitas de vendas e/ou serviços	2.271.234	930.271	2.486.943	2.637.125

Notas Explicativas

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado
Receitas de vendas e/ou serviços	2.271.234	930.271	2.486.943	2.637.125
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(46.916)	(12.036)	(29.832)	(33.237)
Pessoal	(161.772)	(110.101)	(402.395)	(474.385)
Serviços de terceiros	(811.670)	(269.460)	(882.213)	(1.067.042)
Serviço de manutenção da rede	(223.475)	(117.744)	(102.610)	(120.283)
Custo de aparelhos e outros			(4.487)	(2.848)
Publicidade e propaganda	(37.585)	(9.283)	(49.707)	(89.469)
Aluguéis e seguros	(720.084)	(175.505)	(322.891)	(373.790)
(Provisões) / Reversões	32.577	(850)	15.066	(48.090)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(44.667)	(2.301)	(45.162)	(48.419)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	1.213.462	(2.570.312)	(53.096)	(102.577)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)	3.919	117.882	3.919	984.538
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(796.211)	(3.149.710)	(1.873.408)	(1.375.602)
Depreciação e amortização	(873.412)	(435.296)	(982.902)	(1.024.286)
Total das despesas operacionais	(1.669.623)	(3.585.006)	(2.856.310)	(2.399.888)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	601.611	(2.654.735)	(369.367)	237.237
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	3.350.596	284.521	4.373.217	145.396
Despesas financeiras	(2.052.344)	(1.125.192)	(2.101.499)	(3.873.524)
Total do resultado financeiro	1.298.252	(840.671)	2.271.718	(3.728.128)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	1.899.863	(3.495.406)	1.902.351	(3.490.891)
Imposto de renda e contribuição social			(503)	(8.525)
Lucro (Prejuízo) das operações continuadas	1.899.863	(3.495.406)	1.901.848	(3.499.416)
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 27)	(117.901)	412.171	(117.901)	412.171
Lucro (Prejuízo) do período	1.781.962	(3.083.235)	1.783.947	(3.087.245)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	1.781.962	(3.083.235)	1.781.962	(3.083.235)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			1.985	(4.010)
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(2.239.714)	(791.312)	(1.883.957)	(2.129.178)
Despesas com vendas	(423.124)	(159.608)	(550.691)	(624.634)
Despesas gerais e administrativas	(295.294)	(214.157)	(454.120)	(576.282)
Outras receitas operacionais	258.824	229.976	237.821	1.249.593
Outras despesas operacionais	(56.444)	(40.883)	(204.437)	(319.584)
Resultado de equivalência patrimonial	1.086.129	(2.609.022)	(926)	197
Total das despesas operacionais	(1.669.623)	(3.585.006)	(2.856.310)	(2.399.888)

(i) Inclui resultado de equivalência patrimonial.

(ii) No primeiro trimestre de 2022, na controladora e no consolidado, é representado pelo ganho na alienação de imóveis no montante de R\$ 3.919. No primeiro trimestre de 2021, no consolidado, é representado principalmente por ganho na alienação da UPI Torres no montante de R\$ 1.028.034.

Notas Explicativas

6. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	74.778	49.488	88.801	125.262
Rendimentos de aplicações financeiras	25.237	7.192	31.652	13.397
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	286.145	220.102		
Outras receitas	1.279	7.739	756	6.737
Total	387.439	284.521	121.209	145.396
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Amortização do desconto de dívidas com terceiros	(219.180)	(147.890)	(259.035)	(278.463)
Amortização de desconto de dívidas com partes relacionadas	(148.268)	(282.791)		
Juros sobre empréstimos com terceiros	(485.920)	(321.866)	(547.581)	(417.646)
Juros sobre debêntures	(214.608)	(18.019)	(259.470)	(159.125)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(10)			
Sub-total:	(1.067.986)	(770.566)	(1.066.086)	(855.234)
b) Outros encargos				
Juros sobre arrendamentos	(85.278)	(20.179)	(56.323)	(81.083)
Ganho (Perda) na alienação / cambial na conversão de investimentos no exterior	(45.835)	38.698	(37.835)	26.029
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(52.406)	(16.748)	(74.466)	(34.980)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos (i)	(567.431)	(144.019)	(598.173)	(483.035)
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(4.918)	(28.853)	(36.833)	(95.628)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(3.046)	(456)	(3.201)	(984)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(164.397)	35.355	(164.397)	35.355
Outras despesas (ii)	(61.047)	(37.362)	(64.185)	(97.364)
Sub-total:	(984.358)	(173.564)	(1.035.413)	(731.690)
Total	(2.052.344)	(944.130)	(2.101.499)	(1.586.924)
Variações cambiais, líquidas	2.963.157	(181.062)	4.252.008	(2.286.600)
Resultado financeiro	1.298.252	(840.671)	2.271.718	(3.728.128)

(i) São considerados nessa rubrica os juros relativos ao ajuste a valor presente associados aos passivos de contratos onerosos em moeda estrangeira e fornecedores sujeitos ao PRJ e respectivas variações monetárias.

(ii) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Notas Explicativas

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes			(503)	(8.525)
Total			(503)	(8.525)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	1.899.863	(3.495.406)	1.902.351	(3.490.891)
IRPJ E CSLL				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	(645.953)	1.188.437	(646.799)	1.186.903
Equivalência patrimonial	369.284	(887.067)	(315)	67
Incentivos fiscais			25	46
Exclusões (adições) permanentes (i)	(971.617)	489.654	(1.546.042)	330.090
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos	1.248.286	(791.024)	1.881.011	(1.261.703)
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (ii)			311.617	(263.928)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado			(503)	(8.525)

- (i) Os efeitos tributários de adições permanentes estão representados, principalmente, pelos efeitos de variação cambial sobre ajustes a valor justo dos passivos reestruturados incluídos no PRJ.
- (ii) Efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são mensurados pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Contas bancárias	118.927	197.605	469.398	697.123
Equivalentes de caixa	1.047.856	571.977	1.077.151	2.220.128
Total	1.166.783	769.582	1.546.549	2.917.251

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Operações compromissadas (i)	789.814	355.093	817.730	1.204.694
CDB – Certificado de Depósito Bancário	247.928	185.008	249.058	234.607
Títulos privados (ii)	6.255	28.945	6.345	89.523
“Time Deposits”				687.279
Outros	3.859	2.931	4.018	4.025
Equivalentes de caixa	1.047.856	571.977	1.077.151	2.220.128

Notas Explicativas

(b) Aplicações financeiras de curto e longo prazos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Títulos privados (iii)	181.363	171.053	181.363	177.863
Títulos públicos	19.680	16.866	19.680	20.126
Total	201.043	187.919	201.043	197.989
Circulante	191.492	185.307	191.492	188.566
Não circulante	9.551	2.612	9.551	9.423

- (i) Representado, principalmente, por fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa SELIC. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.
- (ii) Representados, principalmente, por letras financeiras de bancos privados com remuneração atrelada à taxa CDI e de liquidez imediata.
- (iii) Representados, principalmente, pelos investimentos com rentabilidade atrelada às taxas SELIC e CDB.

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark” o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA ¹		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Serviços faturados	5.744.465	3.690.948	4.609.690	4.497.565
Serviços a faturar	781.615	449.889	774.460	708.453
Subtotal	6.526.080	4.140.837	5.384.150	5.206.018
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(936.906)	(790.553)	(976.006)	(941.064)
Total	5.589.174	3.350.284	4.408.144	4.264.954

¹ Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 26 e incluem saldos incorporados da Telemar.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
A vencer	5.367.952	3.403.538	4.448.147	4.057.307
Vencidas até 60 dias	386.246	186.816	237.221	359.639
Vencidas de 61 a 90 dias	90.301	30.842	66.381	78.554
Vencidas de 91 a 120 dias	80.312	28.734	58.645	70.480
Vencidas de 121 a 150 dias	84.335	25.073	72.230	74.375
Vencidas acima de 150 dias	516.934	465.834	501.526	565.663
Total	6.526.080	4.140.837	5.384.150	5.206.018

Notas Explicativas

As movimentações nas perdas esperadas em contas a receber de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	(790.553)	(941.064)
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	(104.318)	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(44.667)	(45.162)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	2.632	10.220
Saldo em 31/03/2022	(936.906)	(976.006)

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	118.013	82.056	136.933	150.009
CS a recuperar (i)	26.180	4.820	42.188	41.792
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	88.209	51.560	114.772	105.234
Total circulante	232.402	138.436	293.893	297.035
Tributos diferidos a recuperar				
IR e CS sobre diferenças temporárias ¹	5.665.670	5.665.670	5.758.295	5.758.295
Total não circulante	5.665.670	5.665.670	5.758.295	5.758.295

¹ Vide quadro de movimentação abaixo.

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	666		11.811	13.452
CS a pagar	240		1.343	1.324
Total circulante	906		13.154	14.776

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais.
- (ii) Créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

Notas Explicativas

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA			
	Saldo em 31/12/2021	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	Saldo em 31/03/2022
Tributos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	931.997	(70.341)	289.336	1.150.992
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	29.393	3.649	14.093	47.135
Provisões para fundos de pensão	(205.109)	63	(225)	(205.271)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	440.676	6.003	101.891	548.570
Participação nos lucros	2.324	788	28.527	31.639
Variações cambiais	5.046.079	(2.510.306)	1.363.650	3.899.423
Ágio incorporado (i)	839.854	(69.918)		769.936
Obrigação onerosa	1.888.325	(464.086)	1.027.100	2.451.339
Arrendamentos	63.629	3.314	232.863	299.806
ORA – MTM Derivativos	74	385		459
Outras adições e exclusões temporárias	720.989	22.147	468.662	1.211.798
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	9.758.231	(3.078.302)	3.525.897	10.205.826
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (iii)	6.139.108	1.889.091		8.028.199
Total de tributos diferidos ativos	15.897.339	(1.189.211)	3.525.897	18.234.025
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(1.773.513)	(59.075)		(1.832.588)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(8.458.156)	1.248.286	(3.525.897)	(10.735.767)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)	5.665.670			5.665.670

	CONSOLIDADO		
	Saldo em 31/12/2021	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Saldo em 31/03/2022
Tributos diferidos ativos com relação a:			
Diferenças temporárias			
Provisões	1.256.681	(57.440)	1.199.241
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	44.057	4.016	48.073
Provisões para fundos de pensão	(205.534)	63	(205.471)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	545.020	18.266	563.286
Participação nos lucros	36.709	8.238	44.947
Variações cambiais	4.050.994	(1.459.536)	2.591.458
Ágio incorporado (i)	839.854	(69.918)	769.936
Obrigação onerosa	2.961.207	(509.868)	2.451.339
Arrendamentos	291.914	21.100	313.014
ORA – MTM Derivativos	74	385	459
Outras adições e exclusões temporárias	1.203.171	51.125	1.254.296
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	11.024.147	(1.993.569)	9.030.578
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (iii)	12.606.015	33.565	12.639.580
Total de tributos diferidos ativos	23.630.162	(1.960.004)	21.670.158
Tributos diferidos passivos			
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(1.913.016)	78.993	(1.834.023)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(15.958.851)	1.881.011	(14.077.840)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)	5.758.295		5.758.295

Notas Explicativas

- (i) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. (“TmarPart”) e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.
- (ii) Refere-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart.
- (iii) A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável de ativo fiscal diferido, caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseado em demonstrativo de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas. Com a publicação da Lei 14.112, em dezembro de 2020, foi alterada a regra de compensação dos Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social para os ganhos decorrentes de ganho de capital resultante da alienação judicial de bens ou direitos e para os ganhos decorrentes com a redução da dívida. Nestas duas situações não se aplica o limite de 30% sobre o lucro tributável para compensação do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, passando a ser permitida a compensação de até 100% destes ganhos do total do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social limitada ao valor total destes. Nesse contexto, a Companhia revisou a expectativa de recuperação dos tributos diferidos sobre os ganhos a serem obtidos com a alienação das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo e renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial. A provisão para redução ao valor recuperável é revertida na medida em que se torne provável que o lucro tributável esteja disponível.

O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 29.617.943 e R\$ 10.277.920, e correspondem a R\$ 10.070.101 e R\$ 2.569.480 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) no julgamento de mérito RE nº 1.063.187, que fixou a tese do Tema nº 962, decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, tendo sido o último recurso da PGFN julgado no dia 30 de abril de 2022, oportunidade em que o STF modulou os efeitos da decisão estabelecendo que ela produza a partir de 30 de setembro de 2021 (data da publicação da ata de julgamento do mérito), ficando ressalvados: (i) as ações ajuizadas até 17 de setembro de 2021 (data do início do julgamento do mérito) e (ii) os fatos geradores anteriores à 30 de setembro de 2021 em relação aos quais não tenha havido o pagamento do IRPJ ou da CSLL a que se refere a tese de repercussão geral.

A Companhia e sua então controlada Oi Móvel propuseram, em 12 de julho de 2019, ações judiciais para questionar a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores correspondentes à taxa SELIC acrescida (i) aos montantes relativos ao recolhimento indevido ou a maior de tributos que tenham sido recuperados por meio de ação de repetição de indébito ou compensação administrativa; e (ii) aos

Notas Explicativas

depósitos judiciais levantados pelas empresas; pleiteando-se, ainda, a declaração do direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos a tal título desde 12 de julho de 2014.

A ação movida pela Oi, foi julgada procedente para afastar a incidência de IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão da repetição de indébito tributário administrativo e/ou judicial, bem como declarar o direito à compensação administrativa dos pagamentos indevidos desde os 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação (julho/2014), porém deixou de enfrentar o pedido de não incidência do IRPJ/CSLL sobre a Selic decorrente do levantamento dos depósitos judiciais. Assim, considerando que a decisão proferida na referida ação transitou em julgado em 9 de maio de 2022, a Companhia promoverá a habilitação do crédito para compensação administrativa, cujo montante está estimado em R\$ 517 milhões.

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
ICMS a recuperar (i)	469.796	427.096	491.555	607.065
PIS e COFINS (ii)	639.270	483.615	639.299	958.160
Outros	39.894	38.508	44.113	43.257
Total	1.148.960	949.219	1.174.967	1.608.482
Circulante	567.955	679.337	592.548	897.338
Não circulante	581.005	269.882	582.419	711.144

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
ICMS	320.193	155.852	318.451	331.320
ICMS Convênio nº 69/1998	135.465	65.146	136.757	139.110
PIS e COFINS (iii)	97.659	68.520	140.598	145.443
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão (iv)	681.802	574.926	681.812	675.550
Fistel (v)	869.547	2.883	870.025	974.374
Outros (vi)	345.923	64.170	382.122	202.727
Total	2.450.589	931.497	2.529.765	2.468.524
Circulante	1.448.562	285.756	1.496.030	1.538.180
Não circulante	1.002.027	645.741	1.033.735	930.344

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia e suas controladas mantinham ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

Em 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas nos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

Notas Explicativas

Referidos créditos foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal entre maio e outubro de 2019, de modo que a Companhia vem utilizando-o para quitar tributos federais vincendos desde junho de 2019. O montante total apurado do crédito foi de aproximadamente R\$ 3 bilhões, somados os três processos.

(iii) Representado, principalmente, pela tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iv) A Companhia e a Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos.

(v) A Companhia em conjunto com outras empresas do setor, ajuizaram ação objetivando afastar a obrigatoriedade ao recolhimento das Taxas de Fiscalização de Instalação (TFI) e de Funcionamento (TFF). Foi proferida sentença que indeferiu os pedidos, ocasionando a interposição de recurso, que ainda aguarda julgamento. Com relação a TFF relativa ao ano de 2020 e a pendência de julgamento do mencionado recurso, foi formulado pedido de antecipação de tutela recursal, deferido em 18 de março de 2020, para suspender a exigibilidade da TFF referente ao ano de 2020, pedido esse renovado para o exercício de 2021, também deferido por decisão proferida em março de 2021, para manter a suspensão da exigibilidade até o julgamento do recurso.

(vi) Representado, principalmente, por atualização monetária sobre exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota. A Companhia reconhece no ativo circulante o valor que se esperada ser resgatado de depósitos judiciais ou valor que se espera ser compensado de depósitos judiciais contra provisões nos próximos doze meses.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Cíveis	2.309.317	2.274.259	2.310.775	2.461.938
Tributárias	1.893.103	1.848.773	1.895.062	1.926.137
Trabalhistas	764.192	673.637	951.747	895.767
Subtotal:	4.966.612	4.796.669	5.157.584	5.283.842
Perda estimada	(54.706)	(47.927)	(63.472)	(63.472)
Total	4.911.906	4.748.742	5.094.112	5.220.370
Circulante	845.062	933.644	1.012.066	1.181.457
Não circulante	4.066.844	3.815.098	4.082.046	4.038.913

Notas Explicativas

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15) (i)	1.588.746	337.886	694.288	723.967
Publicidade e propaganda	6.733	6.699	6.733	8.792
Seguros	36.761	31.573	36.807	38.307
Fiança bancária	36.505	30.695	36.505	34.760
Outras	488.389	279.766	135.418	114.675
Total	2.157.134	686.619	909.751	920.501
Circulante	1.400.717	548.157	642.202	577.803
Não circulante	756.417	138.462	267.549	342.698

(i) Representado por custos incrementais para obtenção de contrato com cliente (custos de cumprimento de contrato), substancialmente, comissões sobre vendas e taxas de habilitação de clientes de Fibra (FTTH - “Fiber To The Home”), cujo diferimento ao resultado é efetuado de acordo com o prazo médio de permanência do cliente na base da Companhia. As movimentações ocorridas no exercício são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	337.886	723.967
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	1.241.696	
Custos incorridos	113.212	97.241
Apropriação ao resultado	(104.048)	(126.920)
Saldo em 31/03/2022	1.588.746	694.288

14. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Créditos a receber (i)	148.721	204.316	148.721	204.440
Adiantamentos e valores a recuperar de fornecedores (*)	708.770	395.449	314.971	316.935
Valores a receber com venda de imobilizado	242.956	223.019	242.956	223.019
Valores a receber (*)	577.226	323.446	174.506	124.156
Valores a receber de alienação de investimento (ii)	86.776	46.302	86.776	85.319
Adiantamentos a empregados	28.585	29.188	46.450	53.259
Outros	137.542	113.057	148.561	143.743
Total	1.930.576	1.334.777	1.162.941	1.150.871
Circulante	1.431.694	875.092	790.536	736.670
Não circulante	498.882	459.685	372.405	414.201

(*) Representados na controladora, substancialmente, por transações com partes relacionadas.

- (i) Os créditos a receber da Fundação Sistel são decorrentes da participação da Companhia na distribuição do Superávit do plano PBS-A, devidamente aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía 8 (oito) parcelas a receber corrigidas pela rentabilidade do Plano.
- (ii) Valores a receber oriundos da alienação da UPI Data Center.

Notas Explicativas

15. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Investimentos em controladas	4.334.953	6.209.496		
Negócios em conjunto	20.990	22.139	20.986	22.139
Outros investimentos			16.060	4.933
Total	4.355.943	6.231.635	37.046	27.072

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	6.231.635	27.072
Equivalência patrimonial (i)	196.042	9.974
Incorporação Oi Móvel	7.578.477	
Reclassificação para mantidos para venda (ii)	(9.650.211)	
Saldo em 31/03/2022	4.355.943	37.046

(i) Composição apresentada abaixo.

(ii) Reclassificação de ativos mantidos para venda de ativos detidos nas UPI InfraCo e UPI Ativos Móveis, em virtude do atendimento dos critérios de reconhecimento como ativos mantidos para venda (Nota 27).

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA		
			31/03/2022		
			Quantidade em milhares de ações	Participação - %	
Controladas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Capital total	Capital votante
Oi Holanda	(2.043.797)	322.941		100	100
PTIF	(4.067.237)	605.899	2.201	100	100
Serede	(396.279)	(46.734)	139.502	100	100
PT Participações	349.122	(14.842)	1.000.000	100	100
Oi Móvel		(120.703)			
BrT Multimídia	11.468.035	(476.425)	2.066.887	100	100
Paggo Empreendimentos	(602.503)	(29.736)	222	100	100
Cozani	2.697.124	(70.427)	2.752.149	100	100
Garliava	1.014.634	28.423	973.487	100	100
Jonava	1.173.603	19.876	1.142.208	100	100
Outros	(43.984)	(8.460)			

Notas Explicativas

Controladas e Negócios em conjunto	Equivalência patrimonial		Valor do investimento		Provisão para patrimônio líquido negativo	
	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Telemar		(1.421.521)				
Oi Holanda	322.941	(244.220)			2.043.797	2.366.739
PTIF	605.899	(527.410)			4.067.237	4.673.136
Serede	(46.631)	(5.219)			396.279	346.470
PT Participações	(14.842)	(1.544)	349.122	404.797		
Oi Móvel	(120.703)					1.077.599
BrT Multimídia	(426.698)		10.370.499	7.412.788		
Paggo Empreendimentos	(20.901)				602.503	
Cozani	(28.503)		2.697.124			
Garliava	43.474		1.014.634			
Jonava	40.226		1.173.603			
Outros	(9.862)	2.332	28.351	28.934	69.572	58.127
Equivalência de ativos mantidos para venda	669.391					
Resultado não realizado com investidas	(45.563)	731	(894.174)	(212.487)		
Resultado de operações descontinuadas	117.901	(412.171)				
Equivalência de operação continuada no resultado (Nota 5)	1.086.129	(2.609.022)				
Variação cambial sobre equivalência patrimonial	(40.832)	38.697				
Equivalência patrimonial sobre provisão para patrimônio líquido negativo (i)	(731.340)	776.910				
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes	(14)	158				
Resultado de operações descontinuadas	(117.901)	412.171				
Reclassificação para ativos mantidos para venda		(4.465)	(10.383.216)	(1.402.397)		
Total	196.042	(1.385.551)	4.355.943	6.231.635	7.179.388	8.522.071

- (i) Representado por equivalência patrimonial nas subsidiárias Oi Holanda, PTIF, CVTEL, BrT Call Center e Serede.

Informações financeiras resumidas

Controladas e Negócios em conjunto	31/03/2022		
	Ativos	Passivos	Receitas
Oi Holanda (1)	2.634.977	4.678.774	
PTIF (1)	1.892.820	5.960.057	
Serede	969.111	1.365.390	440.103
PT Participações	515.429	166.307	31.921
BrT Multimídia	19.635.640	8.167.605	962.658
Paggo Empreendimentos	209.647	812.150	
Cozani	7.430.737	4.733.613	491.189
Garliava	2.724.903	1.710.269	274.409
Jonava	3.787.391	2.613.788	335.802
Outros	213.207	257.315	98.437

- (1) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

	31/12/2021		31/03/2021
Controladas e Negócios em conjunto	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (1)			1.057.171
Oi Holanda (1)	2.959.813	5.326.552	
PTIF (1)	2.147.064	6.820.200	
Serede	1.116.527	1.466.072	481.593
PT Participações	584.799	180.002	58.743
Oi Móvel	26.241.946	27.319.545	
BrT Multimídia	18.933.258	8.086.333	
Outros	211.945	244.711	18.348

(1) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

16. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 31/12/2021	894.135	16.825.699	51.864.841	8.837.920	3.619.162	3.216.290	4.085.588	89.343.635
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	307.858	788.146	4.365.790	814.933	28.760	353.739	185.223	6.844.449
Modificações contratuais						(63.901)		(63.901)
Adições	254.028	2	8.313	147		375.484	46.333	684.307
Baixas			(97.978)			(25.575)	(6.548)	(130.101)
Transferências	(278.947)	10.142	212.159	24.670	368		31.608	
Transferências de/ para ativos mantidos para venda (i)		(1.919.021)		1.661	3.751		50.762	(1.862.847)
Saldo em 31/03/2022	1.177.074	15.704.968	56.353.125	9.679.331	3.652.041	3.856.037	4.392.966	94.815.542
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2021		(16.612.841)	(44.242.906)	(7.180.424)	(3.147.813)	(699.476)	(3.522.685)	(75.406.145)
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)		(263.201)	(3.180.459)	(503.561)	(1.418)	(140.792)	(343.302)	(4.432.733)
Despesas de depreciação		(22.303)	(406.674)	(46.096)	(15.238)	(87.097)	(43.223)	(620.631)
Baixas			28.483			5.437	5.948	39.868
Transferências de/ para ativos mantidos para venda (i)		1.227.126		(765)	(1.658)		(48.122)	1.176.581
Saldo em 31/03/2022		(15.671.219)	(47.801.556)	(7.730.846)	(3.166.127)	(921.928)	(3.951.384)	(79.243.060)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2021	894.135	212.858	7.621.935	1.657.496	471.349	2.516.814	562.903	13.937.490
Saldo em 31/03/2022	1.177.074	33.749	8.551.569	1.948.485	485.914	2.934.109	441.582	15.572.482
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	8%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

- (i) Representado, substancialmente, pela transferência da Operação TVCo para Mantidos para venda, originária da incorporação da Oi Móvel pela Companhia, em fevereiro de 2022 (Nota 1), vide Notas 27 (b) e 29 (c).

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de Uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 31/12/2021	1.482.574	17.265.981	39.483.532	23.978.076	3.824.704	3.870.398	4.881.338	94.786.603
Modificações contratuais						214.148		214.148
Adições	265.985	2	8.313	147		159.884	52.409	486.740
Baixas	(10.712)	(15.186)	(222.318)	(19.992)	(27.358)	(269.945)	(7.054)	(572.565)
Transferências	(293.558)	13.851	223.015	14.461	367		41.864	
Saldo em 31/03/2022	1.444.289	17.264.648	39.492.542	23.972.692	3.797.713	3.974.485	4.968.557	94.914.926
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2021		(16.971.696)	(34.940.143)	(18.520.301)	(2.547.459)	(965.166)	(4.649.315)	(78.594.080)
Despesas de depreciação		(27.420)	(317.042)	(238.500)	(39.534)	(88.124)	10.186	(700.434)
Baixas		15.758	138.572	18.666	22.360	63.088	5.782	264.226
Saldo em 31/03/2022		(16.983.358)	(35.118.613)	(18.740.135)	(2.564.633)	(990.202)	(4.633.347)	(79.030.288)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2021	1.482.574	294.285	4.543.389	5.457.775	1.277.245	2.905.232	232.023	16.192.523
Saldo em 31/03/2022	1.444.289	281.290	4.373.929	5.232.557	1.233.080	2.984.283	335.210	15.884.638
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	11%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, os bens integrantes do patrimônio das Concessionárias, que sejam indispensáveis à prestação do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado, previstos nos referidos contratos são denominados reversíveis.

Em 31 de março de 2022, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 6.015.500 (31/12/2021 – R\$ 6.092.717), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta a R\$ 8.188.389 (31/12/2021 - R\$ 8.328.195).

No período findo em 31 de março de 2022, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 7% a.a.

Notas Explicativas

Movimentação dos direitos de uso - arrendamentos

	CONTROLADORA					
	Torres	Espaço físico	Veículos	Imóveis	Energia distribuída	Total
Custo do arrendamento (valor bruto)						
Saldo em 31/12/2021	2.712.801	446.342	25.627	17.081	14.439	3.216.290
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	42.403	249.838		50.039	11.459	353.739
Modificações contratuais	(98.690)	10.740	20.538	3.511		(63.901)
Adições	251.977	59.991	113	32.427	30.976	375.484
Baixas	(4.993)	(4.198)	(380)	(16.004)		(25.575)
Saldo em 31/03/2022	2.903.498	762.713	45.898	87.054	56.874	3.856.037
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2021	(511.506)	(149.977)	(20.635)	(15.657)	(1.701)	(699.476)
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	(59.657)	(58.158)		(22.284)	(693)	(140.792)
Despesas de depreciação	(50.575)	(29.801)	(3.703)	(2.452)	(566)	(87.097)
Baixas	1.521	1.037	336	2.543		5.437
Saldo em 31/03/2022	(620.217)	(236.899)	(24.002)	(37.850)	(2.960)	(921.928)
Direito de uso líquido						
Saldo em 31/12/2021	2.201.295	296.365	4.992	1.424	12.738	2.516.814
Saldo em 31/03/2022	2.283.281	525.814	21.896	49.204	53.914	2.934.109

	CONSOLIDADO						
	Torres	Espaço físico	Lojas	Veículos	Imóveis	Energia distribuída	Total
Custo do arrendamento (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2021	2.708.579	760.168	172.622	129.644	73.490	25.895	3.870.398
Modificações contratuais	163.879	10.359	1.833	34.468	3.609		214.148
Adições	36.015	59.819		532	32.540	30.978	159.884
Baixas	(4.976)	(67.633)	(174.455)	(9.364)	(13.517)		(269.945)
Saldo em 31/03/2022	2.903.497	762.713		155.280	96.122	56.873	3.974.485
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(522.190)	(223.719)	(95.027)	(79.935)	(41.967)	(2.328)	(965.166)
Despesas de depreciação	(26.080)	(35.403)	(3.566)	(19.070)	(3.373)	(632)	(88.124)
Baixas	(71.947)	27.168	98.593	8.443	831		63.088
Saldo em 31/03/2022	(620.217)	(231.954)		(90.562)	(44.509)	(2.960)	(990.202)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2021	2.186.389	536.449	77.595	49.709	31.523	23.567	2.905.232
Saldo em 31/03/2022	2.283.280	530.759		64.718	51.613	53.913	2.984.283

Notas Explicativas

17. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 31/12/2021		5.314.470	14.478.133	897.343	20.689.946
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	4.021	2.301.082	166.851	10.001	2.481.955
Adições	29.272	11.091			40.363
Transferências	(22.829)	22.829			
Saldo em 31/03/2022	10.464	7.649.472	14.644.984	907.344	23.212.264
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2021		(5.254.837)	(11.070.948)	(836.774)	(17.162.559)
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)		(1.853.843)	(139.108)	(7.883)	(2.000.834)
Despesas de amortização		(38.662)	(212.987)	(1.132)	(252.781)
Saldo em 31/03/2022		(7.147.342)	(11.423.043)	(845.789)	(19.416.174)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2021		59.633	3.407.185	60.569	3.527.387
Saldo em 31/03/2022	10.464	502.130	3.221.941	61.555	3.796.090
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

	CONSOLIDADO				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 31/12/2021	2.216	7.371.662	14.699.429	1.037.974	23.111.281
Adições	28.062	11.591		57.339	96.992
Transferências	(26.048)	26.048			
Saldo em 31/03/2022	4.230	7.409.301	14.699.429	1.095.313	23.208.273
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2021		(6.954.552)	(11.299.794)	(851.550)	(19.105.896)
Despesas de amortização		(57.618)	(221.278)	(5.234)	(284.130)
Saldo em 31/03/2022		(7.012.170)	(11.521.072)	(856.784)	(19.390.026)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2021	2.216	417.110	3.399.635	186.424	4.005.385
Saldo em 31/03/2022	4.230	397.131	3.178.357	238.529	3.818.247
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

Notas Explicativas

18. FORNECEDORES

	CONTROLADORA ¹		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
ANATEL (*)	5.903.552	5.576.284	5.903.552	5.854.157
Serviços	4.196.170	2.397.377	1.885.938	1.973.827
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	282.932	209.659	1.568.269	1.748.495
Aluguel de postes e direito de passagem	517.779	383.629	517.972	494.778
Outros	664.556	105.189	543.372	356.616
Ajuste a valor presente (**)	(2.539.312)	(2.440.133)	(2.513.111)	(2.619.460)
Total	9.025.677	6.232.005	7.905.992	7.808.413
Circulante	5.100.052	2.688.581	3.960.868	4.029.297
Não circulante	3.925.625	3.543.424	3.945.124	3.779.116
Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial	4.026.948	4.162.625	4.035.178	4.434.299
Fornecedores não sujeitos à Recuperação Judicial	4.998.729	2.069.380	3.870.814	3.374.114
Total	9.025.677	6.232.005	7.905.992	7.808.413

¹ Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 26 e incorporação da controlada Telemar em maio de 2021.

(*) Crédito da Agência Reguladora de acordo com o previsto no Aditamento ao PRJ, cujo montante inscrito em dívida ativa foi objeto de assinatura de Instrumento de Transação com base nos preceitos da Lei 13.988/2020. Em maio de 2022 novo acordo foi celebrado com a ANATEL, vide Nota 29 (d).

(**) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ e Instrumento de Transação firmado com a ANATEL, descontados por taxas que variam entre 14,9% a.a. e 17,2% a.a. considerando as maturidades de cada passivo (ANATEL e outras contas a pagar). O valor de ajuste a valor presente específico da ANATEL em 31 de março de 2022 é de R\$ 2.069.971 (31/12/2021 – R\$ 2.078.418), na controladora, e R\$ 2.069.971 (31/12/2021 – R\$ 2.162.656), no consolidado.

Cronograma de vencimento dos fornecedores de longo prazo

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2023	42.307	17.761
2024	1.418.649	1.397.598
2025	1.446.641	1.425.591
2026	1.591.216	1.591.216
2027 a 2030	1.328.499	1.328.499
2031 e exercícios seguintes	611.935	612.156
Ajuste a valor presente (**)	(2.513.622)	(2.427.697)
Total não circulante	3.925.625	3.945.124

Notas Explicativas

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	Vencimento contratual	
					Principal	Juros
“Senior Notes” moeda estrangeira	12.347.325	9.664.934	12.347.325	14.876.979	Jul/2026	Semestral
Debêntures						
Públicas	7.667.753	7.522.196	7.667.753	7.522.196	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Privadas	2.313.793		2.313.793	2.199.882	Mai/2023	Mensal
Instituições financeiras						
Moeda nacional						
BNDES	4.653.452	3.232.633	4.653.452	4.586.453	Mar/2024 a Fev/2033	Mensal
Outros	2.211.396	1.989.169	2.211.396	2.170.694	Abr/2022 a Fev/2035	Mensal e Semestral
Moeda estrangeira	8.224.779	9.644.474	8.224.779	9.644.474	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Financiamento multilateral moeda estrangeira	484.901	561.244	484.901	561.244	Ago/2024 a Fev/2030	Semestral
Oferta Geral						
Moeda nacional	207.035	207.006	207.035	207.035	Fev/2038 a Fev/2042	Parcela Única
Moeda estrangeira	1.274.746	1.506.797	4.938.171	5.894.241	Fev/2038 a Fev/2042	
Mútuo com controladas (Nota 26)	29.401.221	25.201.896				
Subtotal	68.786.401	59.530.349	43.048.605	47.663.198		
Custo de transação incorrido	(93.388)	(11.031)	(93.388)	(115.024)		
Desconto das dívidas (*)	(36.580.846)	(34.086.096)	(12.675.068)	(14.565.056)		
Total	32.112.167	25.433.222	30.280.149	32.983.118		
Circulante	2.655.175	436.240	2.655.175	2.900.410		
Não circulante	29.456.992	24.996.982	27.624.974	30.082.708		

(*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Instituições financeiras	89.551	10.506	89.551	94.568
Debêntures	3.837	525	3.837	20.456
Total	93.388	11.031	93.388	115.024
Circulante	22.941	1.386	22.941	39.550
Não circulante	70.447	9.645	70.447	75.474

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Euro	1.996.808	1.435.361	640.443	735.717
Dólar Norte Americano	17.028.464	15.014.918	16.550.111	19.615.115
Reais	13.086.895	8.982.943	13.089.595	12.632.286
Total	32.112.167	25.433.222	30.280.149	32.983.118

Notas Explicativas

Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. – 13,61% a.a.	18.522.469	14.083.749	18.522.469	21.432.821
CDI	80% CDI	6.056.221	5.705.664	6.056.221	5.781.082
TJLP	2,95% a.a. + TJLP	4.652.486	3.232.139	4.652.486	4.585.465
TR	0% a.a.	41.015	38.992	41.015	38.998
Outros	0% a.a.	2.839.976	2.372.678	1.007.958	1.144.752
Total		32.112.167	25.433.222	30.280.149	32.983.118

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação		Desconto das dívidas	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	31/03/2022					
2023	363.262	363.159	15.047	15.047	1.450.964	986.570
2024	902.416	902.159	20.063	20.063	1.456.891	992.498
2025	8.815.837	8.813.320	19.486	19.486	1.389.622	925.229
2026	5.125.973	5.124.509	11.479	11.479	1.293.549	829.156
2027 e seguintes	50.900.797	25.167.342	4.372	4.372	30.989.820	8.941.615
Total	66.108.285	40.370.489	70.447	70.447	36.580.846	12.675.068

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2021	Juros e variação monetária e cambial	Amortização do desconto das dívidas	Pagamento de principal e juros	Pagamento de tributos e outros	Transferências e outros	31/03/2022
Empréstimos e Financiamentos	47.663.198	(3.825.193)		(676.853)	(114.680)	2.133	43.048.605
Desconto das dívidas	(14.565.056)	2.131.704	(241.716)				(12.675.068)
Custo de transação	(115.024)					21.636	(93.388)
Total empréstimos e financiamentos	32.983.118	(1.693.489)	(241.716)	(676.853)	(114.680)	23.769	30.280.149

Em fevereiro de 2022, a Companhia realizou mais uma parcela do pagamento de juros dos “Senior Notes” emitidos no âmbito da implementação do Plano Original, que vencem em julho de 2025, dívida esta que possui pagamentos de juros semestrais e cupom de 10% a.a..

Conforme já detalhado na Nota 29, em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Como parte do recebimento desses recursos, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatária para o “Bond” sênior 2026, conforme previsto em sua “indenture”, com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões).

Garantias

Com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, em 20 de abril de 2022, ocorreu a quitação integral do crédito com garantia real de titularidade do BNDES junto à Companhia, em linha com o disposto na Cláusula 4.2.5 do Plano e nos termos previstos no Contrato UPI Ativos Móveis. O financiamento do BNDES possuía, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas

Notas Explicativas

Telemar, incorporada na Companhia, em 3 de maio de 2021, e Oi Móvel, incorporada na Companhia em 22 de fevereiro de 2022.

Do mesmo modo, também foram integralmente quitadas como resultado da conclusão da venda da UPI Ativos Móveis as Debêntures Oi Móvel 2ª Emissão, que possuía garantias representadas pelos recebíveis advindos da referida alienação, pelas ações da Oi Móvel e pelos dividendos a receber que a Companhia tem a receber da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. (“BrT Multimídia”), além de garantia fidejussória da Companhia.

Adicionalmente, em função da alienação mencionada, foi realizada a oferta pública mandatária dos “bonds” emitidos pela Oi Móvel em 30 de julho de 2021, com a adesão de 98,71% dos “bondholders”. Com isso, para garantir 1,29% do total do principal emitido, permanece a estrutura de garantias representadas por recebíveis da Companhia e de suas controladas, além de garantia fidejussória prestada pela Companhia, sendo que todas somente serão exercidas na ocorrência de inadimplemento.

Ao final do primeiro trimestre de 2022, portanto, antes das quitações mencionadas acima, o montante total de garantias era de R\$ 3.011.017.

“Covenants”

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do Plano de Recuperação Judicial (“Plano Original”), a Companhia e suas controladas estariam sujeitas a algumas cláusulas restritivas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, com base em indicadores financeiros, os quais são acompanhados em bases trimestrais.

Conforme estabelecido no Plano Original, conforme aditado (“Aditamento ao PRJ”), o BNDES concordou que, a partir da homologação judicial do Aditamento ao PRJ, ocorrida em 8 de outubro de 2020, e até a liquidação financeira da alienação da UPI Ativos Móveis ou até 30 de maio de 2022, o que ocorrer primeiro, a obrigação de cumprimento dos índices financeiros previstos no contrato de financiamento do BNDES terá sua exigibilidade temporariamente suspensa pelo BNDES e, portanto, durante tal período, sua não observância não implicará em eventual descumprimento contratual e não causará, dentre outras consequências contratualmente previstas, o vencimento antecipado do saldo devido das dívidas da Companhia. Com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis e a quitação integral do crédito com garantia real de titularidade do BNDES, não há mais “covenants” financeiros nos contratos de dívida da Companhia.

20. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Torres	2.373.941	2.263.935	2.373.941	2.241.507
Espaço físico	560.489	318.114	560.489	571.963
Lojas				85.376
Imóveis	50.548	1.577	53.112	32.616
Veículos	22.166	5.351	64.209	51.765
Energia distribuída	55.652	13.739	55.652	24.947
Total	3.062.796	2.602.716	3.107.403	3.008.174
Circulante	632.585	501.229	669.381	676.074
Não circulante	2.430.211	2.101.487	2.438.022	2.332.100

Notas Explicativas

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	2.602.716	3.008.174
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	239.481	
Novas contratações	375.484	159.884
Cancelamentos	(14.533)	(125.148)
Juros	86.177	163.037
Pagamentos	(162.628)	(312.810)
Modificações contratuais	(63.901)	214.266
Saldo em 31/03/2022	3.062.796	3.107.403

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar de longo prazo

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2023	474.482	482.201
2024	601.334	602.723
2025	572.523	572.522
2026	375.938	375.939
2027	332.688	332.688
2028 a 2030	910.330	910.330
2031 e exercícios seguintes	2.246.946	2.246.931
Total	5.514.241	5.523.334
Juros	(3.084.030)	(3.085.312)
Não circulante	2.430.211	2.438.022

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado, através da projeção dos pagamentos futuros fixos, que não consideram inflação projetada, descontados pelas taxas de desconto, que variam de 10,79% a 12,75% a.a.

Contratos não reconhecidos como arrendamentos a pagar

A Companhia optou por não reconhecer um passivo de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo esperado de 12 meses ou menos) ou para arrendamentos de ativos de baixo valor. Em 31 de março de 2022, tais arrendamentos foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 1.387 (31/03/2021 - R\$ 512), na controladora, e de R\$ 4.473 (31/03/2021 - R\$ 9.291), no consolidado. Além disso foram reconhecidos também no resultado o montante de R\$ 16.043 (31/03/2021 - R\$ 10.393), na controladora, e de R\$ 29.131 (31/03/2021 - R\$ 30.007), no consolidado, referente a pagamentos variáveis de arrendamento.

Informações complementares

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, de 18 de dezembro de 2019 e ao Ofício Circular SNC/SEP01/20, de 5 de fevereiro de 2020, segue abaixo informações complementares:

CONTROLADORA							
Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2023	2024	2025	2026	2027 a 2030	Acima de 2031
Até 2024	10,79%	41.154	23.563				
2025 até 2031	12,27%	135.404	180.538	175.290	102.216	148.129	3.492
2032 até 2035	12,58%	216.166	288.222	288.222	164.711	658.846	395.254
A partir de 2036	12,75%	81.758	109.011	109.011	109.011	436.043	1.848.200
Total		474.482	601.334	572.523	375.938	1.243.018	2.246.946
Inflação projetada¹		6,44%	5,43%	5,28%	5,56%	6,02%	6,15%

Notas Explicativas

CONSOLIDADO							
Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2023	2024	2025	2026	2027 a 2030	Acima de 2031
Até 2024	10,79%	48.872	24.953				
2025 até 2031	12,27%	135.405	180.537	175.290	109.609	161.289	3.587
2032 até 2035	12,58%	216.166	288.222	288.221	149.435	606.946	345.253
A partir de 2036	12,75%	81.758	109.011	109.011	116.895	474.783	1.898.091
Total		482.201	602.723	572.522	375.939	1.243.018	2.246.931
Inflação projetada¹		4,78%	4,21%	4,45%	4,80%	5,50%	5,79%

¹Fonte: Anbima

21. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Trabalhista				
Horas extras	310.495	302.318	499.575	494.678
Adicionais diversos	106.685	113.491	181.797	237.156
Estabilidade / Reintegração	107.474	108.979	171.887	182.664
Indenizações	91.390	96.590	147.579	171.646
Complemento de aposentadoria	56.043	52.204	88.615	69.070
Diferenças salariais e reflexos	36.252	32.435	58.310	46.572
Honorários advocatícios/periciais	31.132	27.074	52.808	44.758
Verbas rescisórias	18.859	15.222	30.490	29.980
Multas trabalhistas	14.518	13.642	23.283	27.931
Vínculo empregatício	8.975	10.186	14.192	22.253
FGTS	7.955	6.700	12.817	12.428
Subsidiariedade	191	197	302	377
Demais ações	59.732	55.511	94.690	79.349
Total	849.701	834.549	1.376.345	1.418.862
Tributária				
ICMS	797.934	494.080	800.677	794.955
ISS	87.483	83.867	87.956	85.998
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	21.528	20.826	38.002	37.597
IPTU	108.755	108.755	108.755	108.755
Demais ações	200.246	175.531	202.456	197.323
Total	1.215.946	883.059	1.237.846	1.224.628
Cível				
ANATEL	1.299.899	1.060.007	1.299.899	1.298.116
Societário	283.723	296.828	283.723	296.828
Juizado Especial	74.197	43.809	74.327	79.797
Demais ações	1.233.140	904.762	1.261.476	1.348.422
Total	2.890.959	2.305.406	2.919.425	3.023.163
Total das provisões	4.956.606	4.023.014	5.533.616	5.666.653
Circulante	470.751	413.881	664.827	716.764
Não circulante	4.485.855	3.609.133	4.868.789	4.949.889

Notas Explicativas

De acordo com as leis aplicáveis aos processos trabalhistas, tributários e cíveis, os processos judiciais são mensalmente atualizados monetariamente, considerando os índices de correção aplicáveis, sendo os principais índices de atualização o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Taxa Referencial (TR) e Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2021	834.549	883.059	2.305.406	4.023.014
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	27.971	323.267	709.927	1.061.165
Atualização monetária	9.471	16.569	(21.122)	4.918
Adições / (Reversões)	1.904	2.779	(37.260)	(32.577)
Baixas por pagamentos / encerramentos	(24.194)	(9.728)	(65.992)	(99.914)
Saldo em 31/03/2022	849.701	1.215.946	2.890.959	4.956.606

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2021	1.418.862	1.224.628	3.023.163	5.666.653
Atualização monetária	17.642	19.488	(297)	36.833
Adições / (Reversões)	12.994	4.010	(32.070)	(15.066)
Baixas por pagamentos / encerramentos	(73.153)	(10.280)	(71.371)	(154.804)
Saldo em 31/03/2022	1.376.345	1.237.846	2.919.425	5.533.616

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Trabalhista	188.365	171.791	219.180	218.892
Tributária	29.134.907	20.205.438	29.226.407	28.552.020
Cível	2.451.757	1.902.992	2.451.757	2.372.417
Total	31.775.029	22.280.221	31.897.344	31.143.329

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 31 de março de 2022 corresponde a R\$ 11.335.331 (31/12/2021 - R\$ 10.209.447) na controladora e R\$ 11.386.817 (31/12/2021 - R\$ 11.379.606) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Notas Explicativas

22. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA ¹		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Obrigação onerosa (i)	7.209.821	5.553.898	7.209.821	8.709.432
Receitas a apropriar (ii)	1.316.309	1.328.730	1.331.253	1.358.799
Provisões para indenizações a pagar	415.052	505.026	415.052	505.026
Adiantamentos de clientes	297.044	87.153	355.653	335.232
Consignação a favor de terceiros	12.355	14.570	13.532	21.133
Provisão para desmobilização de ativos	19.797	19.601	19.797	19.601
Outros	856.349	303.064	356.201	304.686
Total	10.126.727	7.812.042	9.701.309	11.253.909
Circulante	2.319.930	1.269.085	1.895.725	2.037.547
Não circulante	7.806.797	6.542.957	7.805.584	9.216.362

¹ Os saldos da controladora em 2021, incluem passivos da Telemar incorporada em maio de 2021.

- (i) A Companhia e suas controladas mantém um acordo, com a Globenet Cabos Submarinos S.A., de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul e, também, contrata o fornecimento de capacidade de segmento espacial para fins de prestação do serviço de TV DTH. Dado que (a) as obrigações dos contratos excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (b) os custos são inevitáveis, a Companhia e suas controladas, consoante o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída dos contratos trazidos a valor presente.
- (ii) Valores recebidos antecipadamente pela cessão do direito à operação comercial e uso de ativos de infraestrutura que são reconhecidos na receita pelo período efetivo dos contratos.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (31/12/2021 - R\$ 32.538.937), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	31/03/2022	31/12/2021
Capital total em ações		
Ações ordinárias	6.440.497	6.440.497
Ações preferenciais	157.727	157.727
Total	6.598.224	6.598.224
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	644.050	644.050
Ações preferenciais	1.812	1.812
Total	645.862	645.862
Ações em circulação		
Ações ordinárias	5.796.447	5.796.447
Ações preferenciais	155.915	155.915
Total em circulação	5.952.362	5.952.362

Na AGE - Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de junho de 2022, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2021 no montante de R\$ 8.516.185 registrado na conta de prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

(b) Ações em tesouraria

Em 31 de março de 2022, a Companhia mantém a totalidade de suas ações preferenciais em tesouraria dadas em garantia em processos judiciais.

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas, principalmente, pelas reservas descritas abaixo e em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor de crédito tributário.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015.

Outras reservas de capital: representado, principalmente por: (i) R\$ 3.837.009 relativos ao aumento de capital com novos recursos ocorrido em janeiro de 2019, e (ii) R\$ 2.462.799 relativos a absorção de reservas de capital, devido a entrega de ações em tesouraria à Bratel em abril de 2019.

(d) Outros resultados abrangentes

Para fins de apresentação no formulário ITR On line da CVM/B3, foram incluídos em outros resultados abrangentes e são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31/12/2021	527.424	(801.073)	(141.871)	(415.520)
Resultado na contabilidade de “hedge”	(1.132)			(1.132)
Ganho atuarial	32			32
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	860			860
Saldo em 31/03/2022	527.184	(801.073)	(141.871)	(415.760)

(e) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os mesmos.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Notas Explicativas

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado
Lucro (Prejuízo) das operações continuadas	1.899.863	(3.495.406)
Lucro (Prejuízo) das operações descontinuadas (líquido de impostos)	(117.901)	412.171
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	1.781.962	(3.083.235)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	1.735.286	(3.002.473)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	46.676	(80.762)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.796.447	5.796.447
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.915
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,30	(0,52)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,30	(0,52)
Lucro (Prejuízo) por ação das operações continuadas (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,32	(0,59)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,32	(0,59)
Lucro (Prejuízo) por ação das operações descontinuadas (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(0,02)	0,07
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(0,02)	0,07

As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Planos de pensão

Em 31 de março de 2022, as responsabilidades com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos atuariais				
Plano TCSPREV	26.826	25.548	25.303	25.683
Plano CELPREV			683	420
Plano PBS-TNC			840	827
Total	26.826	25.548	26.826	26.930
Circulante	1.522	793	1.522	2.175
Não circulante	25.304	24.755	25.304	24.755

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Passivos atuariais				
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	833.366	804.778	833.366	804.778
Plano PAMEC	8.809	8.623	8.809	8.623
Total	842.175	813.401	842.175	813.401
Não circulante	842.175	813.401	842.175	813.401

- (i) A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. Com a aprovação e homologação do PRJ, o respectivo crédito da Fundação Atlântico com a Oi está sujeito aos termos do PRJ.

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 31 de março de 2022:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	25.548	26.930
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	1.970	2.149
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(692)	(2.253)
Saldo em 31/03/2022	26.826	26.826

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 31 de março de 2022:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	813.401	813.401
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	187	187
Juros do passivo atuarial	28.587	28.587
Saldo em 31/03/2022	842.175	842.175

Remuneração baseada em ações

A estratégia de remuneração da Companhia, inclui os Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseados em ações, cujo objetivo é concentrar a maior parte do pacote de remuneração nos componentes variáveis, sujeitos portanto ao cumprimento de metas de performance e a menor parte em salários fixos. Os componentes variáveis de curto e longo prazos possuem metas aderentes à estratégia da Oi e pretendem, assim, alinhar interesses dos administradores com acionistas.

O plano prevê outorgas de ações anuais ao longo de três anos, representativas de ações do capital social da Companhia, divididos em plano de outorgas de ações ao diretor presidente, plano de outorga de ações a executivos e plano de outorgas de ações ao conselho de administração, sendo este último suspenso por decisão judicial, até que seja encerrada a recuperação judicial.

Os valores justos das outorgas de ações são apurados com base no período de aquisição dos direitos e reconhecidos à medida que os serviços são prestados. A despesa reconhecida no período findo em 31 de março de 2022, para os planos de outorgas de ações, foi de R\$ 11.771 (31/03/2021 – R\$ 11.182).

Não ocorreram, no período findo em 31 de março de 2022, movimentações nas de outorga de ações ao diretor presidente e conselho de administração.

Notas Explicativas

As movimentações ocorridas no saldo de outorga de ações a executivos estão resumidas a seguir:

	Ações	Valor médio da ação R\$
Saldo de outorga de ações em 31/12/2021	78.553.343	
Outorgas liquidadas (i)	(4.813.391)	0,95
Saldo de outorga de ações em 31/03/2022	73.739.952	

(i) Em 31 de março de 2022 foi realizada a liquidação de 52,39% das ações referentes ao segundo período de aquisição do direito da primeira outorga de ações, após a apuração do atingimento parcial das condições de performance do programa, mediante a um aumento de capital com capitalização de créditos no valor de R\$ 4.573, integralmente destinado a reserva de capital.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Conselho de Administração da Companhia, que é o principal tomador de decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que exclui as operações descontinuadas e que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandem divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às empresas Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. R.L. (“CSTT”), empresa alienada em novembro de 2021 e Timor Telecom S.A., as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis.

A geração de receita é avaliada pelo Conselho de Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga);
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte, além dos serviços Digitais e de TI (Oi Soluções); e
- Serviços de TV DTH.

Notas Explicativas

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de março de 2022 e de 2021 é como segue:

	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado
Residencial	1.287.031	1.310.564
Empresarial / Corporativo (serviços B2B)	820.006	879.857
TV DTH	330.927	364.877
Outros serviços e negócios	17.058	23.084
Receita de vendas e/ou serviços	2.455.022	2.578.382
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(977.110)	(1.009.646)
Interconexão	(29.297)	(32.237)
Pessoal	(395.878)	(462.469)
Serviços de terceiros	(876.044)	(1.052.531)
Serviços de manutenção de rede	(102.540)	(119.902)
Custo de aparelhos e outros	(3.754)	(52)
Publicidade e propaganda	(49.596)	(88.684)
Aluguéis e seguros	(317.868)	(369.751)
Provisões / Reversões	15.066	(48.090)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(44.958)	(48.223)
Tributos e outras despesas	(72.543)	(90.424)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.919	984.538
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	(395.581)	240.911
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	4.434.230	122.546
Despesas financeiras	(2.109.209)	(3.861.608)
Resultado antes dos tributos	1.929.440	(3.498.151)
Imposto de renda e contribuição social	(517)	(7.466)
Lucro (Prejuízo) das operações continuadas	1.928.923	(3.505.617)
Operações descontinuadas		
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 27)	(117.901)	(412.171)
Lucro (Prejuízo) do período	1.811.022	(3.917.788)

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos períodos findos em 31 de março de 2022 e de 2021, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	2.455.022	2.578.382
Receitas relativas a outros negócios	31.921	58.743
Receita de vendas e/ou serviços de operações continuadas (Nota 5)	2.486.943	2.637.125

Notas Explicativas

Nos períodos findos em 31 de março de 2022 e de 2021, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(395.581)	240.911
Outros negócios	26.214	(3.674)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações continuadas (Nota 5)	(369.367)	237.237

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de março de 2022, são como segue:

	31/03/2022				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	78.204.246	77.583.524	15.819.250	3.804.454	1.812.796
Outros, principalmente África	492.544	48.741	65.388	13.793	17.954

Notas Explicativas

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	31/03/2022	31/12/2021
Ativo		
Contas a receber	1.059.469	1.955.107
BrT Call Center	50.398	50.464
BrT Multimídia		133.846
Oi Móvel		1.770.201
Serede	27.918	551
Paggo Administradora	850.168	45
Cozani	56.665	
Jonava	40.930	
Garliava	33.390	
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	10.751.707	11.826.732
PTIF	5.363.641	6.137.597
Oi Holanda	2.713.299	3.106.199
BrT Multimídia	2.653.630	2.582.199
Serede	20.279	
Pointer	858	737
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	6.186	22.841
Oi Serviços Financeiros	4.624	4.624
Rio Alto	1.546	1.546
BrT Serviços Financeiros	16	16
Oi Móvel		16.655
Outros	858.229	443.816
Oi Móvel		5.275
Oi Holanda	7.003	18.555
PTIF	634	700
CVTEL	2.762	3.322
Serede	323.944	272.375
BrT Multimídia	115.760	107.150
BrT Call Center	36.439	36.439
Paggo Administradora	371.687	

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	31/03/2022	31/12/2021
Passivo		
Fornecedores	1.048.275	454.705
BrT Call Center	86.432	72.711
BrT Multimídia	314.383	75.523
Oi Móvel		174.052
Paggo Administradora	394.112	101
Paggo Empreendimentos	200.000	
Serede	53.348	132.318
Empréstimos e financiamentos (i)	2.581.783	2.083.239
Oi Móvel		1.170
Oi Holanda	2.581.783	2.082.069
Dividendos		819.571
Oi Móvel		819.571
Demais obrigações	543.592	43.350
Oi Móvel		11.763
Rio Alto	975	975
BrT Multimídia	335	4.766
Oi Investimentos	11.640	13.927
PT Participações	9.911	11.919
Cozani	201.974	
Jonava	170.688	
Garliava	148.069	

- (i) A Companhia contrata mútuos com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Os valores demonstrados estão líquidos de AVJ.

	CONTROLADORA	
	31/03/2022	31/03/2021
Receitas		
Receita dos serviços prestados	82.054	10.213
BrT Multimídia	14.607	135
Oi Móvel	59.643	6.481
Telemar		3.320
Serede	226	58
Paggo Administradora	5	
Drammen		219
Cozani	3.083	
Jonava	2.734	
Garliava	1.756	
Outras receitas operacionais	22.729	15.574
BrT Multimídia	17.859	5.315
Oi Móvel	4.271	9.550
Serede	599	5
Drammen		472
Calitéia		232
Receitas financeiras	(6.546.448)	2.685.184
BrT Multimídia	71.431	883
Telemar		1.951.523
Oi Holanda	(5.722.978)	732.775
PTIF	(896.063)	
Serede	1.140	
Pointer	22	3

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	31/03/2022	31/03/2021
Custos e despesas operacionais	(766.837)	(210.548)
BrT Multimídia	(550.893)	(39.457)
Oi Móvel	(5.195)	(5.256)
Telemar		(2.431)
Paggo Administradora	(6.017)	
BrT Call Center	(77.873)	(98.496)
Serede	(115.857)	(61.685)
Drammen		(3.223)
Cozani	(5.494)	
Jonava	(3.397)	
Garliava	(2.111)	
Despesas financeiras	5.744.472	(1.933.454)
Telemar		(5.091)
Oi Móvel	(10)	
Serede	(3.072)	(983)
BrT Call Center	(1.843)	(406)
BrT Multimídia	(1.477)	(1.611)
Oi Holanda	5.628.925	(1.852.825)
PTIF	122.042	(72.538)
PT Participações	(93)	

Créditos com partes relacionadas

A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2021 – 115% do CDI). De acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos “*intercompany*” em Reais para fins de capital de giro mantidos até então, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras. Em 3 de fevereiro de 2022 foi aberta uma linha de crédito entre a Companhia e a Serede no valor de R\$ 160 milhões com maturidade de um ano ao custo de 115% do CDI.

As linhas de crédito “*intercompany*” vigentes em 31 de março de 2022 estão de acordo com o PRJ aprovado. Créditos “*intecompany*” não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Adicionalmente, foram criadas linhas de créditos entre a Companhia, a PTIF e a Oi Holanda, uma vez que no âmbito da implementação do PRJ, as dívidas financeiras das Recuperandas foram substancialmente consolidadas na Companhia, tendo esta emitido instrumentos financeiros e de capital para a quitação das dívidas originalmente registradas pelas referidas subsidiárias. No segundo trimestre de 2021 foi celebrado um mútuo entre a Oi e a PTIF no valor de US\$ 4,15 milhões para complementar o pagamento de um “*fee*” por esta empresa (não operacional), devido no âmbito da atualização de documentos necessários a partir da aprovação do Aditamento ao PRJ. À exceção deste, no período findo em 31 de março de 2022 não houve a abertura de outros contratos de mútuo entre a Companhia e suas subsidiárias.

De acordo com a Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ, na data do fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo, a BrT Multimídia, na qualidade de SPE InfraCo, possuirá, dívida extraconcursal no montante total de R\$ 2.426.473.858,77 junto à Telemar, em razão da assunção de dívida da Oi (na qualidade de sucessora por incorporação da Oi Móvel, ocorrida em 22 de fevereiro de 2022), cujo montante será corrigido pela taxa equivalente a 115% do CDI desde 8 de junho de 2020 até a data do seu efetivo pagamento pela BrT Multimídia (“Dívida InfraCo”). Em função da

Notas Explicativas

incorporação da Telemar pela Companhia, em 3 de maio de 2021, a Oi sucedeu por incorporação a Dívida InfraCo. A previsão de pagamento da Dívida InfraCo será em até 90 (noventa) dias da conclusão da venda do controle da UPI InfraCo, o que ocorreu no dia 9 de junho de 2022, vide Nota 29 (e).

Garantias

A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto.

Oi Futuro

Desde 2001, a Oi reforça seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva por meio de projetos e programas desenvolvidos pelo Oi Futuro, seu instituto de inovação e criatividade para impacto social. Constituído legalmente como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país com atuação nas áreas de Cultura, Educação e Inovação Social contribuindo para a pauta ESG (*Enviromental Social Governance*) e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No período findo em 31 de março de 2022, foram realizadas contribuições ao Oi Futuro no montante de R\$ 1.311 (31/03/2021 – R\$ 3.417).

Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Dividendos a receber	251	25	251	25
AIX	251	25	251	25

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Contas a pagar e outros passivos	404	412	2.986	2.994
AIX	404	412	2.986	2.994

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receita				
Receita dos serviços prestados		80		80
Hisparmar		80		80

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais		(261)	(7.925)	(41.598)
Hisparmar		(261)		(35.412)
AIX			(7.925)	(6.186)
Despesa financeira				(13)
Hisparmar				(12)
AIX				(1)

Notas Explicativas

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de março de 2022, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 11.285 (31/03/2021 – R\$ 13.315), conforme quadro a seguir:

	31/03/2022	31/03/2021
Remuneração do pessoal-chave da administração¹		
Benefícios de curto prazo a administradores (i) ²	8.378	9.469
Remuneração com base em ações	2.907	3.846
Total	11.285	13.315

¹ Os valores demonstrados referem-se à controladora e ao consolidado, dado que o pessoal chave da administração está alocado na Companhia.

² Os valores demonstrados, não consideram os impactos referentes a encargos sociais conforme decisão manifestada pelo colegiado em 8 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-10) e informado no Ofício de janeiro de 2021.

(i) Ordenados, salários, honorários, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus, benefícios não-monetários (tais como assistência médica, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

27. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

As informações relativas aos ativos mantidos para venda devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos				
Alienação de UPIs (a) (*)	13.165.058	3.514.847	37.343.629	34.339.237
Operação TVCo (b)	691.895		691.895	691.895
Alienação de Imóveis	12.283	12.864	12.283	12.864
Total	13.869.236	3.527.711	38.047.807	35.043.996

(*) Na controladora refere-se a participação em investimentos mantidos para venda.

	CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021
Passivos		
Alienação de UPIs (a)	16.602.125	13.569.773

(a) Alienação de UPIs

Os ativos e passivos relacionados à alienação das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo são classificados como mantidos para venda, devido aos seus valores contábeis serem recuperados, principalmente por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. A Companhia considera que a venda desses ativos se configura como uma venda altamente provável, em virtude da evolução do plano de alienação desses ativos, inclusive, a UPI Ativos Móveis e a UPI InfraCo tiveram suas alienações concluídas total e parcial em 20 de abril de 2022 e em 9 de junho de 2022, respectivamente, para maiores detalhes vide

Notas Explicativas

Nota 29 (a) e (e). O grupo de ativos e de passivos das UPIs estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

(a.1) Ativos mantidos para venda

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das UPIs, líquidos das operações intragrupo, estão demonstrados abaixo:

	31/03/2022	31/12/2021
Ativos mantidos para venda	37.343.629	34.339.237
Equivalentes de caixa	235.186	172.278
Contas a receber	1.363.558	1.024.055
Estoques	38.859	52.749
Tributos	1.084.574	939.081
Despesas antecipadas	1.242.129	639.239
Demais ativos	82.029	66.530
Imobilizado (i)	32.559.655	30.659.125
Intangível	737.639	786.180
Passivos associados a ativos mantidos para venda	16.602.125	13.569.773
Salários, encargos sociais e benefícios	75.968	91.374
Fornecedores	1.723.042	1.216.671
Empréstimos e financiamentos (ii)	3.009.645	2.870.768
Tributos correntes e diferidos	1.831.653	1.446.187
Outros tributos	806.305	264.652
Arrendamentos a pagar	7.694.035	7.312.573
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 28 (e))	1.097.535	
Demais obrigações	363.942	367.548

(i) Movimentação do imobilizado de ativos mantidos para venda

	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros	Infraestrutura	Prédios	Direito de uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2021	1.962.719	619.345	17.829.580	2.125.997	534.126	7.406.296	181.062	30.659.125
Modificações contratuais						266.944		266.944
Adições (*)	1.359.093		22.188		361	297.782	90	1.679.514
Baixas		(308)	(6.136)	(9.186)		(32.914)	2.615	(45.929)
Transferências	(1.334.966)	5.300	1.258.598	67.254	(429)		4.243	
Saldo em 31/03/2022	1.986.846	624.337	19.104.230	2.184.065	534.058	7.938.108	188.010	32.559.654

(*) Adições ao grupo de imobilizado são provenientes, principalmente de novos investimentos em infraestrutura, relativamente à expansão das redes de fibra ótica.

(ii) Representado pela colocação privada de debêntures conversíveis em ações da UPI InfraCo, nos termos do Aditamento ao PRJ. As debêntures possuem capitalização mensal atualizada pela variação do IPCA + 11% a.a.. Com a conclusão da alienação parcial da operação UPI InfraCo, em 9 de junho de 2022, ocorreu a quitação integral dos compromissos das debêntures conversíveis em ações, no valor total atualizado de R\$ 3.526.285 (Nota 29).

Notas Explicativas

(a.2) Operações descontinuadas

As operações relacionadas às UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo são classificadas como operações descontinuadas por ser parte integrante de plano coordenado de venda.

Os principais componentes de receitas e despesas relacionadas ao resultado de operações descontinuadas das UPIs, líquidos das operações intragrupo, são demonstrados abaixo:

	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado
Receitas de vendas e/ou serviços	1.928.204	1.929.028
Receitas (despesas) operacionais:		
Interconexão	(55.918)	(63.839)
Pessoal	(120.857)	(117.550)
Serviços de terceiros	(419.160)	(293.236)
Serviço de manutenção da rede	(96.903)	(85.972)
Custo de aparelhos e outros	(4.810)	(16.511)
Publicidade e propaganda	(20.586)	(12.873)
Aluguéis e seguros	(339.782)	(277.610)
(Provisões) / Reversões	30	200
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(38.422)	(22.161)
Tributos e outras receitas (despesas)	(189.310)	(196.790)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		244.447
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(1.285.718)	(841.895)
Depreciação e amortização (i)		(216.948)
Total das despesas operacionais	(1.285.718)	(1.058.843)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	642.486	870.185
Resultado financeiro:		
Receitas financeiras	17.089	4.465
Despesas financeiras	(415.286)	(201.264)
Total do resultado financeiro	(398.197)	(196.799)
Lucro antes das tributações	244.289	673.386
Imposto de renda e contribuição social	(362.190)	(261.215)
Lucro (Prejuízo) do período	(117.901)	412.171

- (i) A despesa de depreciação das operações descontinuadas é decorrente da classificação para Mantidos para Venda, em 1 de maio de 2021, dos ativos objetos dos contratos de IRU entre a Oi e a UPI InfraCo.

(b) Operação TVCo

A Companhia tem por plano transferir a integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH (“*direct to home*”) e regular a utilização da infraestrutura de IPTV (“*internet protocol television*”) da Companhia (“Operação TVCo”), sendo a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura efetuada pelo comprador, com o compartilhamento das receitas auferidas. Além disso, considera que os equipamentos com tecnologia DTH da Companhia serão conferidos ao comprador.

A Companhia considera que a venda da Operação TVCo se configura como uma venda altamente provável, em virtude da evolução do plano de alienação desses ativos, conforme divulgado na Nota 29 (c), e está mensurado ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

Por não se tratar de uma linha separada de negócios de acordo com o conceito da norma CPC 31/IFRS 5, a Operação TVCo não é uma operação descontinuada e seus resultados são reportados na operação continuada da Companhia.

Notas Explicativas

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

UPI InfraCo: Adiantamento para futuro aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária da BrT Multimídia realizada no dia 21 de janeiro de 2022, foi aprovado o aporte de recursos da Globenet na BrT Multimídia na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”), como antecipação dos valores devidos pela Globenet a título da Parcela Primária da Operação UPI InfraCo, observados os termos do Contrato UPI InfraCo. É importante ressaltar que o referido AFAC não implica na aquisição de ações de emissão da BrT Multimídia pela Globenet e, conseqüentemente, no seu ingresso no capital social da BrT Multimídia nem, tampouco, em qualquer alteração no controle da BrT Multimídia até o fechamento da Operação UPI InfraCo, o que somente ocorrerá com o fechamento da Operação UPI InfraCo.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Alienação da UPI Ativos Móveis

Em 13 de abril de 2022, a Companhia e as operadoras Telefônica Brasil S.A. (“Vivo”), TIM S.A. (“Tim”) e Claro S.A. (“Claro”) e, em conjunto com Vivo e Tim, “Compradoras”), signatárias do Contrato UPI Ativos Móveis, trocaram notificações confirmando o cumprimento ou dispensa temporária, conforme o caso, de todas as condições precedentes para a conclusão da Operação UPI Ativos Móveis (“CPs”), bem como celebraram o Primeiro Aditivo ao Contrato UPI Ativos Móveis (“1º Aditivo”), por meio do qual acordaram em alterar determinados termos e condições do Contrato UPI Ativos Móveis, e agendaram seu fechamento para o dia 20 de abril de 2022.

Nessa mesma oportunidade, a Companhia informou que, em função da definição da data de fechamento da Operação UPI Ativos Móveis, deu início à Oferta Pública de Aquisição de até 100% das *Notes Oi Móvel*, condicionada à conclusão da Operação UPI Ativos Móveis, em cumprimento às obrigações dispostas na Cláusula 4.07 da Escritura de Emissão *Notes Oi Móvel*.

Em 20 de abril de 2022, após o cumprimento (ou dispensa temporária) das CPs previstas no Contrato UPI Ativos Móveis, ocorreu o fechamento da Operação UPI Ativos Móveis.

O preço de fechamento ajustado da Operação UPI Ativos Móveis foi de R\$ 15.922.236, correspondendo ao preço base da Operação UPI Ativos Móveis de R\$ 15.744.000, acrescido de ajustes positivos de R\$ 178.236 (“Preço de Fechamento Ajustado da Operação UPI Ativos Móveis”), na forma do Contrato UPI Ativos Móveis, para refletir, entre outros, o montante da dívida líquida e do capital de giro de cada uma das UPIs Móveis transferidas às Compradoras, bem como a redução ou acréscimo, conforme o caso, de valores individualmente acordados entre a Companhia e as Compradoras.

Com o fechamento da Operação, as Compradoras realizaram, na referida data, o pagamento em dinheiro de um montante, em conjunto, de R\$ 14.474.760 (“Preço da Operação” - valor recebido no fechamento) equivalente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação menos o valor de R\$ 1.447.476 (“Valor Retido”), equivalente a 10% do Preço da Operação, retido pelas Compradoras por até 120 (cento e vinte) dias, na forma do Contrato, para possíveis compensações de valores que a Oi possa ter que vir a pagar às Compradoras em função de eventuais ajustes pós-fechamento e de outras obrigações de indenização previstas no Contrato.

Notas Explicativas

Adicionalmente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação UPI Ativos Móveis, a Companhia poderá fazer jus, ainda, a um valor contingente adicional líquido de até R\$ 294.608 a ser recebido em caso de atingimento de determinadas metas de migração de bases de clientes e frequências, dos quais R\$ 49.608 líquidos já foram recebidos nesta data. Mediante o fechamento, a totalidade das ações de emissão da (i) Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Cozani”) foi transferida para a Tim; (ii) Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (“Garliava”) foi transferida para a Vivo; e (iii) Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (“Jonava”) foi transferida para a Claro.

As Compradoras também pagaram, na mesma data, o preço de R\$ 586.000, referente aos serviços de transição, a serem prestados pela Companhia, nos termos dos respectivos contratos de prestação de serviços de transição (“Contratos de Prestação de Serviços de Transição”), os quais já refletem o acordo entre a Companhia e as Compradoras para a retirada de determinados custos relacionados aos serviços de transição do escopo dos Contratos de Prestação de Serviços de Transição.

Além disso, foram firmados na mesma data, os contratos de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicação em regime de exploração industrial relacionados aos serviços de capacidade de transmissão de dados na modalidade “*take or pay*” (“Contratos de Fornecimento de Capacidade de Transmissão de Sinais de Telecomunicações”) com valor presente líquido de R\$ 819.000, a ser pago, em parcelas mensais, pelas Compradoras durante um período de até 10 (dez) anos.

(b) Dívidas liquidadas por conta do fechamento da Operação UPI Ativos Móveis

Em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Como parte do recebimento desses recursos, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatária para o “*Bond*” sênior 2026, conforme previsto em sua “*indenture*”, com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões). Tais pré-pagamentos são o início da redução da alavancagem da Companhia, em linha com o que consta no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, transformando sua estrutura de capital e perseguindo a sustentabilidade financeira da Nova Oi.

(c) Celebração de Term Sheet: Transferência da Base DTH e Utilização da infraestrutura IPTV

O Aditamento ao PRJ previu a alienação de ativos, passivos e direitos relacionados ao negócio de TV por assinatura, descritos no seu Anexo 5.3.5, estabelecendo, ainda, a possibilidade de alienação dos referidos ativos de forma conjunta mediante constituição da UPI TVCo ou por outra modalidade prevista na Lei nº 11.101/2005, nos termos da Cláusula 5.1 do Aditamento ao PRJ.

Em 28 de abril de 2022, a Companhia celebrou com a Sky Serviços de Banda Larga Ltda. (“Sky”) “*Term Sheet*” (“Instrumento”) para (i) permitir eventual transferência da integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH (“*direct to home*”) (“Base DTH”), em continuidade à sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH; e (ii) a utilização da infraestrutura de IPTV (“*internet protocol television*”) (“Infraestrutura IPTV”) da Oi e a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura pela Sky, com o compartilhamento das receitas auferidas entre Oi e Sky (“Operação TVCo”).

Notas Explicativas

De acordo com o Instrumento, e sujeito ao implemento das condições precedentes para o fechamento da Operação TVCo, as quais serão previstas nos Contratos Definitivos (conforme definido abaixo) da Operação TVCo (“CPs TVCo”), a Sky se comprometeu a adquirir a Base DTH da Oi e a Oi concordou em transferir a Base DTH para a Sky, bem como concordou em prestar à Sky os serviços relacionados à Infraestrutura IPTV. Os termos e condições exatos da Operação TVCo estarão contidos nos contratos definitivos a serem discutidos entre a Oi e a Sky (“Contratos Definitivos”).

A efetiva conclusão da Operação TVCo está sujeita, ainda, à obtenção da autorização do Juízo da Recuperação Judicial da Companhia para a transferência da Base DTH e à obtenção de aprovação do CADE, bem como ao cumprimento das CPs TVCo.

O fechamento da Operação TVCo, o qual deverá ocorrer somente após cumprimento das CPs TVCo, garantirá ao Grupo Oi a execução de sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH, ao mesmo tempo em que possibilitará a manutenção de uma participação importante na geração de receitas de conteúdo a partir da prestação de serviços de TV por assinatura via protocolo IP (IPTV), com base em plataformas e equipamentos com tecnologia IPTV que permanecerão de propriedade da Companhia e/ou de empresas que detém participação.

(d) Instrumento de Repactuação e Transação Celebrado com a ANATEL

Em 31 de maio de 2022 a Companhia celebrou com a ANATEL, um instrumento de repactuação e transação acerca de débitos não tributários, inscritos em dívida ativa da união até a data de celebração do instrumento, no valor de R\$ 20.237.715, nos termos da Lei nº 13.988/2020 combinada com a Lei nº 14.112/2020, incluindo multas, encargos e juros de mora aplicáveis.

O instrumento de repactuação e transação, que abrange tanto o saldo dos débitos não tributários, objeto do termo de transação assinado em 27 de novembro de 2020, quanto a repactuação dos novos débitos junto à ANATEL, prevê desconto de 54,99% sobre o valor de cada um desses débitos, incluindo o valor do principal devido, de forma que o débito total a ser pago pela Companhia passa a ser de R\$ 9.109.202. Do referido valor será deduzido o montante quitado pela Companhia por meio dos depósitos judiciais já convertidos em renda e apropriados pela ANATEL, resultando no saldo devedor de R\$ 7.335.223, que deverá ser quitado em 126 parcelas não lineares, a primeira delas com vencimento no mês da assinatura do acordo e a segunda após o decurso o período de 6 meses de carência. Com isso, o vencimento da última parcela ocorrerá em abril de 2033, representando um alongamento significativo do prazo de pagamento estabelecido na transação anterior, que chegaria ao final em outubro de 2027.

Mediante o pagamento das parcelas, a ANATEL conferirá a Companhia ampla, completa, geral, rasa e irrevogável quitação em relação aos débitos não tributários não pagos e/ou objeto das execuções fiscais, conforme listados no instrumento de repactuação e transação.

O referido instrumento representa o cumprimento de mais uma importante etapa do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, viabilizando o encerramento de um grande número de processos judiciais.

(e) Alienação Parcial UPI InfraCo - Celebração de Acordo de Investimento e Outras Avenças

Em 5 de maio de 2022, a ANATEL, em deliberação na 912ª Reunião do Conselho Diretor, concedeu anuência prévia à Operação UPI InfraCo, sujeita ao cumprimento de determinadas condicionantes comumente estabelecidas pela ANATEL.

Notas Explicativas

Em 9 de junho de 2022, após o cumprimento (ou dispensa temporária) das CPs previstas no Contrato UPI InfraCo, ocorreu o fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo para a Globenet Cabos Submarinos S.A. (“Globenet” ou “Investidor”), com a interveniência da BrT Multimídia, BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP, na qualidade de acionistas do Investidor (“Operação UPI InfraCo”).

O fechamento da Operação UPI InfraCo ocorreu após extensas negociações entre as partes sobre os termos e condições finais da Operação UPI InfraCo, que foram refletidas no termo de fechamento celebrado na mesma data (“Termo de Fechamento”). Neste Termo de Fechamento, as partes concordaram em ajustar o contrato de provimento de capacidade FTTH para refletir condições comerciais mais favoráveis à Oi no preço mensal por HC e no índice de reajuste aplicável, tornando, em contrapartida, os serviços mais competitivos.

O fechamento da Operação UPI InfraCo contemplou, na data de fechamento, a contribuição das seguintes parcelas:

- (i) Parcela Primária: nesta data houve a subscrição e integralização pelo Investidor de novas ações ordinárias representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 1.776.100;
- (ii) Parcela Secundária: nesta data houve a aquisição pelo Investidor de ações ordinárias detidas pela Oi representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante pagamento de um montante em dinheiro de R\$ 8.010.200, a ser pago pelo Investidor em até 3 (três) parcelas, sendo R\$ 4.261.709, pagos nesta data e o restante a ser pago até 2023.

Desta forma, imediatamente após o fechamento, a Globenet passou a deter 51% das ações representativas do capital social total da BrT Multimídia, e a Oi, 49% das mesmas ações.

Numa segunda etapa, em até 90 (noventa) dias após a data de fechamento, serão realizadas ainda, as seguintes contribuições adicionais à BrT Multimídia pela Globenet, tal como previstas no Contrato UPI InfraCo:

- (iii) Parcela Primária Adicional – I: imediatamente antes da incorporação da Globenet, subscrição e integralização pela Globenet de novas ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 1.258.238;
- (iv) Incorporação do Investidor: imediatamente após o Aumento de Capital – Parcela Primária Adicional I, incorporação da Globenet pela BrT Multimídia, com a emissão de novas ações ordinárias pela BrT Multimídia, representativas do capital social votante da BrT Multimídia. O valor justo da Globenet considerado para fins da incorporação foi de R\$ 1.518.800, atestado por relatórios de avaliação econômico-financeira elaborados por empresas de avaliação independente contratadas pela Globenet e pela Oi, na forma do Edital Público, nos termos da Cláusula 3.9.4.2 do Aditamento ao PRJ; e
- (v) Parcela Primária Adicional – II: imediatamente após a incorporação da Globenet, subscrição e integralização pela Globenet de novas ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 360.000.

Notas Explicativas

Adicionalmente às contribuições da Globenet na BrT Multimídia, e também até 90 (noventa) dias, após a data de fechamento, a Companhia receberá o seguinte pagamento:

- (vi) Pagamento Dividendo Telemar - a BrT Multimídia efetuará o pagamento dos Créditos Dividendos Telemar, em montante correspondente a R\$ 2.721.135, em valores de 9 de junho de 2022, corrigidos até a data do efetivo pagamento.

Em decorrência da implementação das etapas acima, os acionistas da Globenet passarão a deter, antes de quaisquer ajustes de preço, ações representativas de 57,9% do capital social votante e total da BrT Multimídia, permanecendo a Companhia e suas afiliadas com a participação restante no capital votante e total.

O Contrato UPI InfraCo e seus instrumentos correlatos contemplam ainda a celebração entre a BrT Multimídia e a Oi e/ou suas afiliadas de contratos de provimento de capacidade e outros contratos operacionais, bem como de acordo de acionistas da BrT Multimídia, entre a Globenet e a Oi.

As partes, ainda no referido Termo de Fechamento, realizaram as verificações e cálculos necessários sobre cada um dos componentes financeiros e operacionais previstos no Contrato UPI InfraCo (tais como endividamento, capital de giro, número de HPs e HCs entregues, OPEX e CAPEX realizados, entre outros) para fins de determinação do ajuste de preço cabível, a ser aplicado através do exercício de bônus de subscrição pelo Investidor, na forma da Clausula 6 do Contrato. Como resultado destas negociações, as partes concordaram em efetuar ajustes de preços limitados a 7,38% do total de ações representativas do capital social total e votante da BrT Multimídia, a serem realizados em favor da participação da Globenet (“Ajuste de Participação”), tal como descritos a seguir.

Como resultado das referidas negociações, as partes concordaram que o Ajuste de Participação seja implementado da seguinte forma: (i) em até 30 (trinta) dias, contados desta data, um ajuste de participação de 3,65% do capital social total e votante da BrT Multimídia; e (ii) em 31 de julho de 2023, um ajuste de participação de até 3,73% do capital social total e votante da BrT Multimídia, em função da aplicação e apuração das condições mais favoráveis para a Oi negociadas no contrato FTTH, como acima mencionado, durante este período, o que resultará, imediatamente após a consumação das etapas descritas acima, em uma participação da Globenet de até 65,27% na BrT Multimídia.

Foi detalhada também, no Termo de Fechamento, a manutenção de determinados ativos (equipamentos de casa cliente) na Oi, em função da otimização do modelo operacional com a BrT Multimídia, com a eliminação de ajustes de participação futuros relativos a esses ativos anteriormente previstos no Contrato UPI InfraCo.

Além de ajustes feitos na data de fechamento, em até 90 (noventa) dias, contados da data de fechamento da Operação, serão realizados também, conforme previsão da Cláusula 10.9 do Contrato UPI InfraCo, ajustes adicionais de caixa, relativos à contabilização das operações da BrT Multimídia no modelo “*locked box*” (resultados de caixa atribuídos à Globenet a partir do início do exercício 2022), a serem realizados via aporte de caixa da Oi na BrT Multimídia.

O valor da Operação UPI InfraCo, considerando o somatório da Parcela Primária; da Parcela Secundária; das Parcelas Primárias Adicionais; e do valor justo da incorporação da Globenet, totaliza um montante de R\$ 12.923.338.

Notas Explicativas

A Oi informa, ainda, que, com a conclusão da Operação UPI InfraCo, ocorreu na mesma data, a quitação integral de todos os compromissos das debêntures conversíveis em ações preferenciais, da espécie com garantia real, para colocação privada, da 1ª emissão da BrT Multimídia (“Debêntures”), no valor total atualizado de R\$ 3.526.285, cujo pagamento foi efetuado com recursos provenientes da Parcela Secundária, que foram aportados pela Oi na BrT Multimídia, e utilizados para a recompra das ações preferenciais da BrT Multimídia que passaram a ser detidas pelos Debenturistas após a conversão das debêntures em ações da BrT Multimídia, em linha com o disposto na Escritura de Emissão

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa****Transações não caixa**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Variação entre investimento econômico e financeiro (aquisição de imobilizado e intangível)	(2.539)	65.338	(21.252)	37.935
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	19.429	10.375	61.592	60.286
Compensação de depósitos judiciais contra fornecedores	37.752		37.752	
Compensação de tributos a recuperar contra tributos a recolher	711.425	302.575	905.082	1.033.840
Taxa Fistel		185		488.071

Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamentos

As movimentações de encargos financeiros e liquidação de dívidas resultantes de atividades de financiamentos são apresentadas na Nota 19.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Oi S.A. - Em Recuperação Judicial
e sociedades controladas

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações, que informa que as informações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, sendo observados os seguintes principais aspectos: (i) o cumprimento dos requerimentos, termos e condições previstos no Plano de Recuperação Judicial Aditado ("PRJ Aditado"), bem como o atendimento dos requerimentos previstos na Lei no 11.101/2005; (ii) o êxito na implementação do plano estratégico da Companhia; e (iii) a conclusão do processo de alienação das Unidades Produtivas Isoladas (UPIs) Ativos Móveis e InfraCo, que ocorreram em 20 de abril de 2022 e em 9 de junho de 2022, respectivamente. As medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial visam reverter as condições que vem causando prejuízos recorrentes à Companhia, sendo que o fato da Companhia estar em Recuperação Judicial, bem como as incertezas ainda remanescentes quanto ao êxito no cumprimento dos requerimentos necessários para o fim desse processo, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, obtidas das Informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2021, obtidas das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2021 e o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram, respectivamente, relatório de revisão datado de 07 de julho de 2021, sem ressalvas e com parágrafos de ênfase sobre a continuidade operacional e sobre a reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e relatório de auditoria datado de 04 de maio de 2022, sem ressalvas e com parágrafo sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS**

Os diretores estatutários da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/03/22, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2022.

Rodrigo Modesto de Abreu
Diretor Presidente

Cristiane Barretto Sales
Diretora de Finanças e Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/03/22, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2022.

Rodrigo Modesto de Abreu
Diretor Presidente

Cristiane Barretto Sales
Diretora de Finanças e Relações com Investidores